a Palavra e o Tempo

A COMUNIDADE FAMILIAR

da comunhão na liberdade à construção da sociedade

Artigos

evolução e condicionalismos da família portuguesa 12 — Qual a situação e funções da família na evolução da nossa sociedade contemporânea? VÁRIOS

encontro e vida a dois — sua projecção social 32 — ao longo deste artigo procurou chamar-se a atenção para a importância da atitude de base que está por detrás das manifestações da realidade familiar e que envolve desde o amor pròpriamente conjugal até à projecção da família na sociedade. FRANCISCO e MARIA CABRAL

autoridade e liberdade na educação 39 — Uma verdadeira concepção de liberdade — condição necessária duma verdadeira educação. P. JOÃO RESINA

Reflexões

a descoberta dos grupos de casais testemunhos do movimento familiar rural 46 — Na complexidade crescente da vida as famílias realizar-se-ão não no isolamento, mas no encontro em grupo aberto e dialogante com o mundo. JOSÉ MENDES SERRAZINA

características essenciais do c. p. m. a revisão de vida 53 — O encontro entre os casais, feito em revisão de vida, é condição base para um autêntico trabalho para o matrimónio. UM CASAL DO C. P. M.

oração em família expressão da espiritualidade conjugal 61 — Na oração pessoal, conjugal e familiar a nossa vida toma todo o seu sentido com quanto contém de grande ou de mediocre, de aparentemente inútil e banal. PEDRO e ANITA PESSOA DE CARVALHO

a situação da mulher estudos sobre a sua imagem na sociedade 67 — Apresentação dum estudo que se está realizando em Lisboa e Luanda. M. PALMIRA DUARTE

Documentação

a mulher dentro (ou fora) da igreja 77 — «Na verdade a sensibilidade dos liturgistas é muito unilateral. Acreditarão eles realmente na superioridade do homem na ordem da graça?»

realidade terrestre do sacramento do matrimónio 82 — Do casamento civil ao casamento eclesiástico. Poderia a Igreja ainda hoje considerar o casamento civil conferindo o sacramento?

os fantasmas da família 85 — «Talvez esta digressão através dos bastidores da vida da família nos venha arrancar algumas ilusões agradáveis e alguns adornos fáceis de eloquência. Não é ilusão que irradia, não é ilusão que conquista: é a verdade.»

a palavra e o tempo

Revista trimestral
dos alunos do Seminário dos Olivais

N.° 2 — 1967 — 2.ª Série — Ano XXI

Director e Editor: Ernesto Costa Fernandes — *Redacção*: Manuel Mendes Mourão, João José Lobato, José Luís Seruya, Sérgio Contreiras, António M. Pedro, Jorge Vala, Guilherme Keck Peixoto, Carlos A. Henriques, Dário Lourenço, José Pires — *Administração*: Luís Osório Gonçalves, Victor Moita, José Maria Parente, José Manuel da Silva, José Maria Rego, Hugo Corte Real, Ventura Rodrigues, Manuel Freitas Gil, Raimundo da Conceição, José Luzia Gonçalves, José António da Costa, Vítor António, António Coelho, António Fortunato, António Castanheira, José Guerra, José Alexandre Baptista, Leopoldo S. Gonçalves, Peter Stilwell, Luís Januário Vieira — *Maquetas*: Carlos M. Martins, José João Marcos — *Capa de* José Lameiras — *Proprietário*: Seminário dos Olivais - Lisboa-6.

(Com as devidas licenças eclesiásticas)

Avulso: 15$00 — Assinatura anual: 40$00 — Estrangeiro: 2 dólares USA

Composto e impresso na Gráfica Santelmo, Lda. — Lisboa

colaboram neste número

Fernando Matos de Oliveira	Aluno finalista deste seminário.
Fernando Micael Pereira	Pároco da Póvoa de Santa Iria e redactor-chefe «Boletim de Informação Pastoral».
Francisco Sarsfield Cabral e esposa	Membros do Movimento de Casais de Nossa Senh desde há quatro anos.
João Resina Rodrigues	Padre da diocese de Lisboa, formado em filoso pela Universidade de Louvaina e professor neste minário, no Instituto de Serviço Social e no Institu Superior de Cultura Católica.
Jorge Vala	Aluno do 1.º ano de teologia deste seminário.
José Luís Seruya	Aluno do 2.º ano de teologia deste seminário.
José Mendes Serrazina	Padre da diocese de Lisboa, assistente do Movimer Familiar Rural.
Luís Teixeira da Mota	Aluno do último ano de filosofia deste seminár
Maria do Carmo Matos	Arquitecta da Junta de Construções para o ensi técnico e secundário. Encarregada dos trabalhos investigação do grupo de trabalho sobre constru escolares (colaboração da O.C.D.E. com os minis rios das O.P. e da E.N.). Bolseira da O.C.D.E. Londres.
Maria Manuela da Silva	Licenciada em económicas pelo I.S.C.E.F. Direct do gabinete de estudos sociais da Direcção Geral Assistência.
Maria Palmira Duarte	Professora do Instituto de Serviço Social de Lisb assistente do Instituto Superior de Ciências Soci e Política Ultramarina; membro da direcção do C tro de Estudos de Serviço Social e Desenvolvimer Comunitário.
Mário Murteira	Licenciado em económicas e financeiras. Profes do Instituto de Estudos Sociais. Membro da «equi piloto» do M.E.N. para o estudo das necessida de investigação científica em Portugal (organiza em colaboração com a O.C.D.E.).
Nuno Portas	Arquitecto do Laboratório Nacional de Engenha Civil, professor da S.N.B.A.
Pedro Pessoa de Carvalho e esposa	Membros do Movimento de Casais de Nossa Senh desde há dez anos.

o próximo número

Leitura do fenómeno «juventude» na sociedade portuguesa — na família, no meio, nos grupos, na sociedade política

- Valor da sexualidade — integração no crescimento para a liberdade
- Os jovens vivem em grupos — uma realidade que se impõe à pastoral
- Como nasceu um grupo juvenil — uma experiência da paróquia de Olivais Sul
- Os tempos livres — sua importância numa pastoral de jovens
- Os movimentos cristãos de jovens — estão a correspoder à sua missão?

Os jovens interpelam a Igreja

— como responde a Igreja ao jovem cristão?
— será a Igreja um «sinal de salvação» para o mundo dos jovens?

'ara que o Evangelho possa ser vivido pelos jovens

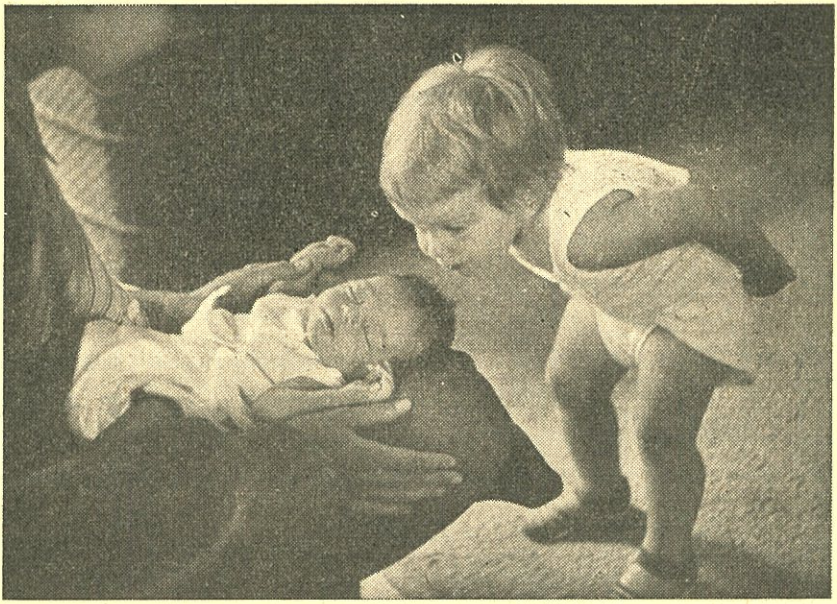
— o jovem descobrindo-se como *Povo de Deus* que caminha na história
— o lugar da *Bíblia* na vida do jovem
— do encontro interpessoal com os outros ao encontro na *Eucaristia*
— o compromisso na construção do mundo novo como manifestação da *conversão* para Deus

'om a colaboração de jovens dos diversos meios, educadores e responsáveis da pastoral dos jovens

O MUNDO DOS NOSSOS FILHOS

de

ROBERT ODENWALD



Colecção «FAMÍLIA E EDUCAÇÃO»

1. *A Alma da Criança,* de Pierre Dufoyer
2. *O Mundo dos Nossos Filhos,* de Robert Odenwald
3. *Manual dos Pais,* de Patrícia Edge

A PUBLICAR BREVEMENTE:

4. A *Vida de Família,* de J. Vimort
5. *Os Jovens e a Televisão,* de Elisabeth Gerin
6. *Educação e Carácter,* de P. Mesnard

EDITORIAL ASTER, LDA.

Largo de D. Estefânia, 8, 1.º
Telefones 53 46 11 - 53 29 73 LISBOA

Pr. Guilherme Gomes Fernandes, 24, 2.º, Esq.
Telefone 3 44 15 PORTO

Maio 1967 - Maio 1967 - Maio 1967 - Maio 1967 - Maio 1967 - Maio 1967

10 TEMAS BÍBLICOS PARA UM TEMPO DE PEREGRINAÇÃO

4 CELEBRAÇÕES: AS VIRTUDES DE NOSSA SENHORA E O CRISTÃO

TEXTOS BÍBLICOS PARA OS MISTÉRIOS DO **ROSÁRIO**

ESQUEMAS DE ORAÇÃO PARA A PEREGRINAÇÃO

ANTOLOGIA DE TEXTOS SOBRE A VIRGEM: DE SANTO IRENEU A KARL RAHNER

ARTIGOS DE

P. FERREIRA MARQUES
FR. RAIMUNDO O.P.
FR. BENTO O.P.
ENG. ROGÉRIO MARTINS e ESPOSA

PUBLICAÇÃO DA EQUIPA DE LITURGIA DE



PREÇO PARA ASSINANTES: **10$00**

CONCILIUM

é

uma experiência nova

Acabado o Concílio Vaticano II tentou-se o contacto directo entre os especialistas e o público, criando uma revista de estilo diferente, que permitisse a todos o acesso às grandes orientações conciliares, sem a filtragem dos habituais meios de divulgação. Assim, começou a publicação de:

CONCILIUM Revista Internacional de Teologia

Dirigida por **R. Aubert - Y. Congar - H. Küng - K. Rahner - E. Schillebeeckx, etc.**

em 1965

39 000 exemplares por mês
em 7 línguas e 10 países

em 1966

45 000 exemplares por mês

em alemão, espanhol, francês, holandês, inglês, italiano, japonês e português

na Europa ● América ● África ● Ásia

10 NÚMEROS: 220$00

Edição portuguesa:

LIVRARIA MORAIS EDITORA

AV. 5 DE OUTUBRO, 297, 1.º-D.º — **LISBOA**

editorial

A solidariedade entre os homens constitui um dos sinais de mai relevo do tempo de hoje. O homem moderno toma consciência d dimensões do real, do seu modo de ser porque se descobre como sen «um-com os outros-no mundo». A possibilidade de contactos e col boração a todos os níveis entre os homens não raras vezes é acomp nhada por uma ausência e mesmo destruição de relações efectivamen humanas.

A solidariedade abre-nos à fraternidade, isto é, a relações comunhão que transformam e libertam as pessoas. Esta comunhi constitui a mais sentida carência e a mais desejada procura nosso tempo.

A Igreja deve ser no mundo de hoje — por vontada expressa definitiva do Cristo — sinal criador de unidade, sacramento de salv ção para todos os homens, porque ela é por natureza uma comunidad de irmãos amando-se uns aos outros em Cristo. O seu modo de est no mundo é ser fermento que transforma toda a humanidade e Povo de Deus, em comunidade de irmãos que se amam uns aos outr na força do Espírito. Povo que tem como condição a dignidade e liberdade dos filhos de Deus e como lei o amor aos irmãos, am igual ao de Cristo por nós. É por isso um Povo-Sinal.

Depois de nos termos debruçado sobre uma das expressões viv do Povo de Deus — a Paróquia, dedicámos este número da revis a outro grande sinal deste Povo — a Família.

Conscientes de que a renovação da Igreja em Portugal passa necessàriamente por uma renovação da comunidade conjugal e familiar — renovação que deve ser resposta adequada à profunda e radical transformação que a família experimentou nos tempos modernos — aceitemos olhar corajosamente para a sua problemática e cooperemos com todos os homens de boa vontade procurando realizar enèrgicamente as soluções que se impõem. A habitação, a educação dos filhos, a escola, as condições de trabalho e salário, os seguros sociais e impostos, a emigração são factores altamente condicionantes de um equilíbrio conjugal e familiar, de uma abertura consciente e livre às exigências do Evangelho.

As palavras do Concílio, ao debruçar-se sobre a família, são um convite, um apelo a criarmos estruturas, instituições e espaço humano nos quais a família possa crescer e realizar a sua irrecusável missão que lhe vem de ser pela criação — princípio e fundamento da sociedade humana, pela graça — sinal da Aliança de amor e fidelidade que Deus estabeleceu com o seu Povo, participação na unidade fecunda entre Cristo e a Igreja (cf. Ef., 5/32).

O amor fundamenta, constitui e sustenta a comunidade de amor entre marido e mulher, entre pais e filhos e a sua espontânea irradiação no serviço dos outros e da sociedade. Este amor eminentemente humano — relação entre pessoas feita no respeito absoluto pelo outro, na atenção comprometida e responsável pelo seu crescimento e na doação total que atinge a sua expressão máxima na comunhão

física — realiza-se em plenitude pelo Ressuscitado que «fez nc todas as coisas» inserindo-as no amor vivo da Trindade.

A palavra do Senhor «que eles sejam um como nós somos u constitui o apelo a esta aventura que não conhece termo, pois o dinamismo interior vem-lhe da referência essencial à unidade de D que é comunhão de Pessoas. Comunhão entre as Pessoas que tanto mais unas quanto são Pessoas e que são tanto mais Pes quanto são unas. A plenitude da existência pessoal coincide cor plenitude do dom ao outro na Trindade. Nada seria mais falso que opor dom de si a realização pessoal, pura abertura a liberd segura da pessoa. São movimentos estruturalmente simultâneos e relativos. Uma existência ascensional é uma existência que cr na sua fecundidade em relação aos outros, é uma existência qu faz dom.

A comunidade familiar, sendo comunhão de pessoas é o gra lugar de crescimento humano, da verdadeira e adulta educação filhos, de empenhamento e acção na sociedade, de testemunho mistério de amor que o Senhor revelou ao mundo pela sua Mor Ressurreição (cf. Ef., 5/27).

I

artigos

Evolução e condicionalismos da família portuguesa

A PALAVRA E O TEMPO pertende ler os acontecimentos perspectiva pastoral. Com a colaboração do P. Fernando Mic procurámos definir o sentido da evolução da sociedade conte porânea, e a nova situação e funções da família e dos s membros. Convidámos alguns especialistas a ler diversos aspec do contexto socio-económico e sua influência na família por guesa. Também a Igreja no novo contexto tem que encontra seu modo de presença na família, o que tentamos equacionar final do artigo.

JORGE VALA, JOSÉ LUÍS SERUYA, L. TEIXEIRA DA MC

Na sociedade contemporânea operam-se profundas transforn ções, a família como instituição base desta sociedade está também evolução, o que levou à transformação de algumas das funções papéis da família e dos seus membros. Daí a perplexidade e até ansiedade com que são encarados os problemas familiares; daí o fa da família estar em causa e da própria evolução social fazer sobress melhor alguns aspectos da sua natureza. A família vê as suas funç mais delimitadas e melhor definidas.

A família na sociedade rural-tradicional caracteriza-se por uma extensa e a muitos títulos englobante função social. Por exemplo é nela que a criança é educada, nela tem todas as relações, e a partir dela constrói o seu futuro. À família cabe transmitir o fundamental da cultura e o núcleo central dos bens. A casa-campo é ao mesmo tempo local de trabalho, oficina, celeiro, dormitório, centro de encontro. Há muito pouca diversificação de trabalho, não sobressai a originalidade da pessoa, são poucas as especialidades; o que interessa acima de tudo é que cada um seja capaz de adoptar os moldes de vida do grupo. O bom filho-família é aquele que prossegue o caminho dos antepassados. Quando alguém tem uma vocação especial terá que abandonar a família para constituir por si um novo núcleo. Dentro da família processa-se todo um controle social que se por um lado não permite aos seus membros saírem dos quadros tradicionais, por outro lado protege-os das anomalias sociais. Do ponto de vista moral reconhece-se uma unidade de autoridade, a do «senhor da casa». É ele que pratica a justiça e pontifica em todas as questões — as normas vêm decididamente numa linha vertical. Por outro lado são pouco intensas as relações do grupo familiar com o exterior, pouco ultrapassam a escala da aldeia ou até do pequeno «grupo de pertença» dentro da aldeia. Do ponto de vista económico constitui o agregado familiar uma unidade de produção e consumo relativamente auto-suficiente.

Devido à industrialização, à urbanização e a outros factores culturais e ideológicos a família tem vindo a passar dum sistema tipo patriarcal a um sistema tipo conjugal (pai, mãe e filhos); dum grupo estratificado e estático a família passa a ser um grupo profundamente dinâmico.

Na sociedade contemporânea o «poder» é o fundamento da evolução, da mobilidade de todo o crescimento social. Entende-se por «poder» tudo aquilo que é capaz de fazer crescer: a riqueza, a cultura, a especialização, os hábitos, o tempo... E a posse de qualidades adequadas à prestação de serviços especializados é a única arma de segurança do indivíduo. Ora esta especialização ganha-se de múltiplas formas, mas um dos seus fundamentos principais é a investigação e o estudo. (Por isso torna-se hoje tão premente a necessidade da democratização do ensino, da cultura, da instrução, da informação).

O novo contexto económico-social tirou à família o seu estatuto de pequena empresa. Grande parte das funções atribuídas à família na sociedade rural-tradicional são agora realizadas por serviços exteriores a ela. Além disso o trabalho dos seus membros já não tem uma dimensão apenas familiar, mas é realizado para comunidades mais vastas e anónimas. Levantam-se assim novos problemas como o das

fontes de rendimento (salários, etc.), o da natureza das ocupaç horários, tempos livres, habitação e espaço, etc.

A multiplicidade das formas de vida urbana impede o cont global, comum na vida rural-tradicional. As pessoas já não se cor cem umas às outras sob todos os aspectos, quando muito dão cc desta ou daquela faceta dos outros. A família passa a ser o prim local de compensação afectiva global, onde cada um põe em com a sua experiência de vida. Daqui que seja particularmente imp tante a sociedade encontrar um «espaço-tempo» que permita equilíbrio familiar.

No novo contexto social processa-se uma modificação das r ções entre as pessoas, cria-se uma iguldade de direitos e deve Sobressai extraordinàriamente o novo papel da mulher na socied Toma igualmente maior relevo a atenção dada à criança e ao adc cente, cuja educação se «democratizou» (o que não quer dizer à família já não caiba um papel importantíssimo na transmissão cultura). No interior da família surgem assim maiores dificulda na resolução dos conflitos: fala-se no «dever de se sentar», de «c flito de gerações», etc.

Se por um lado a família perdeu muitas das suas funções (e seriam suas?) por outro viu intensificar-se a sua acção num ou pontos fundamentais, adquirindo até alguns papéis novos.

Interessa-nos portanto delimitar o mais exactamente possíve diversas condições que na actual contextura portuguesa determir as novas funções da família e dos seus membros. Por isso resolve submeter este texto a alguns especialistas a fim de o criticarem à da realidade portuguesa.

FAMÍLIA E HABITAÇÃO

NUNO PORTAS

O problema da habitação comporta, entre nós, dois aspe fundamentais: um aspecto qualitativo e um aspecto quantitativo.

O primeiro está ligado à modificação rápida das estruturas fa liares, o que tornará dentro de muito pouco tempo inaceitáve grande maioria das casas económicas que se estão construir É necessário que as habitações possuam características dimensior construtivas e funcionais que correspondam às necessidades das fa lias a quem são destinadas. O segundo traduz-se numa carência m

acentuada de habitações a afectar um sector muito importante da população.

SPECTO QUALITATIVO DO PROBLEMA

As casas devem dar possibilidade a uma vida de família plenamente realizada, promovendo assim a sua união e o seu progresso.

É este um dos spcetos em que mais se traduz hoje a aspiração a uma vida melhor por parte das camadas populares, melhor informadas das novas formas de bem-estar e progresso social e cultural.

Para vir ao encontro de tais aspirações, as habitações a construir devem ter em conta uma série de elementos postos em evidência pela moderna sociologia aplicada à família e à habitação, respeitantes à evolução das estruturas familiares. São eles: a modificação do papel da mulher no lar; a intensificação da vida activa da família no lar; o equilíbrio entre privacidade e vida de relação.

Modificação do papel da ulher no lar

São vários os motivos que levam a «dona de casa» a ter uma tarefa redobrada hoje em dia. Entre outros, podem apontar-se a promoção económica, social e cultural da mulher, com a consequente tendência ao aumento do trabalho fora do lar e a tendência para a abolição das criadas mesmo nas camadas que até hoje têm podido contar com este tipo de auxílio.

Para além de toda a facilitação que possa advir do auxílio cada vez mais generalizado do equipamento doméstico ou de possíveis complementos de habitação — como instituições materno-infantis e pré-primárias — pede-se à habitação uma colaboração na organização do trabalho, simplificação de tarefas e redução de fadiga, e o permitir a participação da mulher na vida de reunião de família que se desenrola simultâneamente com o seu trabalho.

Estas exigências vêm traduzir-se num aumento de espaço preciso: o de uma zona de trabalhos domésticos vários permitindo a eventual permanência das crianças, contígua e controlada desde a cozinha, e que permita ainda obter o serviço de refeições correntes.

ntensificação a vida activa da família no lar

A promoção traduz-se também em maior permanência da família na habitação. Esta terá de satisfazer por isso a necessidades novas e importantes de difícil solução no mínimo de área. As mais salientes são:

— reunião frequente (diária) de toda ou quase toda a família no lar, mas agora por diferentes grupos e actividades; como

apontou Chombart de Lauwe «a falta de espaço limita e to desagradável as reuniões dos diversos membros do gr familiar, cujo papel é indispensável»;

— acréscimo de actividade, de trabalho e de estudo individ ou em pequeno grupo, exigindo lugar apropriado em «qu tos» ou «escritórios» com recato e silêncio;

— a família conjugal é marcada por uma maior individualiza dos diversos personagens. Pois, adolescentes e crianças, aspir a uma maior autonomia que se traduz em ter um «lugar» casa, com ambiente e objectos pessoais e, sobretudo, na po bilidade de «criar distância» suficiente em relação aos out condição posta por exigência de repouso, de trabalho, apropriação pessoal de espaço...

A não satisfação destas exigências origina certos comportame regressivos dos grupos familiares: a casa transforma-se em «pens onde se permanece o menos tempo possível; os homens e os ado centes procuram sair da casa onde não encontram condições p uma permanência agradável e onde não têm sítio próprio para o trabalho de estudo ou recreio; geram-se conflitos entre pais e fil por estarem sempre em presença e «uns em cima dos outros».

O equilíbrio entre privacidade e vida de relação em Portugal

O progresso irá influir também na qualidade das relações soc que tenderão a deixar de ser determinadas apenas pelo facto da v nhança para se tornarem resultantes de escolhas mais livres. Tende também a ser mais íntimas, isto é, a ser levadas ao interior da c

Isto exige que a casa esteja construída de tal modo que se m tenha a privacidade do interior do fogo em relação ao exterior e acessos, o que se traduz principalmente na necessidade de prever u «zona de introdução» que resguarde as zonas internas de utiliza constante (cozinha, sectores de roupas e crianças) ou de receber e es

São exigidas também a garantia de isolamento acústico e fogos vizinhos e resolver escadas patins, galerias, ruas, etc., distribuem as habitações, por forma a valorizar o encontro e vizinhos sem os impor uns aos outros.

Estes aspectos mostram como as transformações familiares p supõem uma nova arquitectura e urbanismo da casa e uma men zação dos técnicos para lhes dar resposta adequada.

ASPECTO QUANTITATIVO DO PROBLEMA

É grande o número de famílias (aprox. 500 milhares para o junto da metrópole) que vivem alojadas em condições deficie

Trata-se de pessoas que vivem quer em barracas, quer em partes de casa, quer em casas com um número insuficiente de divisões.

Para se ter uma ideia da grandeza do problema juntam-se alguns números:

— Habitam em barracas aprox. 35 milhares de famílias.
— São sublocatárias de fogos aprox. 100 milhares de famílias. Do total desta população, 57 % está concentrada nos meios urbanos e os restantes 43 % em zonas rurais, embora as sublocações se verifiquem sobretudo nas cidades, cabendo quase dois terços aos centros de 10 000 ou mais habitantes.
— Habitam em fogos superlotados ou de qualidade deficiente, exigindo substituição, cerca de 350 milhares de famílias. Destas, 130 milhares vivem em centros urbanos e 220 milhares em zonas rurais.

O sector populacional mais afectado é o dos casais jovens, das famílias mais numerosas, das massas operárias e de empregados modestos, sendo mais sensível nos centros urbanizados.

A situação deve-se a uma série de factores de que se podem destacar a falta de poder aquisitivo deste grupo populacional e o facto da quase totalidade das habitações que se constroem ser proveniente do sector comercial, que o faz a preço e em condições de especulação de qualquer modo inacessíveis às famílias que, em maior número, necessitam de casa. Por outro lado o contributo do sector não-lucrativista —Estado, Cooperativas, Previdências e Empresas—aquele donde podia vir a solução para o problema, tem sido diminuto. Ora como escreveu um reputado especialista chegou-se de vez à conclusão que tem de considerar-se normal que no sector da habitação, os poderes públicos devam suportar, de uma maneira ou doutra, uma parte dos encargos de alojamento de uma fracção considerável da população.

Assim, por exemplo, em 1964 construíram-se 42,6 milhares de fogos, mas deste número apenas dois milhares foram construídos pelo sector público, enquanto o sector privado construiu 32 milhares, sendo o resto construções clandestinas. Quer dizer, apenas 4,6 % do total das construções vem do Estado, Municípios e Previdências, e tal percentagem, que é uma das mais baixas da Europa e se manteve pràticamente constante no último quinquénio, está longe de atenuar o «déficit» carencial existente. Não há, também, pode dizer-se, cooperativas para as classes modestas, porque não podem competir com a especulação dos terrenos, nem têm financiamentos a baixo juro. Quanto às empresas o seu contributo também não modifica a situação, criando até restrições à liberdade de escolha de trabalho.

É, no entanto, o sector não lucrativista que pode resolver o problema da habitação das classes trabalhadoras, tendo no entanto o

Estado de condicionar a construção do sector privado (refreando construções de luxo, exigindo contribuição para a construção de ca populares, etc.) e fazendo que a maioria das casas que se constro se destine efectivamente à maioria da população mais necessita Estas construções devem ser feitas nos locais onde fazem falta, istc nos centros de atracção de mão-de-obra e em conjuntos servidos transportes económicos e equipamento de saúde, social, educativ recreativo, ao contrário do que frequentemente acontece devido dificuldades em proceder às necessárias expropriações por utilid pública para habitações.

Devem também ser fiscalizadas as dimensões da casa para c sejam conformes à dimensão do agregado familiar, ao contrário especulação que põe no mercado casas cada vez com menos divisó a preços constantes ou crescentes e em locais sempre mais afasta dos centros de transportes.

Conclusão

As conclusões a tirar deste estudo podiam ser muitas e long mas não é aqui o local adequado para as apresentar todas, ba assentar o seguinte:

O ponto de partida de todas as soluções é o de considera «direito à casa» como obrigação indeclinável da política social — co serviço público ao lado da educação, da saúde e da previdência.

Não menos importante para o debelamento da situação será promover a participação activa dos próprios interessados na resolução, isto é, as famílias necessitadas. Pois, quando numa pes surge a consciência dos próprios direitos, nela nascerá forçosament consciência do dever: no titular dos direitos, o dever de reclar esses direitos, nos demais o dever de reconhecer e respeitar tais di tos (*Pacem in Terris*).

FAMÍLIA E ESCOLA

entrevista com MARIA DO CARMO MATOS

FUNÇÕES DA ESCOLA

Na sociedade r

Adentro das condições sociológicas da sociedade rural-tradicio na qual a família tem um papel extenso e englobante em relaçã

vida dos seus membros, a escola, devido à influência da revolução francesa, apresenta-se com funções bastante limitadas quanto à educação da criança. É o local onde se ministram conhecimentos teóricos e práticos, sobretudo em ordem a uma memorização. A educação é dada na família; a escola tem uma função sòmente instrutiva. Nesta contextura tem um lugar excepcional o ensino da Igreja e em certa medida o ensino das escolas militares. Nos seminários e conventos foi sempre facultada uma educação global, substituindo-se por vezes à família.

Na sociedade urbana

A educação pretende estabelecer um equilíbrio no homem total de modo a que ele se integre na sociedade ocupando o lugar que as suas qualidades lhe apontam, contribuindo com a sua quota parte para o crescimento desta.

Ora na sociedade actual, em que a soma de conhecimentos aumentou extraordinàriamente, a escola passa a ter uma função muito mais ampla na educação da criança — continuando no entanto a ser uma função complementar, pois é do direito da família dar educação aos filhos e escolher qual será essa educação. Contudo essa educação complementar deve ser formativa e não só instrutiva. É em grande parte através da escola que se faz actualmente a integração das crianças na sociedade, cooperando com as famílias no estabelecimento do equilíbrio da pessoa. Daqui a importância do diálogo da escola com os pais das crianças.

S CONDIÇÕES ESCOLARES EM PORTUGAL

A situação actual da família portuguesa não permite a educação integral das crianças apenas no seu seio. Como mostram os dados do último censo geral da população (1960) e os dados estatísticos publicados em 1965, o número dos divórcios e de filhos ilegítimos aumentou muito nos últimos anos, sobretudo no sul do país; grande parte dos membros da família encontra-se afastado desta devido à emigração, à guerra no Ultramar e ao êxodo rural; por outro lado as condições impostas pelo trabalho, pela habitação e pelos fracos recursos económicos são factores que não permitem à família desempenhar integralmente o seu papel na educação. É natural, e muito importante, que a escola tome cada vez mais a função atrás descrita.

A nova Lei Escolar (Decreto-Lei n.º 42 994 de 28 de Maio de 1960) procura atribuir à escola a função de educadora integral (até prevê o ensino obrigatório de natação). O seu texto é arrojado. Os seus

frutos, no entanto, têm sido diminutos talvez porque não existe suficientes professores com condições para ministrarem o novo ensi e porque as instalações e o equipamento não constituem o indi pensável estímulo.

O ensino primário obrigatório no nosso país iniciou-se aprox madamente há vinte anos; esta obrigatoriedade porém só atinge crianças que vivem a menos de 3 quilómetros da escola. Além diss só se pode criar uma escola, lugar de professor, quando existam ma de 30 alunos, e um posto escolar lugar de regente, quando exista mais de 15 crianças em idade escolar, pelo que ainda existe un percentagem de população infantil para a qual o ensino não obrigatório.

A escolaridade mínima obrigatória foi até agora de 4 anos; só partir de 1968 passará a ser de 6 anos. Haverá duas possibilidades opção: ou continuar na escola primária ou entrar no ciclo prep ratório do ensino secundário (o ensino secundário pròpriamente di passará sòmente a dizer respeito aos actuais 2.° e 3.° ciclos dos lice e aos cursos de formação das escolas técnicas). Estes 2 anos do cic preparatório serão constituídos em ciclo de observação: servirão pa fazer despertar a capacidade dos alunos e lhes apontar a título infc mativo o melhor curso a seguir.

Transfere-se assim a opção entre um ensino teórico em ordem um curso superior, e um ensino mais prático das escolas técnicas, pa uma idade mais conveniente. São ainda pouco conhecidos, no entant os métodos, tipo de ensino, professores e instalações possíveis pa que isto se torne realidade.

Capacidade escolar

A Lei 2107 previa a construção de novos edifícios escolar -primários, discriminando as respectivas verbas e locais. A par de 1950 criaram-se 2500 lugares em edifícios escolares novos. E número não chega no entanto para cobrir a necessidade escolar país todo.

A construção começou pelas zonas rurais. Mas devido ao êxo rural e à consequente diminuição de população jovem de mui terras da província alguns edifícios escolares encontram-se actu mente encerrados.

Nas zonas urbanas, sobretudo nos arredores de Lisboa e na ilh adjacentes, o número de novos edifícios construídos não tem aco panhado o ritmo de urbanização, e as instalações existentes tor

ram-se obsuletas. Este facto é devido sobretudo à grande especulação de terrenos e à urbanização mal controlada.

Ora esta falta de edifícios e de salas de aula obriga à existência de turnos (2 ou 3 por dia), e ao super-lotamento das classes. Os professores com 40, 50 ou mesmo 58 alunos em cada classe, não podem ministrar uma educação capaz. As crianças mal aprendem a ler. Só com 3 ou 4 horas de aula por dia sem um mínimo de condições em casa para estudar, passam os dias brincando na rua, o que cria novos problemas à família.

Prevê-se que o ensino primário elementar terá em 1968, 874 880 alunos nas escolas oficiais e 45 000 nas escolas particulares. Colocando 40 alunos por sala, será necessário para atender exclusivamente ao crescimento da população construir cerca de 323 salas por ano (média dos estudos do 3.º Plano de Fomento) ou seja $323 \times 40 = 12\,920$ lugares. Ainda que o número global dos lugares existentes no ensino primário (considerando 40 alunos por sala de aula) esteja muito próximo do número de crianças em idade escolar deve-se ter em conta a regionalização e o facto de 50 % das salas não satisfazerem as condições higiénico-pedagógico-humanas .

Ensino secundário

Para o ensino secundário o 3.º Plano de Fomento, para 1968, prevê uma população escolar de 93 193 alunos nos liceus (48 670 no ensino oficial, 44 453 no ensino particular), e 71 163 alunos nas escolas técnicas (69 238 nas escolas oficiais e 1925 em particulares). Ora o número de lugares existentes nessa data no que se refere a edifícios construídos para o ensino oficial será de 53 036 lugares para o ensino liceal e 85 783 para o ensino técnico. Os lugares que faltam para o conjunto do ensino secundário incluindo o ciclo preparatório são 60 548.

Nos liceus e escolas técnicas aparecem lugares vagos devido a retirar-se desse ensino os primeiros anos (1.º e 2.º anos dos liceus e ciclo preparatório das escolas técnicas). No entanto o número de lugares que faltam para instalar os alunos é bastante assustador só por si e nos anos que se seguem o aumento será ainda maior.

Várias opções ter-se-ão que fazer: regime de turmas, adaptações de edifícios não construídos para esse fim, apoio ao ensino particular; mas no entanto verifica-se que a situação escolar é alarmante e que muita da nossa população infantil não poderá ter acesso à educação.

O professorado

Os baixos salários dos professores quer do ensino primário, qu do ensino secundário tem levado muitos a deixar de exercer para dedicarem a novas profissões, ou a acumular lugares o que não pe mite a dedicação e a abertura necessárias ao ensino. A falta de mei de cultura comum no nosso país, faz-se aqui sentir com desastros consequências na medida em que não permite aos professores, sobr tudo aos que se encontram em terras mais afastadas, a actualizaçã constante e necessária das matérias e do método de ensino.

No caso específico dos professores primários nota-se que a su cultura não é muito grande. Ainda há muitos postos escolares criad na altura em que foram encerradas as escolas normais. Alguns d regentes a que então se entregou o ensino, que possuíam apen estudos da 4.ª classe, ainda leccionam. Todos os outros possuem pe menos o curso da Escola Normal.

O ensino secundário requer habilitações de um nível superior especializadas; no entanto as diferentes categorias — auxiliares e pr visórios — e os pequenos quadros de efectivos existentes coloca est professores em situações muito precárias obrigando-os, como dissemo à acumulação de lugares e à consequente falta de actualização e ded cação. Segundo as previsões do 3.º Plano de Fomento são necessári 95 novos professores por ano para o ensino liceal e 285 para o ensin técnico. Notemos no entanto que se aos professores do ciclo prep ratório, para os quais não é exigido mais do que o 5.º ano ou equ valente, não forem ministrados cursos complementares de formaçã muito poucos estarão habilitados a leccionar convenientemente.

Relações com a família

Se o diálogo dos professores das escolas primárias com a famíl é muito reduzido, no ensino secundário estas relações são pràticamen inexistentes. Pode dizer-se que no geral, desde que o rapaz ou a rap riga entram para o ensino secundário, a família deixa de se consider responsável pela sua educação. Isto verifica-se sobretudo nas class de menores recursos económicos, devido a vários factores: o afast mento da família a que obriga a localização da escola, o desníve cultural entre pais e filhos, as más condições de estudo das hab tações, etc.

Conclusão

Pode-se terminar este pequeno apontamento sobre o ensino e Portugal com uma citação da Carta Pastoral de S. E. Cardeal Felti Arcebispo de Paris, e de S. Ex.ª Mons. Veuillot, Arcebispo Coadjut de Paris, da Quaresma de 1966: «A segunda condição de um diálog sincero (com a juventude) é dar provas de uma vontade eficaz e

oferecer-lhe instituições familiares, esolares, educativas, profissionais que lhe permitirão realizar-se plenamente. Os cristãos têm hoje a grave responsabilidade de contribuir para a construção, com os jovens e para eles, das estruturas necessárias à formação dos homens de amanhã».

FAMÍLIA E EMIGRAÇÃO

MARIA MANUELA DA SILVA

No processo de evolução da família portuguesa, a emigração desempenha, certamente, papel de relevo. O fenómeno da emigração não é recente. Desde longa data que fluxos emigratórios mais ou menos regulares se dirigiam do continente para o ultramar e para o Brasil, Venezuela e outros países. Todavia, nos últimos dez anos, a emigração ganhou sem dúvida uma feição nova. Com efeito, por um lado, na última década aumentaram significativamente os seus contingentes; por outro lado, deu-se uma viragem na orientação destes fluxos migratórios para os países da Europa do Norte e do Centro e, em particular, para a França. Este último facto, tornando possíveis deslocações frequentes ao país (no caso da emigração legal, entenda-se, pois que para o emigrante clandestino tal possibilidade lhe está vedada!) traz como consequência uma mais forte interpenetração de culturas e bem assim é causa da intensificação do próprio ritmo da emigração.

Não se dispõe, infelizmente, de dados estatísticos seguros que permitam analisar a amplitude do fenómeno. No entanto, segundo estudos feitos, o número de emigrantes portugueses em França no ano de 1963 foi de cerca de 30 000, dos quais cerca de 25 000 eram trabalhadores e 5000 sem familiares. Neste contingente, a proporção de clandestinos para regularizados era de 16 256 dos primeiros para 13 587 dos segundos.

No que se refere à repercussão que o fenómeno possa ter sobre o processo da evolução da família portuguesa, há certamente aspectos diversos a considerar; mas, porque se trata de simples depoimento, salientam-se apenas os seguintes mais relevantes.

A vida conjugal

Embora se verifiquem emigrações de agregados familiares co pletos, a situação mais frequente é a de emigração masculi permanecendo nos locais de origem os restantes familiares. O che da família procura trabalho rentável em França ou na Alemanl por períodos de alguns meses (de acordo com os ritmos das cultur agrícolas, no caso dos trabalhadores rurais), interrompendo ess períodos de trabalho com tempos mais ou menos longos considerad como férias. Há também os trabalhadores da indústria que, ess sujeitos a trabalho mais regular, regressam às suas terras uma v por ano. Num caso como noutro, a ausência prolongada do home não deixará de repercutir-se sèriamente na família:

— na vida conjugal, pela interrupção das relações conjugais co o que isso poderá comportar de instabilidade e risco para fidelidade conjugal e bem assim pelo facto da separação d origem a evoluções culturais e psicológicas diversas para ca cônjuge com consequentes dificuldades de entendimento diálogo afectivo;
— na educação dos filhos, entregues exclusivamente à mulhe ela própria sem o apoio próximo do cônjuge.

A economia familiar

Considerada nas suas implicações na economia familiar, a em gração aparece com sentido ambivalente. Com efeito, por um lad constitui uma fonte apreciável do acréscimo de rédito familiar, tan que essa é a razão principal que leva à emigração.

Não existem estudos suficientemente aprofundados sobre es problema; contudo, a experiência parece indicar que os retornos c emigrantes têm geralmente o seguinte destino:

— melhoria da habitação (construção de novas habitações, be feitorias nas existetnes) e do equipamento doméstico;
— melhoria do vestuário;
— aquisição de prédios rústicos;
— melhoria do nível de vida em geral.

Em contrapartida, verifica-se também que em consequência d retornos de emigrantes, não raro a mulher abandona o trabalho d campo, tomando-o por incompatível com o novo *status* social a que s julga ter ascendido.

Conclusão

A conclusão a tirar deste breve depoimento é pois a de que a emigração influencia e continuará a influenciar o processo de evolução da família portuguesa, sendo de desejar que se criem condições aptas a evitar ou pelo menos atenuar possíveis consequências perniciosas e bem assim condições que permitam aproveitar o fenómeno da emigração, com o que isso comporta de maior rédito e abertura a certas formas de civilização, para firmar e orientar a evolução da família portuguesa.

FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO EM PORTUGAL

MÁRIO MURTEIRA

Nas considerações seguintes vamos colocar-nos exclusivamente sob o ponto de vista económico, sem qualquer referência a juízos doutrinários. É exactamente pela importância que atribuímos à perspectiva doutrinária que nos desgosta vê-la diminuída ou atraiçoada na ignorância (real ou suposta) da realidade. Creio que será esta a melhor forma de corresponder ao convite que me foi posto para comentar, como economista católico, a situação da família portuguesa no que se refere a rendimentos.

Gostava, no entanto, de deixar claro que não creio em qualquer relação objectiva entre nível de bem-estar e religiosidade da família ou do indivíduo. No essencial, julgo que o mais que se poderá arriscar sobre este assunto é que o económico *deve* libertar o homem e não aliená-lo. Mas as condições sociais próprias a essa libertação transcendem certamente, em muito, uma simples questão de rendimentos ou de satisfação de necessidades materiais.

Rendimento familiar

Actualmente, o rendimento médio por família em Portugal não chega a atingir os três mil escudos mensais. A família média portuguesa compõe-se de três a quatro pessoas. Por outro lado, não existem ou não se encontram publicados estudos que permitam estimar o orçamento correspondente ao *mínimo social* para a família portuguesa de composição típica no contexto português e europeu; não custa, porém, adiantar que esse mínimo deverá *ser igual ou superior* aos três mil escudos mensais. Como, ainda, o rendimento nacional se encontra repartido duma forma muito desigual, não é difícil con-

cluir que mais de metade das famílias portuguesas (provàvelmer uma percentagem próxima dos 70 %) não aufere um rendimento q permita um padrão de vida conforme às exigências *mínimas* nosso tempo.

Poder-se-ia supor que os organismos de redistribuição dos ren mentos — nomeadamente o sistema de segurança social — permitisse superar a gravidade da situação acima descrita. Basta, porém, pens nas prestações diminutas do regime de abonos de família (que n cobrem, como é sabido, a população agrícola e atingem, no máxin os cem escudos mensais por pessoa a cargo), nas condições deploráv da saúde pública, nas insuficiências da política habitacional, pa verificar que os mecanismos de redistribuição poderão atenuar es consequências da insuficiência absoluta das remunerações direct mas nada modificarão quanto ao essencial.

Factores de desenvolvimento económico-social

A situação referida tende certamente a melhorar, embora t vez sem a rapidez desejada e possível. A melhoria das condiçõ materiais de existência das famílias portuguesas dependerá, afin dos seguintes factores:

— rapidez do ritmo de desenvolvimento global da econon portuguesa;
— melhoria da repartição do rendimento nacional;
— existência duma política social procurando a valorização família.

Não faria aqui sentido desenvolver uma análise das condiçõ que permitiriam acelerar o progresso social português. Apenas des taremos alguns pontos de fundamental importância na nossa opini e que nem sempre são devidamente realizados.

É certamente erróneo pensar que possa verificar-se progre social sem progresso económico, ou que o primeiro deverá ser p curado independentemente do segundo. Mas é igualmente erra supor:

a) que possa verificar-se indefinidamente progresso económ sem progresso social. O mal estar social é anti-económicc insustentável, a longo prazo, no mundo de hoje, sobretu quando se intensificam os contactos entre povos de desigu níveis de desenvolvimento e de bem-estar. Até os países soc listas europeus compreenderam isto nos últimos anos;

b) Que aumentos substanciais na produtividade do trabal — como se tornam indispensáveis em Portugal — possam obtidos sem aumentos também substanciais nas remuneraçõ

Diz o senso comum que não se pode, ao mesmo tempo, comer a galinha e os ovos. Mas é um pouco a isso que equivale procurar o desenvolvimento económico sacrificando indefenidamente o factor produtivo mão-de-obra.

Pode pensar-se que a emigração portuguesa para a Europa tenderá a desvanecer-se logo que surja — como há actualmente, entre nós, pressa em reconhecer — um abrandamento na expansão da economia europeia. É, porém, assaz ingénua tal esperança: a médio e longo prazo, com a evolução rápida que varre o mundo, mercados para a mão-de-obra portuguesa — barata e disciplinada — surgirão sempre, seja na Espanha, na África do Sul ou no Canadá. E tal emigração será inevitável (salvo pela força) enquanto o trabalho português não for geralmente remunerado em Portugal segundo o seu valor, isto é, segundo o que no Ocidente se considera ser hoje o valor económico dum homem.

Constantes sociais na família portuguesa

Associada à perspectiva remunerações, vem necessàriamente a perspectiva emprego. Do ponto de vista da realidade sociológica da família, as transformações em curso na sociedade portuguesa em matéria de estrutura do emprego serão provàvelmente mais acentuadas do que as correspondentes à óptica dos rendimentos. Essas transformações podem ser reduzidas a dois pontos: acentuação do êxodo agrícola (uma média anual, mais de quatro vezes superior nos anos 60 em relação à década de 50); contraste crescente entre actividades agrícolas e não agrícolas no que se refere a nível e género de vida. A sociedade portuguesa apresenta-se cada vez mais contrastada; nomeadamente em termos de agricultura-indústria e meios rurais versus meios urbanos. Seria assim ilusório — sê-lo-ia em qualquer sociedade, mas ainda mais no caso de existirem profundas desigualdades e assimestrias — falar duma situação típica da família portuguesa. Parece-nos importante tomar consciência do facto, que implica a coexistência de grupos sociais em que a família tem todos os dramas de carência duma sociedade subdesenvolvida com outros grupos em que a família sofre já das tensões e dificuldades comuns às sociedades industrializadas da Europa.

EVOLUÇÃO DA FAMÍLIA E PROBLEMA RELIGIOSO

FERNANDO MIC

Uma problemática da família?

A campanha ainda recentemente realizada pela Acção Catól a propósito da Família, constitui um dos mais significativos sinais como actualmente se levantam problemas de religiosidade nas famí em Portugal. Já de si a própria iniciativa desta longa campanha se sinal de que o episcopado se preocupava com o problema, mas p além da iniciativa, a maneira como toda a campanha decorreu, e tu quanto se passou com as suas conclusões, constituem sinais ainda m significativos.

É certo que o reduzidíssimo alcance da campanha se pode e d atribuir a muitos factores. Porém, por mais diversos que tenham si os condicionalismos que a influenciaram, não se pode esquecer c pràticamente a A. C. não soube que dizer a propósito da famí. Este facto em si muito grave, transcende os condicionalismos momento da A. C. para apresentar à própria consciência da Igr um problema em que talvez ainda não se tenha tido a coragem advertir.

Um segundo facto que podemos aproximar deste primeiro, fa igualmente presente na actualidade pastoral, é o da importância c assumiram recentemente não só os grupos de casais, como os própr movimentos de preparação para o matrimónio. Num contexto pastoral e de apostolado em que a desorientação e o desânimo s ainda demasiadas vezes a nota dominante, verifica-se que quase s se saber como, todos os movimentos de apostolado que se interess pelos problemas dos casais se tornam viáveis, constituindo um cam de acção pastoral muito fecundo.

Finalmente, não se pode deixar de verificar que passados algu anos de trabalho nestes movimentos, se levanta normalmente u problema aos casais que para eles entraram: o problema da eficá ou se se preferir da irradiação externa da sua vitalidade cristã. Algu casais encontram a sua realização apostólica entregando-se a tare dentro dos movimentos; outros, conseguem tomar iniciativas apos licas ao nível da própria equipa; mas muitos outros vão sentin uma certa frustração, inevitável em quem vê a sua colaboração c

os outros reduzida a uma interacção demasiadamente subjectiva e centrada nos problemas da equipa.

Todos estes factos traduzem uma mesma situação e constituem sinais que sendo bem interpretados nos podem ajudar a começar a perceber o que se passa no domínio da integração religiosa das famílias.

Novos condicionalismos sociais

A sociedade rural-tradicional no nosso país, formava os seus círculos concêntricos de relação em torno da Igreja e de mais uma ou duas instituições. A família, como nos diz o texto inicial deste artigo, era uma unidade quase perfeita de controle social, um micromundo. A própria contextura social fazia com que a religiosidade ou irreligiosidade do grupo social se traduzisse no grau de religiosidade das famílias. Estas, eram por seu turno uma imagem adequada da sociedade e ponto de partida para uma visão do mundo mais ou menos adequada também.

A urbanização da sociedade, na medida em que aproximou os homens, intensificou de tal maneira as suas relações que vai dando origem a novos tipos de estrutura social. A técnica e a industrialização, por seu turno, trouxeram uma nova mentalidade e novos moldes de vida que mais intensificam ainda esta mudança que de si era já muito intensa.

A vida deixou de se processar em círculos concêntricos de base estritamente territorial. Todos pertencem a grupos muito variados, uns de natureza profissional, outros de companheirismo ou de afinidades de várias ordens. Além disso, estes grupos deixaram de ser impostos. A profissão passa cada vez menos de pais para filhos e aprende-se cada vez mais longe de casa. Os amigos já muito frequentemente não são os vizinhos. Quebraram-se as regiões restritas de endogamia e mesmo os próprios rurais recebem mil e uma solicitações e referências de um mundo que se situa nos antípodas da sua terra natal.

Este vasto mundo no qual escolhemos as relações, a profissão, a residência e até as próprias ideias é por sua natureza variado, pluralista, complexo. Nele se entrecruzam as pessoas, as mentalidades, os grupos e todas as realidades sociais. Se é certo que em toda esta complexidade se criam plataformas de compromisso ao nível dos valores — hoje como sempre há coisas indiscutíveis para a mentalidade geral — é verdade também que as principais atitudes e comportamentos são mais variados do que nunca.

Num contexto como este, é muito diversa a posição da Igreja que surge aos olhos dos próprios fiéis como não tendo o monopólio da religiosidade, embora acreditem fielmente na autenticidade do

catolicismo. A própria esfera da religião surge como um valor mu importante mas sem ter o poder de controle que era seu apaná até agora. A religião deixa de ser imposta pela vida para ser p curada através da vida.

O mesmo se passa com a família, que é mais procurada imposta como controladora de toda a actividade social. A socied actual é levada a tentar descobrir o que é verdadeiramente fun mental na vida familiar, despojando-se daquilo que não lhe comp como se afirma no texto inicial.

Alcance religioso dos novos condiciona-lismos

A valorização de tudo quanto diz respeito ao amor do casal sinceridade, à entreajuda é assim uma consequência da nova inser da família no mundo. Muitos casais sentem que ao escolherem des volver a vida familiar, escolhem qualquer coisa de muito profur que se situa no domínio da própria religião. Vida familiar e relig estão ìntimamente ligadas em quem procura aprofundar a sua v mas esta ligação passou de imposta a escolhida. São os próprios cas que tomam a iniciativa da entreajuda no plano do aprofundame do seu amor e da sua vida religiosa.

Do mesmo modo sentem que a sua família já não é o seu mun mas que a própria família está ao serviço de Deus e do mundo. Daí c se estabeleçam grupos e associações livres de famílias e que em mui destes grupos haja uma procura constante de serviço dos outros. S «famílias pioneiras» que procuram a nova inserção da família sociedade. Esta mudança de condições sociais provoca porém gra tensões e largas decepções ao nível familiar. A relação pais-filhos agora recomeça a ser equacionada pela vida. Se o valor do am conjugal é dado já readquirido pela mentalidade geral, o diálogo gerações, a equação liberdade-respeito pelo outro, constituem grandes desafios da hora presente.

Esta tensão nas relações pais-filhos tem o mais vasto alcar religioso na medida em que a imagem destas relações é fundamen para a integração das atitudes religiosas não só na infância como própria idade adulta.

Uma interpelação à Igreja

Quererá espontâneamente a Igreja intervir como é sua missã ajudando as famílias a equacionar este problema verdadeiramer novo? Terá de o fazer porém à luz de Cristo e com os olhos post na vida actual que é diversa da tradicional. Querer ressuscitar norm sociais de tempos passados será tarefa dolorosa e ineficaz; essas nc mas nem sempre se ajustam às novas condições de vida. A tarefa q

se oferece à Igreja é a de repensar a vida actual à luz do Evangelho. Será porém compreensível que aqui e além tente aplicar normas passadas à vida actual; a longo prazo o fracasso dessa atitude será um incentivo para ir encontrando o caminho a seguir.

Conclusão

É evidente que esta problemática das relações entre a Igreja, família e sociedade não passa de um paradigma que pode ajudar a observar a realidade mas que não retrata exactamente uma situação real — quem o poderia fazer? Utilizado, porém, como instrumento de observação, talvez explique alguns êxitos e fracassos recentes da pastoral familiar entre nós.

Encontro e vida a dois -- sua projecção social

FRANCISCO
E
MARIA CABRAL

Como expressão institucionalizada do amor entre duas pesso de sexo diferente, a família é susceptível de ser encarada em plan muito diversos, embora certamente complementares. Por exempl parece existir uma enorme distância entre a perspectiva extremamen pessoal e misteriosa do encontro e entrega total de dois seres humanc e a perspectiva sociológica do papel da família no meio social. M não custa aceitar que por detrás de todas as manifestações da rea dade familiar, desde as mais íntimas às mais exteriores, se deva enco trar — embrionàriamente pelo menos — uma uniforme atitude base. Desta atitude (cujo grau de consciência é, manifestamente, secundária importância) deriva o sentido, positivo ou negativo, d múltiplas expressões da família.

Autenticidade e mito

O casamento, fenómeno social, fornece todo um conjunto fórmulas de agir, de hábitos consagrados de vida em comum, reflexos condicionados mentais e até afectivos, que o tornam par cularmente susceptível de constituir uma fonte de demissões pessoa

e de equívocos profundos. Na medida em que, assumindo e ultrapassando todo este complexo de automatismos psico-sociológicos, se não encontrar uma atitude pessoal de autenticidade e de caridade, ponto de partida para uma entrega ao outro (cônjuge, e, reflexamente, filhos e sociedade), como poderemos esperar frutos positivos da família?

Esta afirmação de maneira nenhuma menospreza os inúmeros obstáculos de natureza externa — social, económica e política designadamente — que impedem uma realização mais plena dessa realidade cuja crise é por demais evidente: a família. Ela pretende, no entanto, sublinhar o essencial, e este situa-se no segredo dos corações e não na adopção ou renovação de famílias.

Na verdade, na tentativa louvável de salvar a instituição familiar, corre-se, por vezes, o risco de não fazer mais do que mitificar o casamento, apontando-o aos cônjuges modelos de comportamento ideal e sobretudo, fornecendo-lhes uma «personagem» com quem se deverão identificar. A consciência mitificada de uma missão a cumprir ou de um papel a desempenhar poderá conduzir a magníficos resultados aparentes e manter o casal numa quase euforia, mas desvia-o da necessidade radical de um encontro autêntico no amor. O casamento — como, evidentemente, qualquer outra situação concreta a que Deus nos chame — não apresenta soluções mágicas para os problemas humanos; como todas as vocações exige um esforço de entrega total, de aceitação e doação de si próprio, de resposta séria ao apelo de Deus.

Encontro no amor com o Amor

Esse apelo orienta-se muito concretamente, no caso do casamento, para o encontro e vida a dois no amor. Não é preciso procurar noutro lado a dignidade humana e religiosa do estado de casado: o amor conjugal, implicando uma doação recíproca e constante de dois seres, é uma via de acesso ao Amor; mais: na medida da sua autenticidade, é já o próprio Amor.

A comunhão de vidas que o casamento consagra é formada, conscientemente ou não, por toda uma série de motivos em que o interesse pessoal — por contraposição à doação pura — se acha empenhado. É o caso antes de mais, da atracção sexual, tomada aqui no sentido amplo, e não apenas carnal, de impulso para o outro sexo na busca de uma complementaridade. A atracção sexual assume e dá uma nota específica à tentativa de superação do isolamento pessoal através de um contacto com os outros; a necessidade imperiosa de quebrar a solidão encontra, assim, no casamento um terreno privilegiado. Uma

perspectiva de solução parece surgir, para o problema do isolament tanto mais que a união física e a vida em comum (simbolizada p exemplo, pela casa) constituem como que garantias externas de un comunhão real de pessoas.

Claro está que tais «garantias» são sumamente enganador podendo levar aos piores equívocos (no fundo, o equívoco de tom a forma pelo conteúdo). Aliás, muitas razões não só equívocas con radicalmente falsas enquanto justificação para uma vida em comu levam frequentemente ao casamento: desde a vontade de indepe dência em relação à família onde se nasceu, até motivos de superaç de complexos sociológicos de «não-casar»...

O facto, porém, de na base do impulso para o encontro e vi a dois estar o interesse pessoal de cada um, não significa que a essê cia da comunhão se realize mediante uma espécie de transacç comercial interesseira. De resto, toda a vocação — por mais abnega e exigente que seja — engloba um coeficiente de realização pesso não atingível noutra forma de vida, e nessa medida corresponde um interesse «egoísta» da pessoa.

Renovação constante da entrega mútua

O encontro dos cônjuges, para que se concretize, implica u esforço permanentemente renovado de entrega mútua, um movimen de caridade, sem negar os valores de complementaridade visados pe interesse de realização pessoal mas assumindo-os e abrindo-lhes nov horizontes. Não se trata de sobrepor uma perspectiva espiritual a un perspectiva meramente humana, mas de compreender que nenhun comunicação pessoal é possível sem o amor.

Assim, a exigência de uma aceitação profunda de si própr será a primeira a ter em conta; o dar-se a conhecer, para se process em clima de verdade total, deverá partir daí; por isso o progres do amor conjugal é inseparável do aprofundamento de si própri Aprofundamento que, note-se, não equivale a introspecção, mas traduz — como causa e consequência, ao mesmo tempo, do diálo conjugal — num despojamento humilde de artifícios perante si pr prio e perante o outro.

Só uma atitude de verdade, de doação sem reservas, permite, p outro lado, a aceitação do outro como tal, não apenas naquilo e que ele nos é semelhante, mas na sua «alteridade» total: um out ser que nos é alheio, uma outra pessoa, cuja existência é inefáv

O casamento é susceptível de constituir um impressionante exercício de auto-ilusão mais ou menos voluntária e consciente: não é apenas no namoro que se constrói uma imagem do outro, com a qual, no fundo «dialogamos» — a tentação de reduzir o outro a um personagem fabricado na nossa consciência e de vez em quando retocado renasce constantemente.

E não admira que um tal caminho de facilidade seja tão atraente; aceitar o outro como tal, dialogar com ele em verdade, constitui uma manifestação de caridade e, portanto, uma violência sobre a nossa própria inércia. O facto de o casamento se prolongar no tempo — ele é um programa de vida quotidiana em comum — complica ainda mais as coisas, pois a rotina representa um risco constante de morte para o espírito.

Amor em contínuo progresso

Mas na própria quotidianeidade do casamento reside um dos seus traços essenciais; em primeiro lugar, esta dimensão temporal indefinida envolve a exigência de um progresso contínuo no amor, sem o qual não teria sentido a entrega recíproca dos esposos. Na verdade, a obra de doação ao outro implica um trabalho constantemente retomado em ordem a uma autêntica comunhão de vidas.

Há uma dialéctica de aprofundamento da relação entre os cônjuges que importa assumir e desenvolver, e segundo a qual o crescimento do amor mútuo é simultâneamente causa e efeito do crescimento pessoal. Poderia dizer-se, até, que a especialidade do estado de casado está em que toda a evolução individual se processe em diálogo com o outro.

Não deve confundir-se, no entanto, esta dialéctica com um ritmo uniforme de crescimento, nem com um paralelismo estreito na evolução de cada um. O ritmo segundo o qual marido e mulher aprofundam o seu amor conjugal, o purificam e o tornam mais liberto — por outras palavras, o ritmo a que obedece a entrega e a comunicação — está longe de ser uniforme; pelo contrário, tem altos e baixos, momentos de conquista fulminante e períodos de aparente estagnação, que um novo esforço deve superar.

Porque não se faz ideia, muitas vezes, do alcance e das exigências de uma autêntica entrega mútua, é grande a tentação para o casal se contentar com um determinado grau de comunhão que conseguiu alcançar, deixando ao correr do tempo e à convivência diária o trabalho de aprofundar a união existente. É evidente que uma atitude

destas, cristalizando um momento dialéctico de crescimento, acabar por matar mesmo os valores já adquiridos, cujo sentido de apel para mais além se perde completamente.

Por outro lado, uma evolução concebida nestes termos envol a ideia de que todos os resultados alcançados são provisórios; apen a exigência do amor é irredutível. Um exagerado apego a fórmul concretas de relação pode — no casamento, como em tudo — rev lar-se um travão para o progresso no amor.

Igualmente não significa uma evolução em comunhão que c cônjuges, situando-se em planos paralelos, caminhem estreitamen a par. De certo modo, a inversa parece mais verdadeira: o progress através do diálogo opera-se na medida em que os cônjuges não sã idênticos nem ocupam a mesma posição. Esta enorme riqueza, qu o casamento proporciona, de uma relação profunda entre dois ser necessàriamente diferentes, só pode ser actualizada se forem aband nadas quaisquer pretensões para uma uniformidade impossível e art ficial — conclusão à qual, aliás, um amor fiel a si próprio não ta dará a chegar.

A família: uma verdadeira comunidade...

A atitude de base que determina a relação dos cônjuges e o se progresso no amor — uma atitude de superação de si próprio m diante a entrega ao outro — condiciona igualmente o carácter c comunidade familiar. Esta constitui a célula social básica em que homem se acha inserido, e isto por dois motivos: em primeiro luga porque, nascendo e crescendo na família, aí teve as primeiras decisivas experiências de sociabilidade; em segundo lugar, porque intimidade da família permite que o homem nela se sinta plenamen ele próprio, encontrando-se na autenticidade das relações com outros seres familiares.

Como aprendizagem da relação comunitária, o papel da famíl não pode ser mais importante. A palavra educação parece, talve um pouco restritiva para abranger a realidade que temos em vist a criança apreende a essência do encontro e da relação com os outr na medida em que na atitude dos pais, entre si e quanto ao própri filho, for vivida uma autêntica relação de caridade. Quem educa nã é, pois, tanto a intervenção deliberada dos pais, por palavras ou act exemplares, como a própria realidade do amor familiar.

Se na família reinar um clima de verdade e de encontro pr fundo entre as pessoas, este ambiente marcará indelèvelmente a exp

riência de sociabilidade da criança, abrindo-a para os outros. E não é apenas decisivo, aqui, o teor da relação entre marido e mulher; a atitude do casal quanto aos filhos surge, também, como fundamental.

Na verdade, uma atitude inconsciente de posse em relação à criança, tão frequente sobretudo quando os filhos são ainda muito pequenos, elimina pela raiz a possibilidade de uma relação autêntica; a objectivação de que a criança se sente alvo diminui-a como pessoa e limita-a, em consequência, nas suas possibilidades actuais e futuras de abertura para o exterior. Por isso o amor dos pais se terá de desenvolver numa linha de desprendimento profundo perante os filhos, ou seja, uma linha de mais amor. E. claro está, a probabilidade de tal se concretizar depende estreitamente da qualidade do amor conjugal.

...aberta ao mundo

Desta mesma qualidade deriva, no fundo, a atitude da comunidade familiar em face do mundo que a rodeia. A existência de famílias fechadas sobre si próprias, famílias-refúgio do mundo e exercendo a função de defesa dos seus membros contra os riscos do exterior, não é infelizmente uma raridade entre os lares cristãos. Mas o que falha nestes casos não é uma dimensão — dimensão externa, dir-se-ia — do amor: a própria realidade do amor intra-familiar revela-se necessàriamente viciada, embora as aparências mostrem, porventura, um grande espírito de união entre os membros da família. Na medida em que o amor é verdadeiro, não pode deixar de abrir as pessoas — e poderá, até, ver-se no grau e seriedade desta abertura íntima às realidades exteriores um índice da autenticidade do amor.

O carácter privado da vida de família, a secreta intimidade dos acontecimentos familiares à qual repugna toda a publicidade, em nada contrariam esta exigência de abertura profunda para o exterior. Pelo contrário, a plena expressão do amor conjugal e familiar implica, não que as relações de família se tornem públicas, mas que o amor se projecte externamente.

Procurar exemplificar o que fica dito parece difícil, pois só a situação concreta apela uma determinada actuação, afigurando-se mais importante insistir sobre a atitude profunda de base que faz da família um centro de irradiação e não um local de refúgio. Não obstante é oportuno lembrar o dever de acolhimento e hospitalidade — entendido, claro está, como serviço da família, e nunca como forma disfarçada de exibicionismo ou de paternalismo —, ou, mais concretamente ainda a obrigação de aceitar e acolher os amigos dos filhos.

Conclusão

Ao longo deste artigo procurou chamar-se a atenção para importância da atitude de base que está por detrás das manifestaçõ da realidade familiar e que envolve desde o amor pròpriamente co jugal até à projecção da família na sociedade. Os valores de autent cidade e caridade deverão, de facto, dar vida à família, sob pena c esta se transformar numa fonte de demissão perante os homens perante Deus.

Certamente que, ao focarmos estes pontos, nada mais fizem do que referir ao casamento exigências de toda a vida humana cristã. Igualmente não entrámos na análise das formas jurídico-soci lógicas da família e muito menos das condições sócio-económic da família em Portugal. A crise que a instituição familiar atraves justifica, sem dúvida, todos os estudos desse tipo. Mas, até porque configuração institucional da família evolui como todas as estrutur sociais e nunca se poderá considerar obra acabada, não pareceu inút focar os princípios que, seja qual for a forma concreta onde venha a incarnar, sempre terão de estar presentes.

Autoridade e liberdade na educação

J. RESINA RODRIGUES

Educar é contribuir para que a criança e o adolescente se tornem pessoas verdadeiramente crescidas. É que há pessoas que parecem crescidas (e o são quanto à idade e estatura) mas continuam a proceder como adolescentes ou mesmo como crianças. A pessoa verdadeiramente crescida caracteriza-se pela maneira como assume a responsabilidade de viver. É alguém que julga com bom-senso as situações concretas em que se encontra empenhado, que se aceita a si e aos outros, que se enraíza no presente para construir um futuro melhor. Na linguagem da filosofia contemporânea, podem identificar-se os conceitos de pessoa livre e pessoa verdadeiramente crescida. Educar é assim promover a liberdade dos homens. Nos manuais de filosofia tradicional e até no título deste artigo fala-se de liberdade numa acepção mais restrita. Vale talvez a pena clarificar a noção.

DAR SENTIDO AOS CAMINHOS QUE TRAÇO

Filosofias tradicionais

Para os manuais de jeito tradicional, a liberdade é aquela perfeição da vontade que consiste em que, perante vários caminhos possíveis, a pessoa pode escolher um qualquer deles ou até não escolher nenhum, isto é, abster-se de agir. Embora se encontre em

compêndios Tomistas, esta noção é típica do séc. XVII, mais precisa mente de Descartes e de Leibnitz. Para estes filósofos, tudo se pass como se diante do homem existissem «caminhos» possíveis cujo valc a inteligência aprecia e cuja escolha compete à vontade. O homer é moralmente bom quando escolhe os caminhos que a inteligênci vê que são bons e rejeita aqueles que a inteligência vê que são mau

Os nossos contemporâneos

Ora os nossos contemporâneos — com mais violência que nenhur Sartre, de maneira mais serena Heidegger e G. Marcel — perguntar se tem sentido falar de caminhos possíveis como coisas pré-fabricada e se não é simplista reduzir o comportamento humano a leituras d valores e escolhas. Dar esmola não é apenas, nem principalmente escolher uma coisa que é boa. Há ainda a *maneira* de dar. Esta ma neira não pré-existe num céu platónico, é uma *criação de moment* que visa adaptar-se à circunstância concreta e é condicionada po toda a experiência passada. Se pretendo consolar uma pessoa que sofr ou exprimir amor a alguém não me basta escolher, entre possibili dades teóricas, aquela que me parece mais valiosa. Ao *criar* um atitude de compaixão ou de amor o homem incarna de tal maneir no diálogo que é só concomitantemente que pode julgar do valo do que exprime, é só estando já a caminho que procura ajustar mai e mais a atitude que vive.

Sartre reage contra Descartes afirmando que as acções humana não têm valor em si mesmas, vale só a qualidade das atitudes. Da esmola ou não dar, ir para a guerra ou não ir, amigar ou casar sã indiferentes em si. O que conta é a maneira, o *sentido* que habit tal atitude. Consequentemente, a liberdade é não tanto o poder d escolher caminhos já feitos como o poder de *dar sentido* aos caminho que traço. Este poder tem o seu quê de infinito. Não posso escolhe o mundo em que vivo, posso dar às situações mais desesperadas un sentido que me enobrece. «Nunca fomos tão livres como durant a ocupação alemã».

Afirmar que as acções não têm valor em si mesmas parece un exagero tão alheio à condição humana como o exagero de Descartes Se é verdade que a vida seria insuportável se não cuidássemos d qualidade das atitudes, o diálogo seria impossível se não houvesse um mínimo de convicções em comum. Em todo o caso, se a posiçã de Sartre não pode ser aceite tal qual, não há dúvida que é um con vite à renovação da filosofia do homem.

CAMINHO DO CRISTÃO PARA A LIBERDADE

É sabido que o cristianismo não é uma filosofia, é uma doutrina da vida. Nenhuma filosofia será jamais adequada à realidade cristã. Em todo o caso, é lícito tentar aproximações filosóficas da concepção do homem implícita no cristianismo. Semelhante filosofia deveria, quanto à liberdade, situar-se a meio caminho entre Descartes e Sartre: no cristianismo há uma lei a cumprir, mas não se chega ao céu por um cumprimento formalista da lei. A parábola do fariseu e do publicano aí está a atestá-lo. E quando Jesus nos manda ser «perfeitos como o Pai celeste é perfeito», semelhante palavra só pode ter sentido se se refere ao amor com que havemos de encher todas as nossas acções. Se a liberdade humana é uma espontaneidade que evoca o poder criador de Deus é porque lhe compete, não apenas escolher entre os caminhos já feitos, mas abrir caminhos e instaurar neles um sentido.

Todo o homem que atingir o «uso da razão» é capaz de escolher. Mas só a pouco e pouco vai sendo capaz de uma criação de sentidos. «O homem não nasce livre. Torna-se livre, é diferente». Estes versos de António Botto encerram uma verdade profunda. É a pouco e pouco que aprendemos que os obstáculos exteriores não podem destrui-nos por dentro; é a pouco e pouco que acumulamos uma experiência da vida que permite atitudes bem ajustadas; e enfim, a maneira como nos exprimimos, ao nível da palavra e sobretudo ao nível do gosto, depende da nossa riqueza interior. Um homem que nunca dominou os instintos não consegue estar à mesa com termos um dia que tenha visitas. A verdadeira pureza, ao nível do celibato como ao nível do casamento, não se alcança um dia por escolha. É fruto de uma lenta construção na verdade.

Liberdade de autonomia

S. Agostinho gostava de distinguir entre *livre arbítrio* e «libertas», que traduziremos por *liberdade de autonomia.* Um homem que se converta hoje ao cristianismo e que aprenda o fundamental da doutrina vai ter de lutar para realizar a vontade de Cristo. À custa de escolhas sucessivas procurará identificar-se com um ideal que lhe é ainda exterior. Tempos passados, pode suceder que esse homem se tenha identificado tão profundamente com Cristo que a lei já lhe não seja exterior. Cumprir os mandamentos deixa de ser uma luta, é agora uma exigência que brota do mais fundo da pessoa. Como o artista a pouco e pouco se torna senhor dos seus meios, «se liberta» da sujeição a receitas, assim o cristão verdadeiramente amadurecido

se torna senhor de si mesmo, «se liberta» dos obstáculos que lhe di cultam um encontro simples com Deus. Note-se bem que, à medi que cresce na *liberdade de autonomia,* o homem se identifica com verdade sem com isso se determinar. Tudo se passa como se a pro midade da verdade lhe comunicasse um poder de novidade infini Ainda aqui nos pode ser de socorro a anologia do artista.

Com esta noção de *liberdade de autonomia* S. Agostinho visa explicar um tema querido a S. Paulo: a ideia de que o cristão vi na «liberdade dos filhos» e de que «para o justo não há lei». Se forte não se sente oprimido pela lei é por ter alcançado a «liberta por cumprir por amor, e de uma maneira mais rica, o que outr fazem ùnicamente por obrigação. Compreende-se assim a célebre fr de S. Agostinho: ama e faz o que quiseres. Ou a correspondente S. João da Cruz: «Já por aqui não há caminho que para o justo n há lei. Em si mesmo encontra a lei».

O cristão adulto vive na plenitude da liberdade

Por estranho que possa parecer, vale a pena aproximar de a posição de Freud. Segundo Freud, o adulto equilibrado é um s humano que harmonizou e integrou as tendências. A criança e adolescente, o adulto não equilibrado são pessoas que não alcançara a integração. Diríamos na linguagem que temos usado que o p meiro pode dispor de todas as suas tendências, tem liberdade autonomia; o segundo, entravado pela falta de harmonia e pe ausência de sínteses, tem quando muito livre arbítrio, mas não aced ainda à «libertas». Certamente que a posição de Freud precisa ser completada. Ao cristão não basta um equilíbrio natural das te dências. Em todo o caso, há que não cair no extremo oposto: se hou santos humanamente desequilibrados, esse desequilíbrio não redun em glória de Deus. Sem esquecer que a salvação está primeiro e q a fé é irredutível a uma sabedoria pagã, o ideal seria termos cristã que vivessem a fé numa natureza equilibrada.

Notemos enfim que a liberdade de autonomia é um ideal nun plenamente realizado na terra. É uma conquista, nunca terminad realizada contra os erros e defeitos, sobretudo contra o pecado.

EDUCAR É LEVAR A PESSOA À LIBERDADE

A família lugar da educação

Tentemos aplicar estas reflexões ao problema da educação. Ed car é favorecer a formação de pessoas verdadeiramente crescid isto é, capazes de viver na liberdade de autonomia. Esta liberda não é um dado, mas uma conquista. Como favorecê-la?

A primeira condição, há muito apurada pela experiência, é que a criança e o adolescente se desenvolvam num ambiente em que reine a verdade e o amor e em que se sintam amados e respeitados. É sabido que os adolescentes transviados vêm quase sem excepção das famílias desunidas, em que as pessoas se não amam e não respeitam. As extravagâncias que fazem são umas vezes um sinal de revolta, outras vezes consequências infelizes de um processo desesperado de amor. Não basta sequer que o ambiente seja «objectivamente» bom e honesto. É necessário que a criança e o adolescente saibam que são amados com um amor pessoal. Daí que seja pràticamente impossível educar fora da família ou ao menos sem um contacto estreito com ela. Os educadores mais generosos não são capazes de amar cada um dos educandos como o fariam os pais.

Note-se, de resto, que a formação da personalidade não se faz principalmente através da palavra mas por uma espécie de osmose. Dissemos que a liberdade de autonima enraíza no mais fundo da pessoa e se revela de maneira privilegiada nos gestos. É na pequena comunidade familiar, sobretudo se os pais são «pessoas crescidas», que a criança e o adolescente aprendem, insensìvelmente, um estilo de viver. Sem dúvida que a vida contemporânea exige cada vez mais a intervenção da escola, e isto, desde tenras idades. Não há perigo nesta evolução e haverá até vantagem *se o contacto com a família não for estragado.* O próprio problema dos seminários deveria ser reformado à luz destes princípios que parecem evidentes.

Importa enfim que o educador saiba manejar com intuição a sua autoridade. Educar é transmitir valores. A liberdade de autonomia é um poder de se construir para a verdade. Não se formam pessoas crescidas se não se ajudam a caminhar para a verdade. Por outro lado, não se forma a liberdade de autonomia, que é um poder de responsabilidade, se se condicionam demais as pessoas. O educador deve pois deixar progressivamente que o jovem se oriente pela sua própria cabeça. Em todo o caso, não pode esquecer que a criança ou mesmo o adolescente não está totalmente formado e que portanto pode, mesmo sem querer, enganar-se. Em suma, o educador deve ser alguém que transmite, pela palavra e sobretudo pela vida, uma verdade. Importa que tenha radiação suficiente para que o educando queira identificar-se, não tanto com ele, mas com a verdade que ele vive. Importa que seja sensato para compreender as atitudes dos jovens, sem ver mal e erro onde há só modalidades diferentes, mas sem deixar de ver o mal e o erro onde existiram de facto. Importa que seja firme para contrariar esses erros. Confiando nas pessoas dos

jovens e no esplendor da verdade que lhes propõe, o educador de dar confiança aos educandos e deixá-los assumir progressivamente responsabilidade de se orientarem sòzinhos. Não deixará de a quando lhe parecer que os erros o justifiquem, mas doseará a pe suasão e a força.

Normalmente, o educador terá de «impor a sua autoridade» ca vez menos à medida que o educando se forma. Isto significa que educando se vai fazendo responsável e que se identifica com os va res fundamentais que lhe são transmitidos. A influência do educad continua a ser real, mas exerce-se cada vez mais ao nível do diálo de pessoas crescidas. Lidando com crianças e com adolescentes m jovens, o bom educador procura ainda dar-lhes o máximo de respo sabilidade. Verificará em todo o caso que é necessário mais frequen mente intervir.

II

reflexões

A DESCOBERTA DOS GRUPOS DE CASAIS

testemunhos do movimento familiar rural

José M. Serrazina

Será a «entre-ajuda» o caminho norm

para o progresso das famílias?

Quem contacta de perto com um certo n mero de casais verifica fàcilmente que a mai parte dos lares é açoutada por crises e dificu dades que urge vencer. Poderíamos afirmar qu normalmente, o amor conjugal não atinge a s maturidade, a ponto de ser adulto e fecund sem os esposos terem ultrapassado, com pr veito, as *crises de crescimento.* — Será o tern dum tempo inicial de adaptação (por volta d terceiro ou quarto ano de casamento), ou passagem de uma forma de amor em que pr domina a necessidade da presença física pa outra mais feita de conhecimento e compree são mútua; será o aparecimento do primei filho, com tudo o que implica de inesperad e absorvente, ou o crescimento rápido do n mero de filhos com o sacrifício duma fecu didade que exige coragem perante os ma variados aspectos da vida; será, talvez, a lu pela subsistência económica que leva os esp sos a um trabalho excessivo e, por vezes, est fante, e que não deixa tempo nem calma pa *parar em família* a reflectir e a marcar nov rumos de progresso; ou, ainda, um ambien social generalizado, pouco propício à fidel dade, que os esposos têm de enfrentar e ve cer; ou a doença, com o que traz de apreensã e sofrimento e separação.

Neste e em muitos outros momentos da vid familiar o amor conjugal será alimentado pe cruz levada a dois, e pelas dificuldades venc das corajosamente.

Estarão, porém, a maior parte dos casa suficientemente preparados, e equipados d meios eficazes, para obter êxito nesta luta dif cil que têm de empreender?

Não parece estar longe da verdade a afi mação: *um casal que se isola, que não procu*

juda, que não intenta um confronto da sua xperiência com a dos outros... dificilmente ence. A *revisão de vida* conjugal e familiar urgente e válida em todos os tempos; a *nterdependência* gerada pelos modos de viver a sociedade de hoje; um sem número de fac-ores psicológicos que interferem mais acen-uadamente na *relação interpessoal dos côn-uges;* e tantos outros factores da vida mo-erna... abrem o lar para o exterior, projec-am os seus problemas no meio ambiente e ste influi poderosamente nos comportamentos nternos duma família. Daqui, a afirmação da ecessidade e urgência do confronto e da ajuda omo factor de valorização de um casal.

.. Ao nível da vizinhança,

o conhecimento,

a amizade

De casal para casal, ao nível da vizinhança, o conhecimento, da amizade, do convívio... m número variado de modos de ajuda se rocessam, quando se está atento às necessida-es dos outros. «*Na empresa onde trabalho otei, certo dia, que F. começou a dar menos ndimento, a isolar-se, a andar triste. Pro-urei-o com amizade e deixei que falasse aber-mente. Era um desentendimento conjugal ue estava a minar aquele lar... e logo mar-ámos um «fim-de-semana» a quatro para con-ersa animada e franca. O nosso testemunho udou-os bastante, tanto mais que já havía-os sofridos crises semelhantes às deles e já as nhamos ultrapassado. F., a partir dos meados a semana seguinte, modificou totalmente o eu comportamento na empresa, e foi-me di-ndo em frases curtas que tudo ia melho-ndo».*

Este testemunho é um entre muitos daqueles ue poderíamos transcrever.

Num bairro de Lisboa habitado por gente modesta, um casal sem filhos tem uma mora-dia grande. Através da pobreza evangèlicamente vivida, este casal identifica-se com os da sua vizinhança. Algumas reuniões sem grandes for-malidades, encontros e visitas sem motivos especiais que não sejam os da simplicidade cristã, uma atenção mútua aos momentos difí-ceis... espírito de boa vizinhança a irmanar os que querem dar e receber. Contactando com várias famílias desta zona, notam-se repetidas referências ao sentido de comunidade e, espe-cialmente, à ajuda nas circunstâncias difíceis da vida conjugal e familiar.

Em certo ambiente rural, bastante descristia-nizado, duas ou três famílias totalmente iden-tificadas com a população a que pertencem, têm podido, desde há mais de uma dezena de anos, manter um sem número de contactos humanos muito válidos marcados por uma linha de apostolado familiar e realizados em clima de simples e boa vizinhança. Aparecem agora, aqui e além, nas cerca de mil famílias que compõem esta pequena comunidade rural, os frutos amadurecidos de todo este trabalho, empreendido muito a partir de dentro da pró-pria população, muito à semelhança da acção do fermento na massa, sem nomes de obreiros mas com focos de influência que continuam a sua actuação e teimam em multiplicar-se — porque o amor não tem limites nem se pode impedir o seu fruto. O número de famílias que têm *encontrado o seu caminho,* que têm ascen-dido a um maior grau de felicidade, que têm solucionado problemas e vencido crises... já é bem elevado, a ponto de cobrir toda a extensão da aldeia, e irradiar em contactos com as po-voações vizinhas.

Tantos outros factos poderíamos aqui apre-sentar comprovando a eficiência da ajuda mú-tua em âmbito de vizinhança, amizade ou sim-ples convívio amigo de casais ou famílias.

Não é em vão que o Senhor louva na sua Mensagem Evangélica tantas vezes a unidade e comunidade entre os seus discípulos. Não é em vão que se põe em prática o sentido da solidariedade humana. Não há-de, também, ser em vão que se vai traduzindo na prática a caridade cristã.

... Ao nível mais amplo de movimento especialmente no meio rural

Quando cresce e ganha campo de acção a ajuda entre famílias, depressa se passa a autêntico *movimento* que não aparece como resultado de estruturação a partir de cima, mas como fruto espontâneo de desejos incontidos dos próprios casais.

Tal como na maior parte dos países do mundo, também entre nós se nota, desde há anos, uma ânsia de fazer subir o nível de perfeição humana e cristã das famílias. Sendo um problema que se enquadra na missão da Igreja, não deixa, no entanto, de interessar a todos — mesmo os que não vivem um cristianismo consciente e activo — porque há em todo o homem um desejo de felicidade que ele encontrará, naturalmente, na sociedade familiar devidamente constituída.

Pertence ao nosso século a descoberta de alguns meios, que poderemos considerar muito válidos, para ajudar as famílias na sua missão; mas acreditamos que o interesse crescente pelo Movimento Familiar e pelas suas actividades é resultado duma *tomada de consciência da missão dos leigos na Igreja* que em algumas dezenas de anos de trabalho apostólico a Acção Católica conseguiu produzir. Ao mesmo tempo, uma *espiritualidade dos leigos* e do seu estado de vida, fruto duma certa maturidade na vida cristã, exigiu a procura do *valor espiritual* d *família,* pois que esta é berço da vida humar e realização mais comum da vocação laic

Não seria oportuno alongar referências história do Movimento Familiar no nosso paí bastará dizer que são decorridos pouco ma dc uma dezena de anos sobre os seus primeir passos, e que, devido à iniciativa dos Padr Jesuítas, uns grupos de famílias se constitu ram sob a designação de «Equipas da Sagra Família», seguindo-se-lhes as primeiras «Equ pas de Nossa Senhora», e o «Movimento d Espiritualidade e Apostolado Familiar», a pa tir e com certa ajuda de alguns organism da Acção Católica de Adultos.

No meio rural, foi por volta de 1953 qu se organizaram, sem grande assiduidade, alg mas actividades formativas para Casais — ret ros, dias de formação, encontros de famíli Desde então, muito se tem tentado em val rização da Família no «sector deprimido como chamou a «Mater et Magistra» ao sect agrícola.

A Emigração descontrolada e quase e massa tem o seu primeiro campo devastad na família. Inúmeras famílias desagregada porque o seu chefe emigrou, reclamam, nes momento, por auxílio — sem saberem be donde virá.

A evolução rápida a que tem sido subm tida a população tradicionalista e rotineira d maior parte das aldeias também desorien muitos ambientes familiares.

A falta de condições económicas e de poss bilidades de acesso à cultura, que está na ba dos motivos vários da emigração e de outr forças desorientadoras da família do me rural, não tem sido enfrentado pelas popul ções em atitude corajosa de solução. Não sã eficientes as ajudas, nem propício o ambient

em suficientemente elevado o grau de ener-ias internas das massas rurais.

Como resposta a muita ansiedade e deso-ientação que se espalha pelo meio rural por-uguês, notamos que do próprio meio surge ma corrente de salvaguarda da família que e vai transformando em autêntico movimento. Em 1957 começou, quase simultâneamente em quatro Dioceses, a organização de Grupos de Casais de proprietários rurais; são, actual-nente, cerca de 75 Grupos com mais de 600 Casais — e estes com elevada responsabilidade o meio em que vivem e actuam. Há mais de ma dezena de anos que os Agricultores de mpresas familiares e os Assalariados também, omaram posição neste movimento, em ordem obter resposta para os múltiplos problemas que lhes dificultam a caminhada para uma fa-nília mais progressiva.

Em vez de razões que poderíamos aduzir, omprovando a validade do Movimento Fami-iar Rural, preferimos transcrever alguns tes-emunhos de casais. Tirados «à sorte» entre nuitos, constituirão uma amostra do que pen-am e vivem os casais dentro do movimento le que fazem parte:

Embarcámos numa aventura que vale a pena

Ao terminar certa parábola dizia Cristo aos Apóstolos: «Nem todos entendem esta lingua-gem mas só aqueles a quem isso é dado.»

Esta frase que nos deixava perplexo pela dis-paridade a que aludia na distribuição de gra-as que nos pareciam essenciais a todos, tanto mais que nos debatíamos com a dificuldade de compreender e aceitar certas exigências da doutrina de Cristo, é hoje para nós suma-nente clara.

Ao longo dos anos em que dentro do Movi-mento temos caminhado aprendemos uma coisa muito bela: esse dom dá-o Deus aos que o pedem, que o desejam, que trabalham e so-frem para recebê-lo.

Espiritualidade conjugal, o que sabíamos nós disso quando o Movimento nos perfilhou? Os problemas graves da intimidade de um casal, nomeadamente o da limitação dos filhos estavam arrumados ao lado porque a experiên-cia dizia que a discussão trazia atritos e os atritos faziam mau viver.

Os nossos primeiros tempos no Movimento foram tempestuosos; os assuntos apresentavam-se teimosamente e ao decidir encará-los em casal a atmosfera era de ressentimentos e mau estar.

Julgamos poder atribuir aos merecimentos de todo o grupo, às graças que as coisas de Deus naturalmente atraiem sobre si e à nossa oração pessoal, persistente, a nossa gradual compreensão e aceitação da vontade do Senhor e a nossa subsequente vida em graça que nos trouxe como dom imediato de Deus um muito maior entendimento mútuo.

Por outro lado o maior conhecimento da pessoa de Cristo que nas nossas reuniões fomos adquirindo foi-nos dando a consciência da ne-cessidade do Apostolado activo. Quem nos diria que viríamos a sentirmo-nos capazes de ensinar catecismo, de preparar baptizados, casamentos, convívios, festas de Natal com os rurais? Tendo em conta que o nosso grupo a quando da sua formação era na grande maio-ria de não praticantes, alguma coisa significa que todos os casais tenham hoje em dia essas preocupações e actividades; por nossa parte de princípio com bastante sacrifício, agora com muito maior alegria e disponibilidade.

Do nosso Assistente de grupo e dos casais nossos irmãos diremos que para eles não há

medida na nossa amizade, são os instrumentos de Deus junto de nós. São as suas palavras que nos acordam para os problemas e as suas sugestões e vivências que nos empurram para a luta; repugna-nos pensar o que o nosso casamento teria perdido em profundidade se não nos tivéssemos um dia dado as mãos para embarcar na aventura de aprender mais qualquer coisa.

Até aí, quanto recurso desperdiçado, o da vida em graça principalmente e o da possibilidade de apelar para a graça específica do Sacramento do Matrimónio. Nunca tínhamos meditado em que o Sacramento que nos administrámos um dia tinha sido uma consagração a Cristo e que renovando conscientemente essa consagração estaríamos recorrendo à graça do Sacramento.

Mas isso fazemos agora, agradecendo a Deus o espantoso caminho que percorremos, o que ele já representa de positivo para os nossos filhos e o que ele pode representar para a nossa família e para o nosso meio se a nossa irradiação for generosa.

P. e J. (Beja)

A irradiação
fruto da vida em grupo

Dizer em poucas palavras o que tem sido a vida do nosso grupo, para nós e para os outros casais, é muito difícil, pois apesar de termos formado o grupo há menos de três anos, muito temos já de positivo, quer em casal, quer em aumento de vida cristã.

Na verdade, grandes maravilhas o Senhor tem realizado em todos, e a amizade entre nós, que mal nos conhecíamos, só é possível, porque todos, mesmo os que ainda não estão convencidos disso, estamos unidos em Cristo. Uma amizade tão bem cimentada é indestrutível.

Ainda este ano, foi vontade de Deus de xarmos de contar com a presença física de u casal, numa altura particularmente difícil sua vida.

A infelicidade deles, mostrou bem como n ligava uma amizade sincera e Cristã. Em pr meiro lugar com eles, que precisavam de an paro, todos fomos incansáveis, e a entre-ajuc que então se desenvolveu à sua volta, foi u grande exemplo de solidariedade e Amor. El talvez não se dessem conta de quanto contr buiram para o bem do grupo, mas o Senh lho agradecerá; e hoje mesmo longe e impo sibilitados da assistir às reuniões, colabora para a maior união dos elementos do grup pelo menos quando todos juntos rezamos p eles.

O nosso grupo é bastante homogéneo: mesmas idades, os mesmos problemas de f lhos, o mesmo nível de vida; mas de que se viria só isso, se não nos unisse e guiasse Amor em Cristo e à Igreja, e se através nossa vida e amizade a autenticidade des Cristianismo maravilhoso que descobrimo não irradiasse do grupo?

Estamos em vésperas de grande afluênc de pessoas de diferentes religiões, meios e a nacionalidades. Preocupados em espírito Concílio com os problemas que surgirão, do casais do nosso grupo estão empenhados e organizar convívios para casais empregados n Base Aérea, para os ajudar nas suas dificuld des de ambientação e de descobrimento d suas riquezas, de modo a que eles, como nó possam realizar a sua vocação de Santidad dentro duma vida conjugal, cheia de Graça de Amor.

A outra característica do nosso grupo é abertura e jovialidade, porque somos novo sim, mas principalmente porque reside em nó

alegria cristã de quem sabe o que quer e ara onde vai.

M. I. e A. J. (Beja)

ar sentido prático

o que considerávamos imperioso

É-nos pedido um «testemunho» acerca do ue nos terá dado o facto de pertencermos um grupo de casais.

Estamos integrados no Movimento há coisa uns oito anos, fazendo parte de um Grupo Casais Proprietários Rurais, do qual já mos responsáveis e, cada vez, achamos ser- os mais proveitosa a permanência no Grupo, o qual muito temos recebido, sob os mais ariados aspectos.

O facto de trabalhar em equipa, de não nos ntirmos sós, é, já de si, um grande auxílio o Grupo veio ajudar-nos a dar um sentido rático àquilo que considerávamos como um ever imperioso, de dar o nosso contributo ara o alargamento do Reino de Deus.

Há, depois, os exemplos, — tantas vezes edi- cantes, — de outros membros do Grupo; dos us trabalhos apostólicos; da forma como têm ncarado e procurado resolver determinados roblemas; de processos e experiências relacio- ados com a educação dos filhos, etc., etc. E, ediante um exemplo, uma opinião ou um nselho, podemos dizer que nunca voltámos uma reunião sem trazer qualquer coisa de il.

Ao Grupo devemos, ainda, pela amizade e nfiança crescentes que nos ligam a todos os us componentes; por aquilo em que nos leva pensar nos outros e a interessar-nos pelos us problemas — como eles sempre se têm teressado pelos nossos; — pelas intenções stas em comum na oração, — um, por assim dizer, aperfeiçoamento de caridade, que não será dos frutos menos importantes. Assim, mesmo quando em nada podemos contribuir para a solução duma dificuldade alheia, resta sempre a consolação de podermos ajudar com as nossas orações.

Tem sido, também, muito bom para nós o facto de termos de preparar periòdicamente as reuniões, o que nos obriga ao estudo de determinados problemas, que, de outra forma, talvez fosse ficando para trás e, em primeiro lugar, a meditação dos trechos da Sagrada Escritura marcados para cada reunião, que fazemos sempre os dois juntos, depois de uma breve oração.

Por estes motivos e muitos outros mais, continuamos vivamente interessados neste movimento, do qual muito temos aproveitado e ao qual desejamos continuar a dar, dentro das nossas modestas possibilidades, todo o nosso concurso e entusiasmo.

N. e T. (Patriarcado)

A nossa fecundidade

Ao pedirem-nos para darmos um testemunho sobre a «fecundidade» ficámos bastante aflitos, pois se é sempre difícil testemunhar qualquer coisa, para nós aumenta a dificuldade, neste aspecto, pois não temos filhos e quando se fala de fecundidade o nosso primeiro pensamento orienta-se imediatamente para a fecundidade física.

Mas se neste aspecto nada podemos dizer, certamente que algo podemos testemunhar se a encararmos como doação aos outros, como serviço da Igreja.

Assim, estamos mais confiantes e até alegres ao constatar que, graças ao Senhor, temos pouco a pouco destruído muito do egocentrismo em que tínhamos caído, precisamente pelo facto de não termos filhos.

Preocupávamo-nos demais com o nosso caso, com aquilo que julgávamos uma infelicidade, sem pensarmos que a infelicidade está na falta de cumprimento da nossa missão no mundo. Hoje, graças a Deus, sabemos que só o poderemos cumprir através da valorização do nosso amor conjugal. Impôs-nos Cristo que sejamos perfeitos como o Pai, e Deus é fecundidade em si mesmo. Esta fecundidade tem que se realizar em todos os aspectos e não está vedada a ninguém...

Portanto, é ainda apoiados na exigência do Senhor que temos procurado não sentir o nosso casamento como frustração, antes estamos cada vez mais conscientes que, por não termos filhos, o Senhor quis contar connosco para nos darmos inteiramente a todos os que de nós precisarem, e isto faz parte do plano de salvação.

Decerto que há alturas em que isto é extr
mamente difícil, mas por isso estamos cert
do valor do sacramento, que é em si mesn
fonte de graças, e através do que estamos pe
manentemente unidos um ao outro e unid
ao Senhor.

E se muitas vezes isto não nos tem sic
fácil, presentemente temos sentido tanto a pr
sença do Senhor entre nós que estamos feliz
e confiantes. Só queremos ser capazes de agr
decer, e agradecer sempre, mesmo que nã
compreendamos bem o porquê da vontac
divina.

Por agora, queremos dar amor. Amor
Senhor, amor um ao outro e amor a todos
que de nós precisarem.

M. C. e J. P. (Évo

CARACTERÍSTICAS ESSENCIAIS DO CPM

revisão de vida

O CPM tem a sua concepção própria e característica da preparação do casamento e, portanto, não é nem pretende ser a única forma possível de preparação. Essa concepção apoia-se não só em métodos mas também numa certa visão dinâmica do homem e da mulher, do casal cristão e do amor conjugal.

O CPM não pretende limitar-se apenas a fornecer uma informação, mas tem em vista uma formação de noivos. Ambiciona uma preparação educativa do casamento, apoiando-se o mais possível em métodos que dêem aos noivos possibilidades reais de reflexão, de pesquisa pessoal e de confrontação com outros sobre os seus problemas. Tudo isto implica que ela tenha que durar um certo tempo.

O CPM ajuda os noivos a viverem o seu tempo de noivado. Para tanto, não se contenta em levar-lhes apenas noções, antes põe em evidência a experiência de noivos que se amam.

Os meios

As reuniões e as trocas de impressões entre os noivos devem conduzir a:

- Fazer reflectir os noivos no seu noivado e no amor conjugal.

- Ajudá-los a situarem-se, ou seja, a admitirem que se aplica já à sua vida aquilo que é transmitido no decurso das reuniões que constituem uma sessão; e, portanto, a interrogarem-se sobre a validade das suas ideias e dos seus comportamentos através, principalmente, daquilo que ouvem dos outros, noivos e casais.

- Descobrir com eles ou aprofundar as suas atitudes de um para o outro, e para com os outros.

- Levá-los a fazerem a aprendizagem de um diálogo profundo entre os dois, com base naquilo que já experimentaram.

• Procurar com eles a significação do que vivem ao amarem-se.

• E, através de toda esta preparação, provocar em muitos, mais tarde ou mais cedo, um despertar ou um renascer da Fé em Jesus Cristo.

O objectivo

O CPM ajuda os noivos a prepararem-se para um casamento cristão, a abordarem e a viverem um Sacramento. Fundamentalmente, o CPM considera que é sua missão uma preparação cristã. E que não é sua missão uma preparação apenas humana.

Para muitos noivos esta preparação será sem dúvida apenas um despertar — mesmo muito frouxo — da sua Fé. Em todo o caso, há possibilidade de uma interrogação. Respeita-se a liberdade de cada um, mas esclarecendo-a, sem desvalorização da mensagem cristã e com o emprego de uma linguagem adequada.

A duração

O CPM ambiciona portanto ajudar os noivos a formarem-se — ou pelo menos a iniciá-los nesse caminho — e não sòmente a dar-lhes uma informação.

Isto implica evidentemente uma certa duração e um certo ritmo de reuniões com os noivos, principalmente para os incitar a um diálogo entre os dois sobre os diferentes e sucessivos temas de uma sessão. É por consequência necessário atingir os noivos *logo no início do seu noivado.* Mas pode acontecer que as circunstâncias locais ou a mentalidade do ambiente obriguem, durante um certo tempo, a aproveitar para esse fim alguns domingos (pelo menos 2), ou a considerar sessões um pouco mais curtas. Será uma fase transitória, pois a experiência mostra quanto a duração da sessão facilita e permite uma «formação activa» dos noivos.

Muitos centros consideram uma sessão preparação com 6 reuniões como uma fórmu aceitável. 7 ou 8 reuniões, ou mesmo ma permitiriam provàvelmente uma formação m lhor. Em última análise, o essencial é não d prezar a formação em benefício de uma inf mação demasiado rápida.

Muitas vezes os responsáveis da pastoral d noivos deploram a situação daqueles que n estão em condições de frequentar uma sess normal de preparação.

Certos Centros organizam reuniões de «d pertar» que podem levantar certas interro ções. *Não se trata de preparação mas de d pertar;* não se trata de suportar e de prolong uma situação, mas de trabalhar, por etap para uma transformação profunda da pasto dos noivos.

Em todo o caso, tanto os padres como casais, devem ter a preocupação de não at buir aos noivos os seus próprios receios quar à duração das sessões. Foram os próprios n vos que conduziram o CPM a aumentar p gressivamente o número de reuniões das su sessões. É preciso contar com o factor temp se queremos seguir e ajudar o trabalho do E pírito Santo no coração dos noivos: «O Rei de Deus é assim como um homem que lanç a semente à terra...» (S. Marcos, IV-26).

A formação dos casais das equipas CPM

O CPM é contra todas as improvisações por isso a formação dos membros das equip CPM é a sua grande preocupação. Tambe aqui, em vez de noções a dar se convidam todos a viver com mais verdade.

Donde resulta a insistência nas revisões vida, que incitam a um exame lúcido de ca um sobre si mesmo e sobre o seu casal.

Convite também a uma valorização e a u aprofundamento das suas vidas. O que co titui uma formação quase permanente.

O CPM nada impõe. Sugere, propõe assu tos e métodos, explicando o seu interesse c

base numa experiência válida. E ajuda as equipas, trazendo-lhes um contributo sempre renovado. Por mais de uma vez têm sido integradas no trabalho de conjunto experiências isoladas ou fraccionadas, que foram valorizadas e completadas através de um diálogo com os Centros.

Mas isto não significa que cada Centro não deva procurar os métodos que correspondem melhor às necessidades dos seus noivos, sem perder de vista, no entanto, as duas *orientações fundamentais do CPM: educação activa e formação cristã* — ambas baseadas nos testemunhos dos casais formados pela revisão de vida.

Isto com a condição de esse Centro fazer com que o conjunto do CPM beneficie das suas experiências, aceitando confrontá-las com as outras de outros Centros, e eventualmente, interrogar-se sobre a sua validade.

A atitude dos casais

Precisarão os noivos de «técnicos» na preparação do casamento, de «especialistas»?

Não terão os noivos apenas necessidade de casais mais velhos que, pelo testemunho simples, prudente e autêntico da evolução das suas vidas, os ajudem a reflectir e a interrogar-se, isto é, de casais em evolução como os noivos? Donde a enorme importância de existir um espírito catecumenal, isto é, evangélico de respeito, de escuta e de ajuda que tenha em conta as realidades da vida. (É por isso muito importante que haja contactos com o catecumenato local).

Para poderem ser testemunhas reais, verdadeiras, é indispensável, da parte dos casais, um exame lúcido do seu amor e das suas vidas. Daqui resulta a primordial importância da revisão de vida.

As *pessoas e as necessidades fundamentais* são a realidade fundamental que cada um, na equipa CPM terá que aprender progressivamente a descobrir. A preocupação de cada membro da equipa será a de reagir, não em função do que ele é, da sua mentalidade, da sua geração, do seu modo de vida, mas em função dos noivos tal como são, e que ele tem que procurar descobrir pouco a pouco.

O CPM não é um movimento, mas um serviço da Igreja. Em relação a cada um dos noivos, é a solicitude da Igreja que a equipa local do CPM vai representar junto deles. Por isso mesmo, cada equipa terá a preocupação de adquirir a competência necessária e de aderir a um comportamento espiritual que esteja ao nível dessa responsabilidade: espírito de Fé, de oração, de renúncia, de abertura aos diversos meios sociais.

Uma equipa

A formação e a ajuda aos noivos baseiam-se num trabalho e numa responsabilidade de equipa, e nunca de uma só pessoa, seja ela padre ou leigo. O assistente e o casal responsável são meros animadores, coordenadores, porta-vozes; não são «patrões».

O CPM — Uma Federação de Serviços Diocesanos

O que caracteriza, antes de mais nada, o CPM é a sua missão de congregar, coordenar e traduzir em realizações o desejo, a necessidade e a vontade, expressas pelos Centros, de compartilharem e confrontarem os seus problemas, as suas pesquisas e as suas experiências.

O CPM é uma federação de serviços diocesanos que se entreajudam no sentido de um melhor serviço dos noivos. O que implica, para cada Centro, uma preocupação permanente, e não temporária, de colaboração e de apoio às estruturas do CPM.

Cada Centro é solidàriamente responsável pelo conjunto, e compromete este conjunto pela qualidade do seu trabalho, das suas iniciativas, e das suas informações sobre o CPM.

Por isso, cada Centro terá a preocupação de integrar-se nesse conjunto, que se concretiza, para ele, por Responsáveis Diocesanos, Conselho Interdiocesano e Secretariado.

Estas estruturas ambicionam estar permanentemente atentas às necessidades e às realidades. Para ir ao encontro da reestruturação pastoral do Patriarcado de Lisboa, organizou-se o trabalho desta Diocese nos seguintes moldes:

Constituiram-se 8 Centros inter-paroquiais, 2 em cada zona da cidade, cada um com um responsável à frente.

Fora da cidade e dentro da região pastoral de Lisboa, foram nomeados casais responsáveis para a Linha do Estoril e para a Linha de Sintra.

No próximo ano espera-se poder nomear casais responsáveis pelos Centros da província.

Conclusão — Algumas ideias fundamentais

• Deverá acentuar-se constantemente a noção de que tudo na vida está em progressão, em caminhada. Também deverá, em cada reunião com os noivos, insistir-se que o *amor conjugal,* embora apresentado sucessivamente sob pontos de vista diferentes, é sempre a mesma realidade que se vive.

• A vida conjugal faz viver uma com a outra, por uma união muito profunda e única, duas pessoas muito diferentes, devido à história pessoal de cada uma delas — a sua educação, o seu carácter, o seu temperamento — e, muito profundamente devido ao seu sexo — homem e mulher têm as suas reacções próprias —. Será portanto essencial fazer reflectir profundamente os noivos nos cuidados e nas exigências de que necessita a construção, dia após dia e durante toda a vida, da comunidade conjugal. E fazê-los reflectir também em todas as riquezas que daí resultam para cada um e para os dois.

• Deve ser cuidadosamente excluída toda espiritualidade «barata», «metida a martelo» «superficial». Trata-se de ir ao encontro d trabalho de Deus no interior dos noivos qu nos estão confiados. O Espírito Santo trabalh mesmo sem nós sabermos, e já está present no amor dos noivos. Nós apenas teremos qu ajudá-los a tomarem consciência, a se abriren e a encontrarem progressivamente a respost aos seus problemas.

• Os noivos têm necessidade de encontrar um Igreja viva. É dela e nela que o seu casal va nascer, viver, e receber uma missão. Ela é educadora da sua fé e do seu amor. O encontr com uma «comunidade de adultos» de fé viv poderá ajudá-los.

A revisão da vida das equipas

A formação dos casais faz-se fundamental mente a partir das suas revisões de vida. Est facto é, por vezes, encarado com uma cert estranheza por alguns: — Mas o que têm afina a dizer uns aos outros? — Não chegaria qu estudassem os vários aspectos da vida conjuga em livros, conferências, etc.?

O que é afinal a revisão da vida? — Ante de mais é um momento de diálogo autêntico sincero entre marido e mulher, guiado po algumas interrogações relativas a um tem dado; é, depois, o compartilhar com outro casais o fruto desse diálogo.

Cada um dos temas a abordar perante o noivos é sempre primeiro descoberto por cad casal na sua própria vida, sem livros, sem mestres, ùnicamente com o olhar, com a gene rosidade, com as reservas de que cada um dis põe para construir a sua própria vida e para comunicá-la aos outros.

Não é uma etapa de trabalho que se ultra passe alguma vez, é fundamentalmente um formação, um olhar que constantemente educ e acerta a nossa fé, e a nossa relação mútua Isto poderá entender-se quando abordamo

lguns dos caminhos que os casais percorrem través deste diálogo, e simultâneamente algu-ıas das convicções que dão consistência a todo ste trabalho:

..A nossa vida é um caminhar...

..Uma progressão suscitada por Deus...

Quando reflectimos em comum e trazemos ınto dos outros casais da equipa o resultado o nosso diálogo conjugal sobre qualquer dos emas, pomos em comum as nossas dificul-ades. No diálogo que tivemos um com o utro, foram elas que nos saltaram mais à ista, que nos fizeram talvez esbarrar, ou até ortar a conversa para recomeçar noutro dia: – «Não posso compreender essa tua maneira e lidar com o nosso filho B.! Não posso ceitar! Não podemos compreender-nos neste onto!» — e depois, junto dos outros casais erificámos dificuldades paralelas: — «A mim ımbém me custa muito a compreender que...»

Descobrimos, num primeiro momento como ɔdos somos insuficientes perante as nossas ificuldades, como todos somos pobres peca-ores e sentimo-nos mais amparados, mais for-es porque estamos entre irmãos. Já não nos nvergonhamos uns dos outros... pusemos em omum as nossas fraquezas.

Foi uma primeira etapa muito importante, ue permitirá a cada um descobrir uma nova ıterrogação, que a consciência duma pobreza omum pode suscitar: — Se somos todos pe-adores, não seremos também todos resgata-os, libertos? Damo-nos conta apenas da nossa obreza, ou também de uma força que nos em de Deus?

— Através dos factos que traduzem o nosso stado de pecadores, seremos capazes de des-obrir a acção, a força de Deus em nós?

A partir deste momento começa um verda-eiro trabalho interior, fecundo, capaz de ransformar a vida profunda de cada casal, a actuação de toda uma equipa.

Outro momento será por exemplo aquele em que muitos dos problemas, das dificulda-des de cada um parecem ter a sua justificação, a sua lógica razão de ser. Esforçámo-nos por ver com lucidez a nossa vida: — «A dificul-dade que tenho em aceitar a debilidade da minha mulher, as suas hesitações, resultam da maneira como aprendi a admirar as quali-dades da minha mãe que era o chefe da nossa família. Era sempre ela quem decidia e orga-nizava tudo...» — e então porque analisámos cerebralmente a nossa dificuldade, o nosso pro-blema, estranhamos o facto de não o domi-narmos inteiramente: — Se ambos vemos tão nìtidamente as nossas dificuldades, se ambos vemos os esforços que há a realizar, porque não conseguimos então progredir?

É então que podemos constatar que o conhe-cimento intelectual dos nossos problemas é apenas uma etapa, não só não chega para libertar-nos, como nos situa por vezes de tal modo que nos é extremamente difícil ultra-passar os obstáculos que entravam a nossa união.

Quantas vezes — «Compreende-se que eu seja de tal modo...», equivale a dizer: — «Te-nho pleno direito de ser assim, ela que mude!» — A libertação não pode vir-nos de uma luci-dez cada vez maior sobre nós próprios, mas de uma adesão a Deus que planeia a nossa vida, a nossa união, a nossa fecundidade.

É a lucidez da Fé e da Esperança, à qual se chega através da experiência da humildade das nossas capacidades: — «Senhor, fazei que eu veja!» — Perante as dificuldades do nosso carácter, perante as incapacidades, as negações de todos os dias, Senhor, fazei que eu veja como perante tudo isso vós quereis ir reali-zando a nossa união e a nossa fecundidade.

É muitas vezes na revisão da vida que se aprende a situar eficazmente a nossa lucidez intelectual, a vê-la como uma etapa necessária, uma ferramenta indispensável que nos dá acesso a essa outra lucidez interior com a qual somos capazes de reconhecer que os cami-

nhos de Deus têm momentos negativos, obscuros, cheios de ambiguidade e de sofrimento para nós.

...Esta progressão realiza-se e exprime-se através dos acontecimentos reais...

A revisão de vida faz-se sobre factos, acontecimentos reais, não sobre ideias. Na realidade depressa se descobre que não são estas, por mais justas e perspicazes, que poderão ajudar os noivos a interrogar-se sobre o que vivem. O que é fecundo, educador para eles é que lhes comuniquemos a nossa própria capacidade de nos interrogarmos, e esta, se por um lado é uma das condições preliminares da revisão de vida, é, ao mesmo tempo, um dos seus frutos mais concretos.

De início pode parecer que se trata pura e simplesmente de descrever acontecimentos que já vivemos: — como encarámos o Sacramento do Matrimónio, as dificuldades que de parte a parte nos desconcertaram, como chegámos a abordar tal assunto ou tal outro. E é ao descrever e situar tudo isso que já vivemos que vamos descobrindo como através de uma doença, de uma dificuldade, como de um sucesso ou duma alegria, era a obra de Deus, a sua Criação, a querer realizar-se em nós. A nossa adesão a ela, e portanto a fecundidade do que vivemos, dependeu muito da capacidade e da oportunidade que tivemos de nos interrogar perante esses factos, mesmo os mais simples:

— «Nós temos muita facilidade em dialogar um com o outro». Onde nos leva esta afirmação se não continuamos a interrogar-nos, por exemplo sobre o conteúdo desse diálogo? — Onde nos conduz ele? Poderá conduzir-nos por exemplo até à oração? Ou até a uma maior generosidade para com tal pessoa...?

— Se reconhecemos que nos ocupamos muito dos outros, não será o momento de nos interrogarmos sobre a maneira como o fazemo Não seremos demasiado paternalistas? Nã estaremos a limitar-nos a um sector? Não n consideramos indispensáveis?

...De que é necessário descobrir a significação...

Quantas vezes ao relembrarmos tal facto c tal outro descobrimos que teve para a nos vida uma significação diferente da que entã lhe demos: — «É curioso, só agora reconhe como todo aquele período da tua doença, qu me parecia tão negativo, foi afinal o que n obrigou a interessar-me pelo nosso filho e descobrir a sua verdadeira personalidade... — «Só agora vejo como foram afinal os pr blemas religiosos do meu marido que n obrigaram a viver mais concretamente a m nha fé».

Vivemos os acontecimentos e só depois de cobrimos como além daquele aspecto ma imediato, mais evidente, eles tinham outr que se foi introduzindo na nossa vida, obr gando-a a transformar-se, levando a nos acção individual e egoísta a integrar-se n plano da Criação. Então vemos como es significação era o que esse facto exprimia c parte de Deus na nossa vida. Vemos que c acontecimentos eram «sinais de Deus».

Assim, relembrando o que vivemos, e apren dendo a interrogar-nos através do que os outr exprimem da sua vida, podemos ajudar-nos e casal, e em equipa, a adquirir essa visão de F sobre a nossa vida, e a aperceber-nos com através de cada facto e de cada acontecimen Deus suscita o nosso progresso e a nossa re lização.

...Somos luz uns para os outros...

Mas em todo este caminhar o que observ mos? Como nos chama Deus? Como nos fala Como actua em nós?

— «Foi a tua necessidade de afecto, de compreensão que me fez sair do meu egoísmo».

— «Foi quando os nossos amigos nos contaram o que tinha sido para eles o Retiro que nós decidimos fazer o nosso».

— «Foi porque era preciso ajudar tal casal que nós tivemos coragem de voltar a abordar o nosso problema de continência».

— «Foi quando X. exprimiu a sua incapacidade de aderir à Igreja que nós tivemos consciência de como eram vazias e superficiais algumas das nossas práticas de piedade».

Deus esclarece-nos, ilumina-nos, conduz-nos pelos outros. Quando nos tornamos cegos ou surdos aos outros a nossa relação com Deus perde toda a força, toda a realidade. Por isso a revisão da vida ajuda-nos a descobrir que não se trata só de falar, de exprimir perante eles a nossa vida, mas também de escutar, de ser capaz de ouvir, de acolher o que cada um traz, e tem a dizer.

Não só somos luz uns para os outros, como somos também força. Há esforços, decisões, opções que realizámos na nossa vida ùnicamente porque pudemos encará-los através de um apelo dos outros:

— «Só fizemos o esforço enorme que representava para nós deixar a casa de seus pais, quando vimos até que ponto essa nossa dependência estava a prejudicar a evolução do nosso filho»...

Estes pontos mostram algumas das possibilidades de educação da Fé das revisões de vida, e parece-nos que podem mostrar também como é decisiva a presença e a actuação do padre em cada equipa de trabalho.

Não é de repente que os casais conseguem aderir a este espírito de revisão e comunicação de vida. De início a revisão de vida surge muitas vezes como um grande inconveniente. Aparecem dificuldades, exprimem-se divergências que viviam como adormecidas, tàcitamente anuladas, embora fossem produzindo barreiras, desânimos, silêncios, na intimidade do casal. Aparecem discussões, conflitos insuspeitados..... Outras vezes ambos resistem:

— «Não, nós não temos dificuldades, não temos problemas... não temos nada a dizer sobre tal assunto...» — Muitas vezes a «paz», a «harmonia» aparente de um casal significa apenas demissão de um dos dois. É porque um deles sempre calou, sempre desistiu, sempre concordou, que nada têm a dizer, e então é doloroso, difícil — mas não será providencial? — o confronto com outros casais que exprimem através do seu diálogo a construção de uma vida em que tudo vai sendo laboriosamente posto em comum.

Mas também nas fases mais adiantadas as revisões da vida representam muitas vezes uma acumulação de factos concretos, de que os casais precisam que o padre lhes mostre a significação:

— «Em tal dificuldade Deus agiu na nossa vida de tal maneira...». O padre tem a possibilidade de dar a significação na Fé dos acontecimentos que os casais vivem, e de os ajudar a descobrir um sentido perante uma sucessão ou uma multiplicidade de factos de que não suspeitavam o verdadeiro valor.

— «Perante a vossa esterilidade física ... Deus actuou na vossa vida de tal maneira...» — «Perante a doença ou a enfermidade do vosso filho...» — «Perante o vosso insucesso em ajudar X. ...».

Os casais aspiram a poder contar com o padre para ouvi-los e ensiná-los a ouvir, para acolhê-los e ajudá-los a acolher. É um caminhar difícil, laborioso, em que os casais precisam de conhecer a solidariedade do padre, a sua generosidade em assumir na sua própria vida e integrar na sua oração as realidades que vivem e lhe comunicam, a sua Fé que lhes anuncia através de tudo o que vão vivendo a presença real, permanente de Jesus Cristo.

Fevereiro de 1967

A LIVRARIA MORAIS EDITORA E OS PROBLEMAS DA FAMILIA

LIVROS PUBLICADOS:

- **FORÇA E FRAQUEZAS DA FAMÍLIA**, de **Jean Lacroix**
- **MORAL SEXUAL E DIFICULDADES CONTEMPORÂNEAS** — (vol. I e II), por um grupo de teólogos, médicos e educadores.
- **ESTE SACRAMENTO É GRANDE**, de **A. Christian**
- **A UNIÃO CONJUGAL**, de **Marc Oraison**
- **A TEMPERATURA, GUIA DA MULHER**, de **Sacha Geller**
- **AMOR E SACRAMENTO**, de **A. d'Heilly**
- **O AMOR HUMANO E A REGULAÇÃO DOS NASCIMENTOS**, de **J. Mac Avoy** e **Dr. Mailliez**
- **APRENDER A AMAR**, de **Paul Chauchard**
- **A CRIANÇA ATRASADA E A MÃE**, de **Maud Mannoni**
- **ANTROPOLOGIA SEXUAL**, de **Abel Jeannière**
- **O MISTÉRIO HUMANO DA SEXUALIDADE**, de **Marc Oraison**

EM PREPARAÇÃO:

- **OS CARACTERES E A FELICIDADE CONJUGAL**, de **A. Le Gall** e **S. Simon**

LIVRARIAS:

L. do Picadeiro, 11 — LISBOA — R. de Malpique, 4-A

DISTRIBUIDORES EXCLUSIVOS:

DILSAR — Rua S. Filipe Néri, 37-A — LISBOA

ORAÇÃO EM FAMÍLIA

expressão da espiritualidade conjugal

PEDRO e ANITA
PESSOA DE CARVALHO

O Sacramento que nos une

Para chegarmos ao aspecto da oração familiar — que é, ou devia ser — um «tempo forte» da vida de família, tentaremos primeiro explicar um pouco o que é para nós essa vida de família, que nasceu e vive a partir dum Sacramento: o Sacramento do Matrimónio.

O Sacramento que nos une, é um Sacramento permanente. O Senhor amou-nos tanto que «inventou» esta maneira para unir n'Ele aquele e aquela que se amam; para dar um sentido a cada instante da sua vida a dois: ao bom e ao mau; ao banal e ao importante; às lágrimas e ao riso; à vida e à morte. «Inventou» esta maneira para que nem o tempo, nem a morte pudessem destruir o Amor verdadeiro dum casal que culminará nEle, um dia, para sempre.

Sacramento permanente... Sempre vivo e presente, ao nosso alcance, pronto a ser veículo de frescura, de força de paciência, de Graça enfim!

Assim, o Sacramento do Matrimónio aparece-nos de facto como a fonte essencial para ajudar o casal a tentar transformar o seu amor num louvor a Deus, numa reparação para todos os pecados cometidos contra a matrimónio, dando-lhe ao mesmo tempo um desejo muito grande de fazer do Evangelho a carta do seu lar. A partir da descoberta real do Sacramento, o casal sabe que o Senhor está com eles, no meio deles. Não disse Jesus que onde dois ou três se juntassem em Seu nome estaria no meio deles?! E o casal cristão, em nome de quem se uniu num só, senão no Seu nome?! — Assim o casal que nada pode sòzinho, sabe que com Ele pode muito, sabe que pode ser, que vai ser, fermento, luz talvez. Sabe que pode, deixando o Senhor ser tudo nEle, obter um acréscimo de graça para o mundo do seu tempo...

O que acabamos de escrever é, muito resumido, aquilo em que acreditamos e que, procuramos viver. Mas como é mais fácil escrever do que viver! Já S. Paulo o dizia...

O sentido da oração na nossa vida

A nós parece-nos evidente que seria impossível tentar viver o Senhor na nossa vida de casal, de família, sem lhe dedicarmos uma parte, embora pequena, mas sempre verdadeira, do nosso tempo.

Há muito já lemos um pequeno artigo que chamava a atenção para a importância da oferta de qualquer coisa de nosso e precioso a Deus. Os antigos oferecima-Lhe as primícias dos seus frutos, dos seus rebanhos. E nós? Talvez um dos bens mais preciosos dos nossos dias, seja «o tempo». Assim, «queimemos-Lhe» gratuitamente, sem mais, quando é fácil ou difícil um bocado desse nosso precioso tesouro: o Tempo. Na Fé, na Esperança, no Amor...

Pensamos que só assim a nossa vida terá um sentido humano e religioso total. Na oração encontramos o nosso lugar de pecadores que nada podem sem Ele; trazemos-Lhe a nossa vida, a nossa miséria, as nossas aspirações, os outros, (no amor); e na fé e na esperança acreditamos que, mais vazios de nós e mais cheios dEle, O trazemos para os outros. Aqui, na oração pessoal, conjugal e famliar a nossa vida toma todo o seu sentido, com quanto contém, de grande ou de medíocre, de aparentemente inútil e banal.

Por isso chamámos à oração familiar, logo no princípio, um tempo forte. Pensamos realmente que sem oração, sem o alimento diário da oração, a vida familiar perde uma das mais importantes possibilidades de realização global: no aspecto sobrenatural e humano conjugando-se harmoniosamente. «A Redenção não é apenas uma obra a realizar. Primeiro é uma graça a obter em união com Cristo... para nós, para os outros, para o mundo...» (P. Lochet).

A oração conjugal fonte da oração familia

Antes de falarmos da oração familiar, referimos ràpidamente a oração conjugal, a nossa aquela que experimentamos e conhecemos — geralmente é feita tarde e estamos muitíssimo cansados, quase esgotados por vezes. É uma oração curta, de acção de graças, de abandono dum casal que não é nada nem pode nada sem o Senhor; que Lhe confia o seu dia, as suas preocupações; que Lhe agradece; que se Lhe oferece para o que Ele quiser; que Lhe confia os filhos, a família, os amigos, os que sofrem o mundo. — Tentamos exprimir isto numa oração pessoal de cada um, terminando com um Pai Nosso, Avé Maria, Glória e uma invocação à nossa filhinha que já está junto dEle

Fortes no Senhor, «mergulhamos» na oração familiar. Às vezes para dar o «mergulho» é preciso coragem. Hoje em dia, para rezarmos em família por vezes é necessário ter coragem também... Quando são pequeninos, a partir dos 4 até aos 10 anos tudo parece tão fácil... Tão inocentes, tão generosos, tão naturais, tão verdadeiros com orações pessoais que nos envergonham pelo seu desprendimento e singeleza... Mas depois vem a idade das crises, do «estar do contra», a idade em que o que os pais dizem não conta — claro, salvo raras e consoladoras excepções. Nessas alturas pensamos que há que continuar, com perseverança na escuridão da Fé, na Esperança, no Amor... Muitas vezes acontece o parecer que se vive um pesadelo: vemo-los como que a afogar-se e, nós colados ao chão, não os podemos ajudar E foi-nos confiado um tesouro infinito e quereríamos esbanjá-los para eles... É bom então re-

ordar a palavra do Senhor: se o grão de trigo ue cai à terra não morrer fica infecundo; nas se morrer produzirá muito fruto. — E por ezes, quando estafados, desanimados nos ape- ece explodir (e por vezes explodimos mes- no!...) é bom pensar que o Senhor veio para ara os pecadores, para os doentes; logo, para ós!

Posto tudo isto, parece-nos uma obrigação, heia de valor e sentido; uma obrigação a nanter «custe o que custar» porque além de judar a família em todos os aspectos, a une lhe dá toda a sua dimensão de pequena greja, célula una e insubstituível da Igreja otal. E por isso — é aliás uma consequên- ia — a família vai consciencializando que faz arte dum povo imenso de peregrinos, o Povo e Deus, que caminha através de escolhos e ificuldades, cheio de carências e aspirações, o encontro dum mundo melhor. É aqui, na ração, que os filhos pequenos e grandes vêem s Pais de joelhos perante Alguém que é naior; é aqui que aprendem a conhecer donde em a autoridade dos Pais, e que além de Pais, io também Irmãos pecadores atingidos, redi- nidos pelo mesmo Amor que os envolve a les! E é na oração que surge o momento pri- eligiado de os abrir ao mundo: aos seus sofri- nentos e problemas, às grandes intenções da greja, aos outros, aos que conhecemos, que ivem ao nosso lado e tantas vezes sofrem, – e aos outros que não conhecemos mas que abemos que também sofrem porque não têm az, porque têm pouca, porque lhes falta mor. É ainda na oração familiar que o tempo túrgico se vai desenrolando naturalmente, rogressivamente aos seus olhos e que nele se ão inserindo quase sem darem por isso... . abertura à dimensão Universal da Igreja — os nossos irmãos — «os outros» — pode ser avorecida pela presença habitual dum quadro e parede (em madeira ou cartão por exemplo) no qual Pais e filhos afixarão motivos de iplica a propósito dum apelo do Santo Padre, ou pelos que têm fome ou pelos que sofrem no Vietname. — Tópicos que marquem e procurem integrar-nos no tempo em que vivemos e no tempo litúrgico. Algum propósito; sugestões... E as intenções da família: por um irmão que vai fazer um retiro; pelos Pais que vão fazer anos de casados; por uma amiga tão doente; por outro que faz anos de baptizado, etc.

— Aproveitamos para acrescentar a propósito das datas importantes na vida de família, como: aniversário de casamento, nascimentos, baptismos e morte, lembrados uns dias antes, são preparadas pràticamente por todos com orações por essa intenção; sacrifícios; ida à Missa no dia (e a alguns isto custa).

— E ainda: terá interesse este «sinal»? Pensamos que muito. É frequente em conversas ou atitudes virem em qualquer ocasião referências ao quadro de parede; como por exemplo: — «Mãezinha agora por vezes tenho vontade de chorar antes de adormecer». — «Porquê?» — «Por causa da guerra». — Procurámos sossegá-la, mas ela explicou: — «Não é por nós. É a pensar no que estão a passar as pessoas no Vietname». — Não vos parece que vale a pena?!

— Citamos ainda outro pormenor ligado à oração que consideramos importante. Mais adiante escreveremos «expor-nos à Palavra». Porque acreditamos que essa exposição à Palavra nos vai aos poucos transformando, ao dizermos boa-noite aos nossos filhos quando já estão deitados, ao darmos o último beijo, costumamos deixá-los com uma frase de Cristo, curta, simples — se possível ligada à oração, ou ao tempo litúrgico (Eu sou o Pão da Vida... Eu sou o caminho, a verdade, a vida... Pai Nosso... Eis aqui a escrava do Senhor...). E confiamo-los ao Senhor, certos que irá fazendo a Sua Obra.

Assim, cremos que as palavras, decisões e opções; atitudes e maneiras de pensar irão sendo menos deles — mais Suas.

Tudo isto é o tal tesouro a que já nos referimos e que por vezes escoa perante olhos que não querem ver; ouvidos que não querem ouvir... É a Cruz. E a Cruz, na Fé e na Esperança, conduz à Ressurreição. E há as sementes que vão caindo e que darão fruto quando o Senhor o entender. — E quem sabe? Talvez o Pai nos chame antes de nos alegrarmos com o vermos os frutos... Seria ainda a Cruz. Mas a convicção de que a última palavra é a do Amor, dá-nos o ânimo necessário.

Tentaremos agora descrever um pouco a estrutura da nossa oração tal como a fazemos hoje em dia, fórmula que partilhamos convosco, com aqueles que porventura leiam estes apontamentos — mas, claro, o essencial já foi anotado: é o sentido que damos à oração familiar (louvor, adoração, acção de graças, súplica...); é o acreditarmos que se não a fizermos, qualquer coisa de precioso e insubstituível faltou à família naquele dia, à Igreja! E tudo, seja como for, haja o que houver, na Fé, na Esperança e no Amor.

Estrutura da oração familiar

1.º Depois do sinal da cruz, fazemos um exame de consciência sobre o nosso dia ou sobre um ou outro ponto concreto: simpatia, cumprimento das nossas obrigações, etc. — ponto este proposto por nós ou por um dos pequenos. Fazemos uns instantes de silêncio; quem quer fala, pedindo perdão deste ou daquele aspecto do seu dia; e por fim rezamos todos o acto de contrição.

— Começamos desta maneira procurando dar à oração, primeiro, um aspecto de purificação da família, um desprender do que es para trás, uma preparação para, menos indi nos, nos dirigirmos a Deus e seguirmos e frente.

2.º Em seguida lemos um texto do Eva gelho. Nesta altura, por exemplo, estamos ler São Mateus. Mas acontece, com frequênci alterarmos a sequência desta leitura diária pa fazer o tema da oração a partir duma notíc do jornal; uma catástrofe, Vietname, post-Co cílio, etc., etc. Ou para lermos o evangelho c dia, ou aquele que na meditação pessoal du ou doutro nos tocam de maneira especial. M sempre, mesmo quando partimos duma not cia, dum acontecimento, nunca deixamos c os ligar ao Evangelho, à Palavra do Senhc Pensamos que Esta nunca poderá ser subst tuída seja pelo que for. Acreditamos que E tem em si um «poder estranho» e, que assi como muitos daqueles que tocavam o Senh ficavam curados, assim nós, expondo-nos a E como já referimos seremos transformados. Um pouco como os frutos que, expostos ao sc vão sob a acção deste amadurecendo...

Depois da Palavra, ouvida de fé, fazemos c não algum comentário; (quando fazemos é r sentido de lhes facilitar a comprensão do tex e não para lhes dar lições de moral). Os p quenos dizem ou não o que quiserem (seja pe uma pergunta, seja uma oração pessoal), e f zemos um pequeno silêncio.

3.º Por último, pomos as intenções e comum, começando pelo mais novo e fazenc o Pai, se está presente, ou então a Mãe o ap nhado das intenções e oferecendo-as ao Senhc — Procuramos orientar os Pequenos no sei tido das intenções serem abertas, arejadas, un versais... — o que não obsta, é evidente, qu ponham as suas...

E terminamos com um Pai Nosso, Avé Maia, glória ao Pai e uma invocação à Pequenina la Família que já está em Deus. Aqui está.

A nossa experiência tem cerca de 11 anos. Na sua essência foi sempre assim. Lembramonos, no entanto, que em certa altura rezávamos o terço que, nìtidamente, maçava ou não interessava os pequenos. Passámos então a rezá-lo penas em Maio e Outubro; isso acabou também. Agora, nesses meses, para os marcar, reamos 3 Avé Marias apenas. — Durante outra emporada todos fazíamos oração pessoal; também pusemos essa modalidade de parte por ios parecer forçada.

O esquema actual parece-nos o melhor: tolos encontram nele o seu lugar; nenhum é orçado; a oração dura entre 5 e 10 minuos — curta portanto.

Claro, só vem rezar quem quer. Não há ienhuma importância e, antes pelo contrário, pedimos que não venha quem de dentro não ueira vir num esforço de verdade, de encorro com o Senhor.

A oração é também, por quanto já foi desrito, extremamente variada. Temos a impresão de que evitamos a rotina.

No sábado, a oração é sempre centrada obre a Missa do domingo — assim como nas ésperas das Festas da Igreja. E no domingo oração costuma ainda estar ligada a um texto la Missa do dia.

Assim, também durante a quaresma e o Nal a oração está nìtidamente marcada por toda ma preparação do tempo: sugestão duma erta ascese, sacrifício; de «dar»... Dar coias, dar do seu tempo, da sua simpatia, etc. bem se pode pressentir o manancial que ada família pode descobrir, a seu modo, nos empos litúrgicos e em toda a riqueza da oração da Igreja.

E agora algumas dificuldades

a) *A diferença de idades*

A oração familitar é feita por nós, com os nossos 6 filhos, entre os 9 e os 18 anos.

Os dois mais pequeninos perturbam-na e é só a Mãe, ou Mãe e Pai que rezam com eles. — Os outros 6 têm capacidade intelectual para apreender a oração e estarem sossegados durante o pouco tempo que ela dura. Só com atenção cada um poderá ouvir o que o Senhor lhes quer dizer. — Da nossa experiência deduzimos que, embora não possa evidentemente haver uma regra para uma oração familiar deste tipo, nem altamente intelectual, nem infantil, as idades poderão ir, a partir das crianças da 2.ª ou 3ª. classe até aos... Avós. Nela há lugar para todos e tomada a sério uns podem enriquecer os outros.

b) *Crises da adolescência*

Na oração temos que as ignorar. Como já foi dito, nunca obrigar. Há que criar um ambiente em que o jovem se sinta livre e respeitado. Se quiser, junta-se aos outros — que aceitam e respeitam. E pronto. Com muita naturalidade e singeleza, sem nunca o pôr em foco, façamos a nossa oração, confiantes na Presença do Senhor que o ama ainda mais que nós... E se ele não tomar parte, pois bem mais responsabilizados, carreguemos esse fardo na oração, em silêncio, expondo-o ao Senhor, sem nunca pôr o jovem ou jovens em questão perante os irmãos.

E já agora convém acrescentar que nunca, mas nunca, nos sirvamos da oração para, à laia de pequena reza, descompor ou pregar um sermão aos outros... Aí temos nós, os Pais, muito que dominar; que triste exemplo lhes daríamos da oração!...

c) *Há que procurar um tempo comum de encontro*

Há mesmo que lutar por isso. O tempo mais oportuno para a nossa família não será o melhor para aquela, mas o que é facto é que, quando se quer, o tempo consegue-se mesmo. E se não é possível reunir todos, pois que se reúnam aqueles que possam e, em nome da família, que prestem o culto a Deus. — Pessoalmente, costumamos rezar antes do jantar. No nosso caso é o que resulta mais. E se falta algum, ou mais, paciência. — Damos uma grande importância à oração, e ao exemplo da nossa assiduidade perante os filhos. Preferimos chegar atrasados aqui ou ali, vir a casa só para rezar mesmo que tenhamos de sair a seguir, etc. Queremos que eles vejam que lutamos para tentar dar ao Senhor o 1.º lugar — aquilo que Lhe é devido.

d) *Quando aparecerem visitas*

Quando estão amigos dos Pequenos — perguntamos regra geral se querem rezar connosco. Costumam querer. E no fim põem as suas intenções com as nossas. É como se a família fosse um pouco maior nesse dia...

Com o pessoal o problema é diferente. Terá que ser cada família a atender o seu caso. Muitos nem terão pessoal.

No nosso caso, durante bastante tempo convidávamo-los a rezarem connosco. Mas sempre nos pareceu que vinham mais para não dizer que não. E acima de tudo, os pequenos — especialmente os maiores, fechavam-se; ficavam contrafeitos. Isto era importante para nós e, passado um mês de Maria, deixámos de os chamar...

e) *Ocasiões de maior Alegria ou Tristeza*

No Evangelho encontraremos a linha da ideia a apresentar, com o fim de apanharmos o melhor, o mais rico do acontecimento. quanto ao resto, com simplicidade — co fiança, deixemos o Espírito Santo guiar-nos ajudemo-nos uns aos outros a imitar Mari que «guardava tudo no seu coração».

f) *E, por último, aonde rezar?*

Como é evidente, tudo depende da casa: grande o pequena? devassada ou íntima? M o que parece certo — e não nos apoiamos ap nas na nossa experiência ao fazermos esta afi mação — é a necessidade dum lugar habitu tão reservado para isso quanto possível, p muito pequeno que seja. E aí que esteja un Bíblia; uma vela; um crucifixo; a entronizaçã ao Sagrado Coração de Jesus Maria, por ex., et — E quando dizemos reservado, não querem dizer isolado. Um cantinho reservado se po sível, ali aonde a família mais se reúne: sa de estar? casa de jantar? — porque enquan presente, com a Bíblia, o lugar reservado também um «sinal» presente.

E ainda quanto a estar a família todo r presentada ou não, pensamos (já o temos feit que ao menos dois representem a famíl «Onde 2 ou 3 se juntarem estarei no me deles...» E, em última instância, que a famíl não deixe de prestar o seu culto a Deus, q a fundou, o culto de adoração, louvor e acçã de graças que Lhe é devido, de súplica, menos pela boca e atitude de um membro.

Nada mais nos ocorre. Quem dera que tivé semos conseguido exprimir quanto nos pare vital a oração familiar, como expressão da e piritualidade conjugal verdadeira, vivida nun preocupação de, a dois, procurar conhecer vontade de Deus sobre o casal, a família; generosamente — apoiados no Sacramento q o Senhor instituiu para salvar o Amor — viv o Sim que nos uniu em todas as suas cons quências.

A SITUAÇÃO DA MULHER

estudo sobre a sua imagem na sociedade

MARIA PALMIRA DUARTE

Os conceitos de «*rôle*» e de *imagem* são relativamente recentes. Os seus precursores americanos, franceses ou alemães são todos do século passado ou do actual. As primeiras teorias sobre o «rôle» aparecem a partir de 1934 nas obras de G. H. Mead, de Linton, de Moreno, de Newcomb e de Parsons.

A importância destes conceitos na compreensão do comportamento e da evolução da vida social tornou-se tão evidente que paralelamente a um trabalho de definição e de conceptualização desses mesmos conceitos se iniciaram investigações através das quais se procuram detectar qual a influência do «rôle» e da imagem nas relações entre os homens, entre grupos e comunidades.

O «Groupe d'Ethnologie Sociale», dirigido por Paul-Henry Chombart de Lauwe, lançou em 1958 a ideia de um inquérito internacional sobre a imagem da situação da mulher na sociedade. Para esse grupo de investigadores, «os estudos sobre o estatuto da mulher, os seus direitos e as suas obrigações em relação com a evolução das condições de vida e das estruturas sociais é apenas um aspecto do problema» feminino que só fica completo com o estado do «rôle», ou dos «rôles» da mulher, e das imagens ou das representações que lhes correspondem os quais se prendem a um determinado conceito da vida.

Tornava-se urgente fazer acompanhar os inúmeros estudos sobre a situação da mulher de investigações sobre a imagem dos diferentes aspectos dessa situação.

Estudar a imagem ou representação que os homens e as mulheres têm de *Mulher* em situações bem definidas foi indicado como tema central do referido inquérito internacional.

Para que a sua execução fosse possível o «Groupe d'Ethnologie Sociale», em 1958, em Montrouge, elaborou o primeiro questionário internacional com a colaboração de Antonina Kloskowska, professora na Universidade polaca de Lodz, de Guy Rocher, professor na Universidade canadiana de Montreal, e de Odette Miret, investigadora do «Centre National de la Recherche Scientifique» (C.N.R.S.) de França.

O estudo sobre a imagem da mulher em diferentes meios sociais foi feito em França, na Polónia, na Áustria e na Jugoslávia; e, ainda, fora da Europa, no Canadá, na Costa do Marfim, em Marrocos e no Togo. Está em curso nas cidades de Lisboa e de Luanda devendo os resultados dos mesmos ser publicados no decurso do ano corrente.

As características e os níveis a que as investigações foram realizadas variam muito de país para país.

Estudo francês

O *estudo francês* foi efectuado em Paris pelo «Groupe d'Ethnologie Sociale» com a ajuda do Conseil Superieur de la Recherche Scientifique, do C.N.R.S. e do Conservatoire de Arts et Mètiers. O resultado desse estudo consta de um trabalho instituiado «*LA FEMME DANS LA SOCIETÉ — son image dans différents milieux sociaux*» que «tenta ligar os aspectos teóricos da investigação aos aspectos concretos da observação» (1).

No aspecto teórico equaciona «três categorias de questões sobre os aspectos filosóficos e antropológicos; sobre a evolução sociológica e sobre os mecanismos psicológicos» (2).

No domínio dos aspectos concretos da observação apresenta o resultado do inquérito realizado por meio de entrevistas directas junto de 100 estudantes universitários e de 180 ca sais seleccionados no meio abastado, no mei intermédio e no meio operário de diferente bairros da cidade e arredores de Paris.

O questionário que serviu de base às entre vistas visa a recolha de elementos de identif cação da população seleccionada e de elemen tos através dos quais se procura captar, po métodos especiais, as imagens sobre situaçõe de vida da mulher no seio do casal, no lar, n vida profissional, na vida política, etc.

O estudo tem como variantes os meios so ciais, os bairros de Paris e os sexos; e, atrave do apuramento fez incidir o estudo, precisa mente, em cada variante, na sua comparaçã e na globalidade da amostra.

Fica-se assim a conhecer as imagens e re presentações de mulher, mais frequentes, no meios abastados, intermédio e operário; no diferentes bairros de Paris, entre os univers tários; e entre a população feminina e ma culina quer da amostra constituída por casa quer da constituída por estudantes.

As respostas foram objecto de uma long análise por parte do «Groupe d'Ethnologi Sociale», impossível de sintetizar no âmbit deste artigo. Revelam, aliás como nos outro países, um desfasamento entre as atitudes do entrevistados e a situação actual da mulhe francesa.

O principal motivo apresentado para just ficar o trabalho profissional da mulher é

(1) Chombart de Lawe, Maria José et Pa Henry; Perroy, Elia; Brisset, Noelle, *La femm dans la société — Son image dans différents milieu sociaux.*

(2) *La femme dans la société — Son image da différents milieux sociaux*», já cit., pág. 10.

necessidade económica. As mulheres inquiridas são mais sensíveis do que os homens às questões financeiras e têm, na maioria dos casos, responsabilidade do orçamento doméstico. Contudo essas mesmas mulheres obedecem a uma certa pressão da imagem tradicional que persiste em mostrar a mãe que trabalha como que sujeita a um dever de preferência a encarar a possibilidade da mulher se sentir satisfeita por exercer uma profissão.

A mulher é geralmente favorável a tudo quanto pode acelerar a sua emancipação. Encara as situações em função do próprio problema pessoal enquanto que o marido vê melhor o interesse da sua mulher do que o do grupo familiar.

Os representantes da classe intermédia têm uma visão menos tradicional do papel feminino do que no meio operário; não exprimem, em regra, aspirações mas antes reacções de defesa em função de esmagadoras condições de vida. Procuram o melhor equilíbrio familiar possível antes de tentarem fórmulas novas.

Em todos os meio cerca de dois terços dos interrogados considera que a mulher é hoje mais feliz que outrora. As causas mais apontadas para essa felicidade são, em primeiro lugar a melhoria das condições de vida e depois a sua emancipação.

Apresenta no final uma conclusão sobre a imagem da mulher e do casal na evolução da vida social.

Estudo polaco

O *estudo polaco* procurou investigar a imagem da mulher na vida profissional; em relação às funções e igualdade dos dois sexos e em relação aos filhos.

Essa imagem foi captada através de inquéritos levados a cabo, junto de casais residentes em Varsóvia e Lodz.

No que se refere à imagem relacionada com a situação da mulher na vida profissional (3), é de salientar que a grande maioria dos maridos do meio operário se pronuncia a favor de uma plena igualdade de direitos da mulher no domínio do emprego, incluindo salário igual para trabalho igual. Porém quando se trata de direitos da própria mulher do entrevistado, esse direito é limitado pelas exigências resultantes dos interesses dos filhos e do lar.

Consideram também que as mulheres com filhos pequenos não devem trabalhar. A maior parte dos maridos vê os efeitos negativos do trabalho profissional da mulher (abandono dos cuidados do lar, dos filhos, do marido) e vê, ao mesmo tempo, os efeitos positivos ou vantagens de ordem financeira.

A atitude das próprias mulheres é um pouco diferente, embora se captem, aqui também, algumas contradições. As mulheres que exprimem o desejo de continuar a trabalhar ou começar a fazê-lo são em maior número do que o desejado pelos seus maridos. Quer dizer que há muitas mulheres que desejam trabalhar quando o marido declarou não querer ou não concordar. Há ainda a registar que a maior parte das esposas que trabalham quereria deixar de trabalhar, enquanto que a maior parte das que não trabalham quereria ter uma actividade profissional.

O estudo revelou que as opiniões relativas ao trabalho das mulheres eram: *a*) contrárias à realidade existente; *b*) incoerentes, pois o marido gosta que a mulher trabalhe mas quereria que ela renunciasse ao trabalho; *c*) contraditórias conforme se trata de mulheres que

(3) Piotrowski, J., *Attitudes à l'égard du travail des femmes*. «Revue Internationale des Sciences Sociales», n.º 1, vol. XIV. Ed. Unesco, 1962, pág. 79.

trabalham ou não trabalham: a mulher que trabalha queria abandonar o emprego e a que não tem queria arranjá-lo.

No capítulo da «igualdade entre o homem e a mulher e o modelo familiar» (4) uma percentagem muito elevada de maridos não aceita a igualdade no plano profissional. Também a «mulher boa dona de casa» é o modelo preferido da mulher polaca entrevistada. O homem é considerado o «sustento da família». Os homens também são de opinião que só o homem deve sustentar a família.

No que se refere à imagem da situação da mulher perante a educação dos filhos (5), os homens são de opinião que eles devem tanta obediência ao pai como à mãe. Quanto à educação dos mesmos preconizam, tanto os maridos como as mulheres, o mesmo nível de instrução para os rapazes e para as raparigas. Há contudo situações de ambivalência entre o ideal da mulher dona de casa e o desejo de ver as filhas ingressarem em cursos superiores, especialmente o de Medicina.

Estudo austríaco

O *estudo austríaco* (6) foi efectuado pelo Centro de Investigação Sociológica da Universidade de Viena. Encara principalmente as dificuldades e os conflitos que resultam da dupla função de esposa e mãe e de profissional. Chama a atenção para a contradição que existe entre os diferentes tipos de mulher moderna e para a exploração da feminilidade a que se assiste nos nossos dias.

Estudo jugoslavo

O *estudo jugoslavo* (7) investigou, entre outras, as atitudes em relação ao trabalho da mulher através de um questionário dirigido aos maridos e outro às mulheres. Situa o trabalh na evolução muito rápida da sociedade jugo: lava, de há uns anos para cá, traduzida num legislação muito mais progressiva que a d muitos países altamente industrializados. Cor tudo as atitudes perante o novo estatuto d mulher estão intimamente ligadas ao passad étnico, histórico e religioso que é, aliás, n país muito variado. Assim, os indivíduos qu na linha dos princípios proclamam e defende novas condições para a mulher têm atitud tradicionais perante as situações concreta muito especialmente se se trata da sua própri mulher.

Estudo em Marrocos

O *estudo realizado em Marrocos* ressentiu-s da impossibilidade de constituir rigorosament a amostra, da dificuldade de tradução par árabe do questinário originalmente escrito er francês, da adaptação da mesma ao context social marroquino, da falta de apoio de exp riências anteriores em países árabes. Foi fac litada pelo interesse e extrema cortesia d marroquinos em receber os investigadores em responder aos questionários (8).

---

(4) e (5) Kloskwska, Antonina, *Attitudes l'égard des roles respectifs et de l'égalité des de sexes et à l'égard des enfants.* «Revus Internati nale des Sciences Sociales, n.º 1ª vol. XIV. E Unesco, 1962, pág. 64.

(6) Rosenmmayr Léopoid, *La femme aut chienne, son rôle et l'image qu'on s'en fait.* «Rev Internationale des Sciences Socailes», n.º 1, v XIV. Ed. da Unesco, 1962, pág. 160.

(7) Burie, Olivera, *Les attitudes à l'égard de condition de la femme en Yougoslavie.* «Revue I ternationale des Sciences Sociales, n.º 1, vol. XI Ed. da Unesco, 1962, pág. 170.

(8) Forgst, Nelly, *Attitudes à l'égard du trav professionnel de la femme au Maroc.* «Revue Int nationale des Sciences Sociales, n.º 1, vol. XI Ed. da Unesco, 1962, pág. 91.

A investigação revelou inúmeras contradições por parte dos interrogados: apesar do grande apego à vida do lar escolhem para suas filhas profissões fora do lar; a «mediocridade da rentabilidade económica do trabalho ao domicílio pesa mais fortemente que as suas vantagens, que são, no entanto, grandes tendo em vista a tradição, pois permite à mulher não sair de casa».

O trabalho fora do lar (9) sofre algumas críticas, rejeições e restrições por se exercer em promiscuidade com os homens, por trazer perturbações ao meio do trabalho, por tirar lugar aos homens, por falta de aptidão e formação das mulheres, etc.

A maioria das mulheres que trabalha desejaria ficar em casa e dois terços das que não trabalham desejariam fazê-lo.

Apesar das críticas e reservas, o trabalho feminino é aprovado pela maioria dos interrogados, embora com variações de meio social para meio social.

Estudo na Costa do Marfim

O *estudo na Costa do Marfim* (10) analisa em detalhe a situação da mulher e aspectos da sua evolução e não a imagem dessa situação. Termina concluindo que a mulher da Costa do Marfim tenta por várias maneiras melhorar o seu estatuto social, que era muito elevado na sociedade tradicional.

Estudo no Togo

O *estudo realizado no Togo* (11), tal como o canadiano, refere a evolução da situação da mulher sem quase se deter sobre as atitudes dos homens e das mulheres perante os novos aspectos da vida feminina.

Estudo no Canadá

O artigo sobre o *estudo realizado no Canadá* (12) francês refere apenas aspectos da evolução do estatuto e da situação da mulher e a permanência de imagem tradicional na qual se abrem contudo excepções para a rapariga na medida em que se considera natural que ela trabalhe.

Estudo em Lisboa e em Luanda

O *estudo realizado no meio urbano de Lisboa* foi patrocinado pelo Centro de Estudos do Serviço Social de Desenvolvimento Comunitário e o de Luanda pelo Instituto de Investigação Científica de Angola (13).

Qualquer deles segue de perto, efectuadas as necessárias adaptações, a investigação levada a cabo pelo «Groupe d'Ethnologie Sociale» em Paris, não só pelo reconhecimento do seu valor como trabalho orientador no domínio da imagem ou representação da situação da

(9) Nouacer, Khadidja, *Évolution et travail professionnel de la femme au Maroc.* «Revuie Internationale des Sciences Sociales, n.º 1, vol. XIV. Ed. da Unesco, 1962, pág. 124.

(10) Clingnet, R., *Les attitudes de la société à l'égard des femmes en Côte d'Ivoire.* «Revue Internationale des Sciences Sociales, n.º 1, vol. XIV. Ed. da Unesco, 1962, pág. 139.

(11) Agblemagnon, F. Nisaugan, *Recherche sur les attitudes vis-a-vis de la femme togolaise.* «Revue Internationale des Sciences Sociales, n.º 1, vol. XIV. Ed. da Unesco, 1962, pág. 151.

(12) Rocher, Guy, *Les modéles et le statut de la femme canadienne française.* «Revue Internationale des Sciences Sociales, n.º 1, vol. XIV. Ed. da Unesco, 1962, pág. 132.

(13) Os resumos das investigações realizadas no estrangeiro são extraídos da introdução ao estudo em realização em Lisboa sob o título «A Imagem da Mulher — seu estudo em diferentes meios da cidade de Lisboa».

mulher, mas ainda porque se pretendeu comparar os dados dos diversos trabalhos efectuados em realidades urbanas diferentes com o fim de tentar esclarecer os seguintes pontos:

— Como é que os homens e as mulheres são guiados nas suas acções por referência a imagens ou representações;

— qual é a imagem ou representação que, no momento actual, o homem e a mulher têm da MULHER;

— como é que essa imagem guia as acçõe e interações;

— como é que a imagem da mulher nasc e evolui numa sociedade;

— como e porquê, no mesmo momento varia conforme as pessoas, os grupos, os meio sociais;

— e, finalmente, como é que essas imagen modelam a imagem do casal e influem nas re lações entre marido e mulher.

Que é cultura?

- conhecimento?
- exercício crítico?
- reflexão?
- tradição?
- vida intelectual?
- estilo?
- refinamento?
- poder selectivo?

Que é um editor?

- um negociante?
- um descobridor?
- um diletante?
- um publicista?
- um inovador?
- um filantropo?
- um esteticista?
- um valorizador?

«**Defender** e **difundir** a cultura é uma e a mesma coisa: aumentar no Mundo o humano tesouro de consciência vigilante».

António Machado

VERBO: EDIÇÕES MELHORES

ETERNOS COMPANHEIROS — O SACRAMENTO DO MATRIMÓNIO, pelo P. Carré — **7$50**

QUESTÕES MORAIS DA VIDA MATRIMONIAL, discurso de S.S. Pio XII — **2$50**

RESPONSABILIDADES FAMILIARES. Problemas do nosso tempo, pelo Dr. Dinis da Fonseca — **25$00**

Edições da **UNIÃO GRÁFICA**

Rua de Santa Marta, 48 — L I S B O A

DOUTRINA CRISTÃ DO CASAMENTO

UMA PUBLICAÇÃO ILUSTRADA NA QUAL SE APRESENTA AO PÚBLICO PORTUGUÊS, PELA PALAVRA E PELA IMAGEM, DOUTRINA CRISTÃ DO CASAMENTO

- **Mais de três dezenas de gravuras**
- **Capa e contracapa a cores**

Uma publicação nova sobre o sacramento da vida, focando os aspectos debatidos no Concílio Vaticano II: casamento, família, fecundidade, regulação dos nascimentos, etc., os quais apaixonaram o mundo inteiro. Trata-se da tradução e adaptação do n.º 202 de «Fêtes et Saisons», revista francesa acreditada em todo o Mundo pela segurança e actualização pastoral.

- **Interessa a todos os cristãos**
- **É um instrumento de apostolado**

Cada exemplar	7$50
Pacote de 20 exs.	120$00
Pacote de 60 exs.	315$00

Realização da **LIVRARIA SAMPEDRO editora**

AV. DA REPÚBLICA, N.º 10-2.º, D.º **L I S B O A - 1**

ARTIGOS RELIGIOSOS

PARA REVENDA E PROPAGANDA

CASA DE S. JOSÉ — PORTO

(FUNDADA EM 1896)

Visitai esta casa, apreciai o seu sortido e confrontai os seus preços!

168, RUA DAS FLORES, 170 — TELEFONE 2 28 86

DILSAR
LIVRARIA MORAIS

apresentam
LIVROS PARA UMA IGREJA RENOVADA

MORAIS

- **Cartas a Leontina Zanta,** P. Teilhard de Chardin
- **O Mistério humano da sexualidade,** por Marc Oraison
- **Ofício de Mulher,** por Ménie Grégoire
- **Esquema XIII,** notas da Action Populaire
- **Dinamismos Sociais,** por P. Virton

AGIR

- **Diário de Raïssa,** por R. Maritain
- **O Homem Novo,** por Th. Merton
- **O Auto da Compadecida,** por A. Suassuna

- **A Estrutura da Filosofia,** por Julian Marías
- **Psicologia,** por Woodworth, Marquis
- **Vida e Morte Severina,** por Melo Neto

EDIÇÕES MORAIS • AGIR • DUAS CIDADES
FUNDO DE CULTURA • DU SEUIL • DARGAND

DILSAR SARL

RUA SÃO FILIPE NERI
LISBOA
Telefones **68 01 67/8/9**

III

documentação

A comunidade familia
na «Gaudium et Spes

1) A FAMÍLIA CÉLULA VIVA DA SOCIEDADE ...

O bem-estar da pessoa e da sociedade humana e cristã está estreitamente ligado à prosperidade da comunidade conjugal e familiar. (n.º 47)

Todos os que exercem influência nas comunidades e nos grupos sociais, devem contribuir eficazmente para o progresso do matrimónio e da família.

... Os cristãos deverão promover activamente os valores do matrimónio e da família com o testemunho da própria vida e acção conjugada de todos os homens de boa vontade. (n.º 52)

2) ... É CHAMADA A CONSTITUIR-SE EM COMUNIDADE DE DESTINO ...

A comunidade profunda de vida e de amor dos esposos está estabelecida sobre a aliança dos cônjuges, ou seja, sobre o seu consentimento pessoal irrevogável

... Assim, do acto humano pelo qual os esposos se dão e se recebem mùtuamente nasce perante a sociedade uma instituição confirmada pela lei divina. (n.º 48)

3) ... PELO AMOR ...

... O verdadeiro amor entre marido e mulher manifestado de diversas maneiras (...) pode enriquecer com particular dignidade as expressões do corpo e do espírito e valorizá-las como elementos e sinais próprios do amor conjugal.

... Associando o humano e o divino, este amor leva os esposos a uma doação livre e recíproca de si mesmos, que se manifesta por sentimentos e gestos de ternura; ele enche toda a sua vida e, mais ainda, completa-se e cresce na medida do seu generoso dinamismo. Supera, pois, de long a simples inclinação erótica que, cultivada co egoísmo, se desvanece rápida e lamentàvelment

... É preciso instruir a tempo os jovens, e d maneira conveniente, de preferência no seio d própria família, sobre a dignidade do amc conjugal. (n.º 49)

4) ... QUE É CRIADOR, COMO EXPRESSÃ E FRUTO DO DIÁLOGO ENTRE UM HO MEM E UMA MULHER.

... Uma autêntica «vivência» do amor conj gal e toda a estrutura da vida familiar que del decorre, tende, sem desprezar por isso os outro fins do matrimónio, a tornar os esposos dispc níveis para cooperar corajosamente com o amo do Criador e Salvador ...

... No dever que lhes cabe de transmitir vida e de serem os educadores, (...) os espo sos (...) cumprirão a sua missão com toda responsabilidade humana e cristã e (...) forma rão um critério recto: terão em conta o próprí bem e o dos filhos já nascidos ou a nascer (...) São os esposos quem, em última instância, deven adoptar esse critério perante Deus.

... Saibam os esposos cristãos que não poden proceder segundo o seu arbítrio, mas têm d seguir a sua consciência que se deve conforma à lei divina. (n.º 50)

... No entanto, a Igreja recorda que não pod haver verdadeira contradição entre as leis divi nas que regem a transmissão da vida e as qu favorecem o amor conjugal autêntico. As expe riências da «própria natureza da pessoa e do seus actos» e as exigências do diálogo existencia entre as pessoas, devem fornecer os «critério objectivos» de conciliação do dom mútuo e d transmissão responsável da vida.

A MULHER DENTRO (OU FORA) DA IGREJA

Suzanne van der Mersch

«Um dos primeiros benefícios da abertura da Igreja à humanidade será talvez o de nela encontrar a feminidade. A finalidade deste artigo consiste precisamente em proporcionar este encontro. Nele não se toma qualquer posição doutrinal nem se soluciona o problema do ministério feminino. Ele leva a encontrar e acolher a outra tal qual ela é... o que já não é pouco importante!»

Com estas palavras a revista «Paroisse et Liturge» (n.º 7 de 1966), introduz o artigo de Suzanne van der Mersch «La Femme dans (ou hors de) l'Église», para o qual nos foi amàvelmente concedida a licença de tradução e publicação.

OS SUBTÍTULOS SÃO DA REDACÇÃO

OBJECTIVIDADE DA MENSAGEM DO CONCÍLIO ÀS MULHERES

Uma das mensagens de encerramento do Concílio era especialmente dirigida às mulheres. Dizia: «A Igreja orgulha-se de ter dignificado e libertado a mulher, de ter feito brilhar durante séculos, na diversidade dos caracteres, a sua igualdade fundamental com o homem».

Não duvidamos um só instante da boa intenção deste texto, mas a Igreja já alguma vez teria sonhado em perguntar às mulheres o que elas pensam sobre este problema? Sentir-se-ão elas na Igreja «dignificadas e libertadas», e será nítida a igualdade com o homem?

Não nos é possível, a nós mulheres, subscrever estas afirmações feitas por homens, pois o desajustamento entre as intenções da Igreja, expressas nesse texto, e a realidade vivida é muito grande. Haveria muito para dizer, mas seria desolador que estas páginas tomassem carácter de reivindicação. Sem qualquer azedume, e com grande serenidade, gostaria de poder exprimir o que sinto no meu ser profundo de mulher, de filha de Deus e de filha da Igreja.

Sem azedume, porque sem julgar ninguém. Com serenidade, porque a Igreja, apesar de obscuridades e asperezas, está em marcha irreversìvelmente para o que o texto post-conciliar apresenta como já realizado.

AUTOSUFICIÊNCIA MASCULINA

Se as mulheres não se sentem à vontade na Igreja, isso deve-se, creio eu, a todo um clima em que se percebem uma certa autosuficiência masculina e clerical e uma desconfiança inveterada; por baixo disto, encontra-se a maioria das vezes uma real benevolência que é oferecida àquelas que estão habituadas a ser tratadas como menores. É um paternalismo inconsciente, mas nem por isso mais aceitável.

Porque é que nas missas de defuntos desfilam todos os homens ao ofertório antes das mulheres? Que falta de amabilidade! A Igreja é a única sociedade no Ocidente, juntamente com a sinagoga, onde se encontra semelhante anacronismo. Isto seria cómico se a circunstância não fosse o que é.

Porque é que as mulheres admitidas em audiência pelo Santo Padre têm de aparecer todas vestidas de preto dos pés à cabeça, tristes como a noite? Para fazer sobressair a púrpura, o vermelho, ou o folclórico vestuário dos homens?

Porque é que as mulheres não podem ler a epístola na missa de domingo? Porque é que, quando se anunciou a presença de algumas mulheres no Concílio, se julgou necessário tranquilizar-nos, apresentando-as como «piedosas e competentes»? Para quê? Pormenores ínfimos, mas sintomáticos.

Para nós, leigas, tudo isto embora irritante, não tem gravidade Mas que dizer das nossas irmãs, as religiosas, da tutela masculina a que estão muitas vezes sujeitas, asfixiadas e onde o ridículo ultrapassa por vezes o intolerável. Quando terminarão as dolorosas anedotas sobre as mesquinhices dos conventos femininos, esquecendo-se da dureza dos conventos masculinos, a dureza das relações em todas as escalas eclesiásticas?

IGNORADAS NO QUE LHES DIZ RESPEITO

O que parece realmente estranho para nós, é que os assuntos em que nós estamos muito mais em causa do que os homens, que tocam mesmo a essência do nosso ser, como a maternidade, a limitação dos nascimentos, a violação (estou a pensar nas reuniões de padres e moralistas por altura do drama congolês), são sempre estudados, discutidos, resolvidos (?), na Igreja, à margem de nós próprias. Coisa estranha! Se por acaso temos o sentido do humor, optamos exteriormente por um sorriso; mas isso não nos impede de sentir o impudor e a ofensa. Como soou bem no Co cílio a voz do patriarca Maximos pedindo a padres conciliares, a propósito destes problem para não esquecerem que são apenas celibatári Palavras humildes e verdadeiras.

NA LITURGIA

É talvez na liturgia e em certos document eclesiásticos que é maior a nossa provação, po que aqui se trata da própria voz da nossa mã a Igreja. O texto a que acima se faz alusão d ainda: «Mulheres ... que tantas vezes através história tendes dado aos homens a força para lut até ao fim, de testemunhar até ao martírio.. O testemunho de sangue terá sido dado apen pelos homens? É evidente que não — deve rec nhecer-se. Que diz então a colecta da missa uma mártir?: «De entre os milagres do vosso p der, vós tendes concedido, Senhor, **mesmo fracas** mulheres, a vitória do martírio.»

Na Igreja (católica) do Oriente, depois de jovem mãe apresentar o seu filho a Deus, colo o recém-nascido nos braços do padre que sol com ele em direcção ao santuário. Se é um rapa ele coloca-o durante um momento sobre o alta se é uma menina, fica parado diante da por da iconostase. O espírito da sinagoga é coreác na Igreja. Para a missa das viúvas o que diz Igreja para consolar esta inenarrável dor? Às sa tas viúvas são dedicadas duas epístolas: a terriv 1 Timóteo ou, esta não é melhor, a descrição mulher forte do livro dos Provérbios, isto é, descrição da mulher que obteve êxito em tu o que empreendeu e cujo marido é considera por todos...

Será normal conservar como epístola dos sant inocentes a leitura do Apocalipse onde se di «Estes nunca se «mancharam» com as mulhere são virgens»?

Por fim, há ainda a missa do casament Quando era proclamada em latim e cada um lia para si, já nessa altura não tinha graça n nhuma; agora que é proclamada em francês, to nou-se um autêntico espinho.

S. PAULO — A MULHER REFLEXO DO HOMEM?

A epístola aos Efésios é sem dúvida a cau de todos os nossos males. Ela própria é, be entendido, um reflexo da mentalidade da époc

rtanto não vamos levar S. Paulo ao tribunal nosa indignação, nem ninguém aliás. Simples-ente, pedimos aos homens da Igreja, teólogos, urgistas, pastores, que reflitam e procurem pôr-e no nosso lugar por alguns instantes. Para isso ecisam de nos escutar. S. Paulino de Nola dizia ıe era preciso ouvir os fiéis respirar porque na spiração dos fiéis respira o Espírito Santo. Mui-s já o fizeram. Se falei de serenidade no prin-ɔio deste artigo, é graças a todos aqueles padres, ɔssos irmãos de facto, que como nós desejam dentemente que mude o clima da Igreja.

Voltemos pois a S. Paulo. Que ele tenha visto) casamento uma imagem magnífica da união de ·isto e da Igreja, está muito certo. Mas aqui a ıtosuficiência masculina não se contenta só em anifestar-se discretamente, mas pelo contrário irma-se com todo o desplante; o homem seria ·isto, a mulher a Igreja. Que seria a Igreja sem ·isto? Nada, aboslutamente nada. Deverá a ımparação ser levada até esse ponto? Se o for, ıda de mais normal que a consequência da epís-la e as consequências do espírito da epístola na reja. Para nós, filhas da Igreja do século XX, inaceitável. Nenhuma de nós pode considerar seu marido, seja ele o mais amado e digno de ser, como a Igreja considera Cristo, o que seria concebível. Assim, é totalmente impossível guir aquele liturgista de reputação que, reto-ando a comparação de S. Paulo, quer tornar a ıagem ainda mais viva, mandando que a esposa teja de joelhos, enquanto o esposo está de pé) seu lado com a mão sobre o ombro dela para ceber a bênção nupcial. Aliás, esta bênção ıpcial tem também muito que se lhe diga. Por-ıe há-de ser destinada só à esposa? Na verdade, sensibilidade dos liturgistas é muito unilateral. creditarão eles realmente na superioridade do ɔmem na ordem da graça?

A nossa revolta não é uma revolta de amor óprio, embora esta fosse bem válida. Trata-se : alguma coisa que é muito mais do que um gualitarismo simplista». A nossa revolta é reli-osa, no verdadeiro sentido da palavra. Ela efende a relação única de cada ser com Deus. ue Deus se nos dá através dos outros, e muito ırticularmente através daquele que nos está ıido pelos laços do casamento, de acordo. Ele ì-se à mulher pelo seu marido; de igual modo e se dá ao marido pela mulher. Dá-se também cada um sem intermediário. E nunca cântico gum de amor de Deus pela sua criatura igualará Cântico dos Cânticos.

O padre Daniélou diz, ao falar das núpcias de Isaac e Rebecca, que elas «são como que uma antecipação longínqua, como que um primeiro reflexo das núpcias entre a Igreja e Cristo. Não devemos esquecer que elas tinham um carácter religioso, uma vez que Isaac comunicava a sua fé, o seu monoteísmo, a Rebecca» (Le Mystère de l'Avent).

Quando se trata de dois baptizados, poder-se-á dizer que só um dos dois é canal de graça para o outro? «Não se pode isolar este capítulo 5 (da epístola aos Ef) do seu contexto». Não, com certeza, assim como se deve ter em conta o contexto social do tempo. Não é apenas ao escrever aos Efésios que Paulo revela a sua agressividade em relação à mulher. «Que a mulher ouça a instrução em silêncio com toda a submissão. Não permito à mulher que ensine nem que se arrogue autoridade sobre o homem, mas deve estar em silêncio.» (I Tim. 2/11/12). Retoma esta mesma ideia em Coríntios 14/34-35. Mais adiante diz: «o homem é o reflexo de Deus; a mulher é o reflexo do homem». (A primeira narração da criação no Génesis conta: «Deus criou o homem à sua imagem, homem e mulher ele o criou»).

Talvez Paulo sentisse que estava a exagerar um pouco, porque acrescenta: «no Senhor, a mulher não existe sem o homem, nem o homem sem a mulher...». Depois volta à carga a propósito da obrigação que a mulher tem de rezar com a cabeça coberta. E a terminar dirime a questão: «de resto, se alguém quer discutir, isso não é o nosso costume, nem das Igrejas de Deus». Este género de argumentos não foi ele o único a empregar na Igreja, mas não convence ninguém. O grande, o admirável S. Paulo, era por vezes misógeno... Porque será que estes pormenores do pensamento do grande apóstolo deixaram tantos vestígios até aos nossos dias?

CRISTO E A SAMARITANA

S. João da Cruz recomendava: «não tomes nunca um homem por modelo, por mais santo que ele seja, porque o diabo não deixaria de te fazer imitar as suas imperfeições. Imita Cristo que é soberanamente perfeito e soberanamente santo e nunca errarás». Sim, olhemos Jesus Cristo para nos sentirmos à vontade; somos plenamente acolhidas, perfeitamente compreendidas, totalmente amadas. Nós sabemos que no tempo do Salvador a mulher era muito apagada, como ainda

hoje no Oriente. Um homem não falava com uma mulher em público. Comiam à parte, rezavam à parte. Mas o Mestre não se importava com isso. Na Samaria ele irá sentar-se na borda do poço de Jacob para aí esperar uma mulher, uma pecadora, e entabolar com ela um apaixonante diálogo teológico. Revela-se-lhe como o Messias e diz-lhe esta frase maravilhosa que nos liberta, exigindo tudo de nós: «são os adoradores em espírito e em verdade que o Pai quer...» (Jo. 4/23-26). Jesus não se preocupa com o que poderão pensar os apóstolos, que no entanto manifestam o seu espanto: «estavam admirados de o ver conversar com uma mulher». «Abandonando a sua bilha, ela correu à cidade e disse a toda a gente: não será ele o Cristo? Eles saíram da cidade e vieram ter com Jesus» (4/28). Por duas vezes Jesus deixou que uma mulher ungisse os seus pés com perfume durante um banquete. Conseguiremos nós imaginar que afronta à opinião pública representaria aquela atitude? Isso não o preocupa!

O APÓSTOLO DOS APÓSTOLOS — MARIA DE MAGDALA

E ainda Maria de Magdala, a que muito amou, escolhida para primeira testemunha da Ressurreição, e a primeira mensageira enviada pelo Ressuscitado aos apóstolos: «Vai ter com os irmãos e diz-lhes que vou subir para junto de meu Pai e vosso Pai, meu Deus e vosso Deus» (Jo., 20,17). Maria de Magdala, o apóstolo dos apóstolos, como por vezes é chamada.

Às outras mulheres que acorreram ao sepulcro, o anjo anuncia: «ressuscitou». Mostra-lhes depois com amabilidade o lugar onde O tinham deposto, e diz-lhes: «ide dizer aos discípulos e a Pedro que Ele vai preceder-vos a caminho da Galileia» (Mc., 16/6-7). E pensar depois de tudo isto que um S. Tomás de Aquino se interrogava se a mulher teria verdadeiramente uma alma!

Porque será que a atitude do Senhor não foi plenamente seguida pela Igreja? No entanto, se a Igreja não nos faz sentir dignificadas e libertas, é o próprio Salvador que no-lo faz sentir totalmente. Porque será que a Igreja permaneceu até aos nossos dias uma Igreja de homens, onde a mulher é tolerada, onde lhe é permitido escutar em silêncio, lavar as toalhas do altar, esfregar o chão da Igreja ou organizar quermesses e chás-canasta para as obras de caridade? Esta situação deve-se a uma profunda e viciada tendência da nossa natureza, isto é, a do homem e a da mulher. Com efeito, se irrita e cansa ser contìn mente afrontada pela autosuficiência de mu homens — e não é só na Igreja — é mais lam tável ainda verificar o servilismo de tantas r lheres.

Fazia eu um dia esta observação a uma r giosa amiga, mulher de sensibilidade e com es rito, e disse-me ela: a resposta à motivação desvios nas relações entre a mulher e o hom encontra-se no Génesis: «Yahvé disse à mulh procurarás com paixão o teu marido e a ele fi rás sujeita» (Gén., 3/16).

COMPLEMENTARES NO PECADO E NA REDENÇÃO

É esta a maneira como o autor do Gén entendeu as coisas. Reflectindo, seríamos ten dos a dar-lhe razão. A mulher, feita para vida, beleza e doçura a todas as coisas, tem entanto a faculdade de desviar para seu úr interesse a sua capacidade de sedução. Ela q então ser desejada egoistamente; provoca homenagens do homem para a sua própria sa fação. Isto verifica-se tanto na vaidade inco ciente da menina com os seus colegas de brin deira, como na baixeza da que se entrega homem como uma escrava. O homem, de cons tuição física mais vigorosa, tem a missão de co truir e de proteger, mas de proteger com respe e não com condescendência. Perante o jogo mulher ele é primeiramente seduzido. Mas, p que tanto ela como ele não são um fim em ele acaba por se cansar e rejeita aquela que r quis ser senão um joguete, ou abusa dela. O poder de protecção transforma-se em poder domínio — o que criou ao longo dos séculos es gerações de homens-senhores e de mulher -escravas, passando por todas as formas de que podem revestir a escravidão e a tirania. Tenhan a lealdade de descer até nós próprios e creio c nós todos, homens e mulheres, encontraremos a raiz dessas tendências. Que complementarida na miséria! Mas não haverá também compleme taridade na redenção, e não poderá a Igreja testemunho disso?

UM LUGAR INSUBSTITUÍVEL NA IGREJA

A mulher ao libertar-se do seu instinto agradar egoistamente, liberta também o hom do seu instinto de domínio; ela revela-o a próprio e comunica-lhe a riqueza da sua femi

dade, sem a qual permanece incompleto. «Não é bom que o homem esteja só».

O homem, quando liberto do seu desejo de poder, permite que a mulher se realize plenamente e seja integralmente ela própria. Por isso mesmo, ela tem também uma necessidade vital das riquezas do homem. Estabelece-se então entre eles uma comunhão harmoniosa, prelúdio de todas as fecundidades. Os verdadeiros lares unidos vivem assim com grande simplicidade.

Mas será a complementaridade ùnicamente conjugal? A riqueza da comunhão estará reservada exclusivamente às pessoas casadas? Não haverá comunhão para lá da carne? Só se poderá vivê-la a dois? Não se poderá vivê-la nos grupos? É difícil e perigoso! Sem dúvida que o é. Assim como é perigoso atravessar os cruzamentos nas horas de movimento. Mas o que está em causa não valerá o risco, e a nossa educação no medo será a melhor? Demasiadas vezes na Igreja foi a mulher considerada como ocasião de pecado. Os clérigos deviam evitar todo o contacto com elas, o que é uma aberração e nos faz perguntar como é possível assumir livremente o celibato em tais condições. Não é de admirar que não se tenha apercebido que a mulher tem uma sensibilidade própria, uma inteligência própria e uma experiência de Deus muito pessoal.

Nós não estamos em último lugar na devoção a N. Senhora. Nada é mais belo para com a Mãe de Deus. Mas temos por vezes a impressão que esta Igreja de homens, frustrada da natural influência feminina, se lança com paixão nos braços da MULHER, aquela que se pode olhar e amar sem perigo. Sem dúvida que a doce Mãe de todos tem salvado assim muitos homens na Igreja. Que Ela venha ensinar aos homens que as suas filhas são, à sua imagem, mulheres como Ela, esposas, mães ou virgens, e que elas têm muitas coisas a ensinar-lhes no domínio humano, no domínio espiritual, que afinal fazem um só.

★

Estou já a ver alguns leitores discordantes a lançar-me a ratoeira clássica e fácil: o que propõe então concretamente? Não proponho nada. Ponho uma interrogação. Acredita a Igreja que recebeu do seu Esposo divino a força de tornar puro o olhar dos seus filhos? Acredita ela, como ensina, que o Reino já está em nós, que acerca deste reino Jesus nos disse: «Todos serão como anjos, **neque nubent, neque nubentur**», que é natural, por conseguinte, que se tenda para isso desde agora, e que podemos, apesar de toda a nossa miséria, se ela for humilde, lúcida e corajosa, lançar-nos no abismo da misericórdia e cantar com Marie-Claire Pichaud, retomando o Génesis: «Então Deus criou o homem; à sua imagem ele o criou: homem e mulher ele o fez, para que, ao longo dos tempos, guardem **em comum** o mundo **no Amor**».

Tradução de JOSÉ INÁCIO DA SILVA

REALIDADE TERRESTRE DO SACRAMENTO DO MATRIMÓNIO

E. H. SCHILLEBEECKX

Extraído do 1.º Capítulo do livro de E. H. Schillebeeckx «LE MARIAGE EST UN SACREMENT». Ed. La pensée catholique, Bruxelas, 1961.

Ao longo dos primeiros séculos, a maior parte dos pagãos que se convertiam eram já casados. Compreende-se, pois, que não se lhes tenha posto nenhum problema religioso sobre a sua união: o baptismo introduzia-os totalmente no interior da vida cristã incluindo a sua situação conjugal. Por outras palavras, o sacramento do matrimónio estava incluído no seu baptismo. Quando, mais tarde, o matrimónio foi realizado entre cristãos, portanto depois do baptismo, não se pensou imediatamente em celebrá-lo por uma cerimónia distinta do casamento «civil», tal como ele existia nessa época, e a Igreja não lhe juntou nenhuma condição especial de validade. Pedia ela sòmente aos cristãos que se abstivessem dos festejos pagãos que acompanhavam geralmente as cerimónias. Contudo a Igreja tinha já consciência, a partir deste momento, de que o baptismo dava ao matrimónio uma significação nova: para os baptizados, ele era realizado **no Senhor.** Se em I Cor. 7/39 [1] o contexto indica que esta expressão significa simplesmente o matrimónio «com um cristão», depressa, entretanto, ele tornou-se um termo apropriado para designar o que chamamos «matrimónio sacramental».

CASAMENTO CIVIL E CASAMENTO ECLESIÁSTICO [2]

Está hist̀oricamente assente que a Igreja utilizou desde muito cedo o seu poder de bênçã por ocasião do casamento. O cân. das Sagrad Escrituras acabava de se fixar, quando Inácio d Antioquia declarava que convinha que o matr mónio entre baptizados só se fizesse depois d aprovação do bispo, o que supõe que se reconhe cia à Igreja uma certa jurisdição nesta matéri O bispo pronunciava orações sobre os cônjug e, muito ràpidamente, fez preceder ou seguir cerimónia civil do casamento com uma celebra ção da Eucaristia no lar. Não se poderá relacionar esta bênção e estas orações do sacerdote co um texto de S. Paulo em que ele reage cont os que, acreditando próximo o regresso d Cristo, recusavam casar-se e trabalhar: «Tudo que é criado por Deus é bom (...) e santificad pela Palavra de Deus e pela oração» (I Tim 4/3-5; cf. igualmente Heb. 10/24-25)? Refe rindo-se explìcitamente a estes dois textos, Cle mente de Alexandria declara: «o casamento cor traído segundo o Logos (o Verbo) é santificad se a comunidade conjugal (ou o casal) se sub mete a Deus». É no mesmo espírito que, a se guir ao casamento, o sacerdote pronuncia um oração sobre o novo casal e une as suas mãos.

O CASAMENTO NO SENHOR

Destas práticas não se pode contudo conclu que, desde os primeiros séculos, o matrimónio tenha tornado já um acto eclesial. Verifica-

que, como na maior parte dos povos, é geralmente o pai que «casa» a sua filha.

Com efeito, longe de ser por sua natureza um simples contrato particular entre duas pessoas, a união livremente realizada no matrimónio entre um homem e uma mulher está profundamente implicada na realidade familiar e civil. É por isso que o matrimónio interessa, por natureza, à sociedade inteira. Sem dúvida, as modalidades diferem de povo para povo, mas em todas elas se encontra sempre, sob uma ou outra forma, uma intervenção da autoridade, seja ela do pai ou do tutor, seja ela de um representante do Estado.

Parece-nos hoje espantoso que ao longo dos primeiros séculos o matrimónio dos cristãos tenha sido realizado exclusivamente segundo as formalidades «civis» em uso na época. De passagem notemos que era regra geral para os cristãos conformarem-se nestes assuntos com o género de vida do seu meio. O canon 54 do Sínodo de Elvira, convocado pelo ano 306, supõe ainda que o matrimónio apenas diz respeito aos pais e aos esposos. Mostram numerosos textos que, se o sacerdote abençoa o novo casal e reza por ele **depois** do casamento pròpriamente dito, — portanto o casamento civil, — a Igreja não intervém na conclusão do próprio casamento. Certos testemunhos manifestam que, muitas vezes, as orações do sacerdote são feitas no próprio local onde se realizava a cerimónia (no registo civil, diríamos hoje). No entanto, mesmo nessa altura, era ùnicamente a união «civil» que constituía realmente o casamento (era aliás neste momento que o consentimento mútuo era dado). A liturgia tinha tomado, de facto, o lugar das cerimónias pagãs de outrora, continha apenas orações pedindo a Deus «para que concedesse a harmonia» ao casamento já concluído, como o diz S. Gregório Nanzianzeno.

Resumindo, até ao século VII não se encontra nenhum sinal do casamento pròpriamente eclesiástico. O que aparece em cada momento nos textos é que o casamento uma vez realizado, é santificado pela oração do sacerdote e pela imposição do véu. Também Agostinho supõe a celebração «civil» do casamento através de um «documento oficial» (tabellae). Este documento oficial era lido durante a cerimónia, e é a partir dele que começa a liturgia da Igreja. Entretanto, acontecia por vezes — isto parece ter sido um privilégio, um sinal de honra — que para os baptizados, um clérigo (bispo ou presbítero) tinha um papel de testemunha no casamento «civil» e assinava igualmente, nesta qualidade, o documento. Contudo, quando das segundas núpcias de um baptizado, nenhum clérigo podia estar presente nem dar a bênção, o que confirma a opinião de que o verdadeiro casamento era de facto o casamento «civil» (embora Agostinho pareça sugerir que é sobretudo Cristo que é a testemunha). Seja como for, nesta época «casar-se no Senhor» significa apenas «desposar um outro cristão».

É possível que o abandono desta prática (que deve ser posto em relação com a clericalização progressiva da vida pública) encontre a sua origem na nova legislação promulgada durante a primeira metade do séc. V. O código de Teodósio declara, com efeito, que a partir de então seria válido todo o casamento contraído pelo simples consentimento mútuo dos cônjuges, em presença de alguns amigos que serviriam de testemunhas. Todos os outros costumes que acompanhavam o casamento podiam ser omitidos; mesmo o abandono das cerimónias oficiais não prejudica a sua validade. O Estado retirava-se, pois, deste domínio, o que deu lugar mais tarde ao que se chamou casamentos «clandestinos». Parece que esta nova legislação, que deixava campo livre à Igreja, deu oportunidade a esta para fazer do matrimónio um assunto pròpriamente eclesiástico. Com efeito, menos de um século depois o Papa Hormisdas publicava um decreto que declarava: «nenhum crente... pode casar em segredo, mas deve, depois de ter recebido a bênção do sacerdote, «casar pùblicamente no Senhor».

Uma vez que o Estado não tornava já obrigatórias as cerimónias oficiais, e temendo a Igreja os casamentos clandestinos, esta veio obrigar os crentes a contrairem o matrimónio eclesiástico com carácter «público». Se compreendo bem o desenvolvimento histórico, é evidente pois que o casamento civil público evoluiu progressivamente para o casamento eclesiástico público. Alguns séculos mais tarde o Papa Nicolau decretou que não existe nenhum pecado grave em negligenciar as cerimónias religiosas na realização de um casamento, desde que o consentimento recíproco seja verdadeiramente dado pelos esposos. O dado da fé alcança aqui o seu pleno desenvolvimento: para os baptizados é o «sim» recíproco dos esposos que constitui verdadeiramente o casamento «no Senhor». Um pouco mais tarde a Igreja reconhecerá explìcitamente o consentimento matrimonial (o casamento) como um verdadeiro sacramento, mas isto leva-nos já aos séculos XI e XII.

A IGREJA E O ESTADO EM FACE DO CASAMENTO

Pode afirmar-se, pois, que desde a alta Idade Média até aos séculos XI e XII o papel do pai no casamento foi progressivamente substituído pelo do sacerdote. Foi esta evolução que deu lugar à moderna distinção entre casamento civil e casamento eclesiástico. Com efeito, desde que se admitiu que o casamento pròpriamente dito era realizado pelo «sim» recíproco dos esposos e se viu que, para além disto, para os baptizados, este consentimento mútuo tinha um valor sacramental, desejou-se muito naturalmente dar também uma forma litúrgica ao consentimento sacramental do casamento; o casamento dos baptizados tornou-se um assunto eclesial. Mas como os crentes, como baptizados e membros da Igreja estão sujeitos à sua jurisdição, a Igreja tem o direito de regulamentar a forma eclesiástica do seu casamento. Deste modo, o «casamento eclesiástico» (isto é, os casamentos dos baptizados) toma uma segunda e nova significação: a de casamento dos baptizados enquanto é realizado em presença dum sacerdote e, pelo menos, de duas testemunhas (c. 1094). Esta estrutura litúrgica é actualmente necessária para a validade dum casamento entre católicos. Para eles um casamento civil não é considerado actualmente pela Igreja como um verdadeiro casamento (contudo, ela reconhece a validade não só natural, como também sacramental do casamento de baptizados protestantes, em relação aos quais ela não urge o cumprimento da regra; para além disso, admite, em certos casos de necessidade, a sacramentalidade do casamento realizado sem sacerdote (cf. can. 1098).

O ponto delicado do problema não está no facto de que, para os baptizados, só o casamento sacramental seja possível (can. 1012, § 2): a Igreja poderia ainda hoje considerar o casamento civil como conferindo o sacramento. A dificuldade vem do facto de que, ao longo dos tempos, a forma religiosa litúrgica tornou-se uma condição de validade do casamento e que o Estado, por seu lado, reivindica igualmente os seus direitos, fundados sobre o carácter social do casamento. Quando, sem adoptar o ponto de vista do laicismo ateu, o Estado mantendo-se no plano duma laicidade legítima, marca a sua independência em relação à Igreja, isso não acontece sem provocar numerosos atrito entre o casamento civil e o casamento eclesiás tico. Certos teólogos afirmam que, pelo facto d casamento se ter tornado um sacramento, a Igrej tirou ao Estado todos os seus direitos sobre casamento. Contudo, o Direito Canónico conten ta-se em afirmar que, quando o casamento ecle siástico e o casamento civil são distintos, est último não tem outro valor, para os católico senão o de uma regulamentação jurídica das con sequências sociais e civis do casamento eclesiás tico, o único válido para eles (can. 1016). Ma por seu lado, o Estado tem em vista algo mais para ele o contrato civil é a conclusão do matri mónio; de tal maneira que para os católicos, so este aspecto, o casamento civil não é senão um formalidade, um fazer «como se». Se não m engano, o Código de Direito Canónico reflect apenas o desenvolvimento histórico, não propond ideias dogmáticas.

Do ponto de vista dogmático, pelo contrário pode e deve mesmo dizer-se que na economi cristã da salvação o casamento é, por natureza uma realidade possuindo um aspecto secular (o temporal) e uma dimensão religiosa (ou eclesial de modo que ele apela inevitàvelmente para ur acordo entre a Igreja e o Estado (por Estado entendemos aqui a autoridade secular, qualque que seja a forma concreta que ela possa tomar) O próprio consentimento matrimonial é o sacra mento. Ora, sendo o matrimónio uma das expres sões mais fundamentais da natureza social d homem, ele é, por excelência, uma realidade so cial e postula, pois, a intervenção da autoridad civil (embora dentro do respeito pelas exigência objectivas da natureza humana, isto é, dentro d lei natural). E é precisamente este acontecimento natural que, para o baptizado, se torna sacrament e, inversamente, o sacramento não nega nem des trói o acontecimento natural. (...)

Esta breve revisão histórica fez-nos descobri a dupla dimensão social do casamento: a que s relaciona com a sociedade civil e a que interess à Igreja como comunidade visível de graça. E diria que o aspecto civil, o que resulta do «casa mento natural», sendo sacramentalizado, não por isso destronado nem negado, mas, pelo con

rário, **integrado** na missão eclesial própria do asamento.

Tudo isto deve ajudar-nos a compreender mais rofundamente o carácter próprio do sacramento lc matrimónio. Enquanto sacramento, o matrimó- io possui já uma significação profana e um valor errestre, é integrado numa missão pròpriamente clesial que se situa num nível diferente. Torna- se um órgão vital da Igreja, na linha da sua nissão sobrenatural no mundo. Se, por outro lado, osse esquecido o aspecto profano do casamento, teologia daria imediatamente a impressão de que o sacramento não tem em vista mais do que trazer uma ajuda divina à realização da missão terrestre do casamento, o que enfraqueceria toda a teologia da graça e dos sacramentos.

---

(1) Cor 7, 39: «A mulher está ligada ao marido enquanto ele viver. Mas, se morrer o marido, fica livre para casar com quem quiser, contanto que seja **no Senhor.**»

(2) Diz-se habitualmente «religioso», mas mesmo um casamento pagão pode ter um sentido religioso. Trata-se aqui do casamento religioso na Igreja, portanto «eclesiástico». (N. T.).

Tradução de JOÃO LOBATO

OS FANTASMAS DA FAMÍLIA

E. MOUNIER

«Talvez esta digressão através dos bastidores a vida da família nos venha arrancar algumas usões agradáveis e alguns adornos fáceis de elo- uência. Não creio que uma vida familiar intensa radiante possa assentar sobre aquelas ignorân- ias. Não creio na eficácia de uma propaganda a família que primeiramente não tenha passado or esta lucidez. Pensa-se muitas vezes sem razão ue a tomada de consciência do reverso de uma ealidade louvável, a vigilância do «humano exa- eradamente humano», tempera o fervor ou des- empera as vontades. É uma ideia dos homens que ão têm carne nem sangue, e que não sabem efender o espírito senão através do medo. Não é ilusão que irradia, não é a ilusão que conquista: a verdade. É também ela que tempera os após- olos. A crise da família não se deve a uma cons- iração maliciosa. É em grande parte a conse- quência das faltas, dos desvios e até dos venenos mais íntimos da própria vida familiar. É no seu seio que é necessário na maior parte das vezes aplicar o bisturi do cirurgião e tocar a alvorada de uma total conversão à vida espiritual.»

A melhor introdução para a reflexão que se segue são as próprias palavras de Emmanuel Mounier, de cujo artigo intitulado «Les démons familiers», publicado na revista L'Anneau d'Or n.º 33--34, transcrevemos alguns excertos.

● OS SUBTÍTULOS SÃO DA REDACÇÃO

INCIDÊNCIAS DA SEXUALIDADE

Além das contaminações da possessividade sobre os sentimentos familiares, é necessário acrescentar as incidências furtivas e obscuras da **sexualidade.** Afastados todos os exageros do freudismo, permanece como uma dupla aquisição da psicologia contemporânea: 1) **que a sexualidade estende as suas raízes desde a primeira infância;** 2) que **como todos os instintos,** ao mesmo tempo que apresenta uma **forma e contornos bastante definidos, conduz às suas fronteiras infiltrações ambíguas** que levam as suas influências a zonas instintivas vizinhas.

Seria errado acreditar, como insinuam alguns freudianos extremistas, que toda a mãe está efectivamente apaixonada pelo filho e todo o Pai pela filha, e inversamente. Uma tal obsessão conduziria a inibições e severidades tão perigosas como familiaridades um tanto apaixonadas. Mas o bom senso indica (e a ciência confirma) que o gerador do sexo oposto não é para a criança apenas «o pai», no género neutro, mas todo o mistério confusamente apercebido do sexo desconhecido. O mesmo se pode dizer da criança do sexo oposto em relação ao pai ou à mãe. Não é de admirar que a criança tenha já inquietações e aspirações religiosas: porque seria de admirar que tão próximo da vida vegetativa conheça já como que um esboço da curiosidade e da perturbação sexuais?

Falámos de contaminações e de infiltrações: leves marcas do instinto, mas que correm sempre o risco de dar aos sentimentos familiares uma aspereza perturbadora cujo prognóstico é inquietante.

A AMBIGUIDADE DO AMOR MATERNO — CONSEQUÊNCIAS

A **mãe,** mais instintiva, e é necessário dizê-lo, mesmo mais vegetativa que o homem, está mais fàcilmente sujeita a estas amálgamas afectivas. É menor o perigo entre ela e a **filha:** são do mesmo mundo. Além disso, se o homem a decepcionou, por ressentimento contra ele poderá desviar a filha do casamento e do desenvolvimento normal, caso já à margem das situações normais ou pelo menos das situações felizes. Por outro lado, não é raro que a mãe se apegue ao seu **filho** com uma ternura demasiado ardente pelas impurezas que se lhe misturem, ainda que por momentos. Quantas mães admiráveis são ao mesmo tempo mães possessivas! Totalmente dedicadas, deve dizer-se, à sua presa, à sua vítima satisfeita, abafam-na com os próprios braços que a rodeiar para melhor a proteger. Este rapazinho vai tor nar-se um homem; o instinto maternal, o ins tinto feminino adivinha inconscientemente qu este homem, percorrendo o seu caminho norma vai emancipar-se da exclusiva feminilidade ma terna para se dar por fim a um amor rival. O ins tinto, por vezes ao vivo e sem disfarce, revestid a maior parte das vezes de todos os prestígios do próprio heroísmo da dedicação materna, va pôr em acção uma longa estratégia (lêde Mauriac Cocteau) cujo fim é retardar o desenlace para nã ver mesmo a realidade temida...

...Que virá a ser o rapaz sob esta tirania semi -amorosa? Em primeiro lugar, não se tornará ur homem. Tantos dos desarticulados para a vida dos ingénuos perpétuos, dos pusilânimes, dos eter nos desadaptados, dos temperamentos indecisc que aceitam todos os compromissos, dóceis a to dos os conformismos, devemo-los ao exército comovente e temível das mães apaixonadas, sim é necessário dizê-lo com palavras duras, não sò mente às tão raras megeras, mas ao funesto malsão zelo de tantas mães cristãs. A paixão tanto mais arrebatadora quanto o instinto, qu aliás disciplinam, tem nelas mais força disponíve para estas conspirações dissimuladas fora das sua fronteiras. A escolha conjugal do filho é quas sempre falseada, muitas vezes comprometida, pc esta obscura polarização da afectividade.

Este filho demasiado amado — mal amado — jamais encontrará o equilíbrio dos seus afecto: porque a primeira educadora do afecto, a mãe não o soube encontrar diante dele. Possuído pc um falso temor perante um sexo donde lh advêm impulsos de sensibilidade demasiado forte para a sua jovem estrutura, e que paralelament se cobrem de proibições, arranja para si um equi líbrio de ilusão (e, de facto, de recuo vital) num idealização da mãe. O mal passa pelo remédio liga-se tanto mais violentamente à mãe quant a colocou num lugar de ídolo. Tudo isso, subl nhemo-lo, em nada diz respeito à qualidade dc sentimentos superiores que acompanham, os qua podem ser bons ou medíocres conforme os caso

Tudo o que descrevemos passa-se na zona dc instintos e das inclinações carnais destes sent mentos familiares, sempre próximos dos impulsc vegetativos. Fascinado por este ídolo, o adoles cente corre inúmeros perigos: nunca desligar-s de sua mãe e fundar um lar, ou tendo-o fundac comprometê-lo, continuando a ser o filho passiv de sua mãe, em vez do viril chefe de famíli

ião procurar na mulher a escolher senão a ima- em idealizada da mãe e tornar-lhe-á a vida mpossível na medida em que não se lhe asse- nelhe; andar como um D. Juan de mulher em nulher à procura dessa imagem, apesar das apa- ências, demasiado idealizada para nunca se satis- azer com uma realidade precisa e uma fidelidade ncarnada; ir como tantos outros procurar nas endedeiras de amor prazeres que não se atreve unca a pedir no seu lar normal a uma mulher la sua condição, devido a uma idealização infan- il da mulher...

ATERNIDADE — RIVALIDADE, LIBERDADE

...A relação do **pai** com o filho, que as reli- giões sublimaram, é um dos mais belos sentimen- os humanos. Também ela, no entanto, se mis- ura às asperezas do instinto. Trata-se todavia le instintos mais viris. Para o filho o pai é o odo poderoso. O filho, em quem se prepara um- homem-de-pé, uma força autónoma, não pode leixar de sentir imperceptìvelmente o **pai** como um **rival** da sua própria liberdade. Os sentimentos que se agitam no nosso íntimo desde o obscuro fundo instintivo da humanidade, dão ainda ao filho uma percepção mais ou menos confusa do pai como o homem, o rival sexual, com uma inci- dência muito precisa, embora simplesmente deli- neada e inconsciente, quando a afeição da mãe pelo filho ultrapassa os limites. O filho compensa muitas vezes esta imperceptível rivalidade, até à adolescência, por uma **sobrevalorização do pai.** Uma das decepções (um dos erros) da idade adulta está em descobrir sùbitamente os pais como me- díocres, embora se tornem sòmente no simples homem e na simples mulher que uma adolescên- cia mal orientada tinha transformado em deuses muitas vezes realmente maiores do que a imagem artificial em que os tinham desindividualizado.

Mas esta sobrevalorização é abalada periòdica- mente por inevitáveis **revoltas.** O facto de o pai exagerar o seu poder autoritário impossibilita o desenvolvimento da jovem liberdade que lhe é confiada, e a revolta explode: a responsabilidade recai sobre ele. Os pais Thibault (do romance «Les Thibault» de R. M. du Gard) julgavam-se o sustentáculo das famílias: são os seus coveiros. São ao mesmo tempo os verdadeiros propagadores da desordem social, porque as feridas recebidas na infância pela autoridade do pai alastram em seguida na vida pública a sua gangrena invasora: o adulto que suportou uma educação autoritária, ou se sujeitará servilmente a tudo o que lhe evoque a autoridade do pai, aceitando todos os conformismos sociais e políticos; ou pelo contrário erguer-se-á numa perpétua atitude de revolta.

FRATERNIDADE E LIBERDADE

Os impulsos do instinto de poder encontram-se ainda nas **relações entre irmãos.** A fraternidade familiar é a escola da fraternidade cívica. Mas seria errado pensar que se constrói sem dificul- dades. Um novo filho na família é para o ins- tinto um rival, aquele que partilha das atenções e dos presentes, e sobretudo desta atenção à sua pessoa de que a criança é tão ciumenta e que constitui muitas vezes a infelicidade do filho único. «A **fraternidade,** escreve um psicólogo con- temporâneo, começa por ser **rivalidade.** Os irmãos nascem inimigos.» Falou-se mesmo a este propó- sito de um «complexo de Caim», recusa de parti- lhar da mesma mãe, das suas atenções e da sua afeição. Se intervém por parte dos pais uma injus- tiça, por pequena que seja, uma **preferência** revol- tante ou apaixonada, desenvolvem-se surdos res- sentimentos, mais tarde esquecidos, mas que, se fossem trazidos à claridade da memória, permi- tiriam compreender muitos conflitos.

RESPEITAR O ESPAÇO VITAL

Já no respeitante ao pai verificámos a íntima relação entre as contaminações da zona sexual e a infiltração nos sentimentos paternos do instinto de poder, ele próprio próximo da possessividade. Vamos mais longe: o próprio **impulso espiritual lança a sua sombra sobre o plano do instinto,** e é uma grande tentação para o progenitor enca- dear os seus filhos na linha do seu ideal ou carre- gá-los com o peso dos seus fracassos. A vida é curta, **o sonho da juventude não se realizou; en- tão é o filho ou a filha que o levará a bom termo:** estamos por isso a esquecer que o pai ou a mãe lhes pedem assim que corram o destino deles, já meio perdido no passado, e não aquele a que eles próprios são chamados por vocação singular num imprevisível porvir. Como não se há-de revoltar a criança, quaisquer que sejam as boas razões com que o conselheiro demasiado interessado esconde a si próprio o seu egocentrismo?

IMPERIALISMO FAMILIAR

... **As mesmas tentações introduzem-se entre marido e mulher.** Só pelo facto da coabitação

produz-se uma rivalidade tirânica dos temperamentos, uma irritação das presenças pelas presenças. Cada um (suponho pelo melhor) quer fazer o bem do outro e dificilmente vê, ou as mais das vezes não chega mesmo a ver, que sob esta boa vontade se dissimula um **imperialismo** do temperamento espiritual, que só pode ser experimentado à sua volta como uma irritante opressão. Que a palavra imperialismo não nos perturbe. **Os mais dóceis** na aparência, os mais desinteressados são muitas vezes **os mais insuportáveis.** Há uma maneira modesta de ser orgulhoso, uma maneira discreta de ser indiscreto. Isto não se mede nas ordens ou nas exigências proferidas, mas numa maneira de ser disponível ou de não ser, legível apenas para a sensibilidade interior. É o que torna difícil apreciar de fora a qualidade libertadora ou sufocante de uma determinada família: as mais belas aparências não revelam o seu segredo.

Algumas **naturezas são mais sensíveis** do que outras **a esta opressão automática das presenças demasiado próximas.** São naturezas nervosamente mais fracas, mais vulneráveis que outras às forças vindas do exterior que têm necessidade, para se dominar, de uma dose excepcional de calma, de recolhimento, de solidão. Elas são mais numerosas do que imaginam aqueles que, com a sua saúde e a sua agitação, passam junto delas sem as ver e sem ver a fadiga que deixam à sua passagem. Mas todos, quem quer que sejamos, temos necessidade de ar como uma árvore para vivermos espiritualmente e materialmente, para nos expandirmos. É uma necessidade muito elementar. Começa na necessidade da liberdade de movimento, tão característica no animalzito ou na criança que apertamos com demasiada força; mas toda a nossa vida, até às esferas mais altas, reclama um círculo de libertação, um «espaço vital» que a promiscuidade familiar nem sempre permite.

INTIMIDADE E PROMISCUIDADE

... Seria necessário fazer aqui um pouco de psicologia nacional das famílias. É estranho verificar que **a França,** onde tanto se falou de liberdade, é talvez um dos países em que esta **liberdade intra-familiar é menos respeitada.** Com demasiada facilidade se confunde neste país a qualidade da **intimidade** com a permanência da **promiscuidade.** As melhores famílias são aquelas em que menos se imagina que, além e ao lado da vida comum, cada um dos membros da família — a mãe, a mulher, os filhos — tenham **necessidade** de uma vi para si, livre do círculo familiar, ainda que er circuito de intercomunicação com ela, de um parte **de independência** e quase **de segredo,** qu na colectividade privada como na colectividad pública, assegura a vida essencial da pessoa autó noma. Será indispensável à unidade espiritual d família que desde pequeninos os filhos estejar sempre colados à vizinhança imediata dos seu pais, ligados às saídas e aos tempos livres deste **prisioneiros** do domingo, subordinados afinal d contas a **uma vida de adultos** que oprime o se desabrochamento infantil? Porque razão mais tard olhar os **movimentos de juventude como perigoso concorrentes** se eles são indispensáveis à formaçã do homem colectivo?

O desmembramento da vida familiar é sen dúvida uma das razões que fazem dos rapaze saídos dos meios populares seres mais viris mais formados politicamente. Será necessário es perar por este desmembramento, ou, dando luga ao vínculo familiar, salvar a um tempo a famí lia e as virtudes da sociedade? Será mais úti reunir conselho para pesar, ruminar, impor a mí nima decisão respeitante a um membro do grupo em vez de o ajudar, com a maior discreção possí vel, a escolher ele próprio o seu destino e, po vezes, deixá-lo empenhar-se num erro não mor tal, para que ele mesmo descubra a lição? Um carta dum amigo, mesmo dum membro da famíli para outro, não poderá ficar como coisa privada diálogo único, e não dar a volta à mesa familiar sem que a intimidade colectiva se ressinta con esta reserva da intimidade pessoal? Será tão ex traordinário que os **esposos,** para se encontrarem com o recolhimento suficiente tenham **necessidade,** por muito forte que seja a sua união, de um ritmo de **solidão** recíproca, e que eles não creiam ligada à plenitude do amor a mania de nenhum fazer qualquer gesto sem o outro? Não será perigoso o tempo em que esta liturgia unificada se tornou de tal modo imutàvelmente ritual, que cada um não ousa realizar, fora dela, o mais simples acto sem que lhe pareça a si ou ao seu cônjuge alterar uma indefinida ordem eternamente estabelecida?...

É nítido, aqui como no plano público, que numa colectividade humana, a **discreção é uma necessidade complementar da solidariedade.**

Tradução de JOSÉ PIRES e JOÃO PERES

BIBLIOGRAFIA SOBRE O MATRIMÓNIO

I *Bíblia e Matrimónio*

rtigo «Mariage»

Vocabulaire de Théologie Biblique, col. 577-582, artigo «Mariage».

Artigo bem construído que procura definir com clareza a situação do Matrimónio no plano criador, abordando duma forma sucinta toda a história da salvação.

e Couple Humain ans l'Escriture

P. GRELOT, Le Couple Humain dans l'Escriture, col. «Lectio divina», 1962.

Boa análise exegética. Salienta-se no conjunto da obra os quatro anexos que são esplêndidos: 1 — Péché et grace dans la vie du couple; 2 — Amour et fidelité; 3 — L'amour nuptial de Dieu d'après Osée; 4 — L'église épouse du Christ.

.e Mariage

E. SCHILLEBEECK, o. p., Le Mariage — réalité terrestre et mystère de Salut, col. «Cogitatio fidei», 2 tomos.

Em língua francesa, saiu ainda só o primeiro volume.

Segundo o autor a evolução actual isolou o casal e a família e obriga-os a preocuparem-se mais exclusivamente sobre a sua forma própria e essencial. Só lhes resta uma função: a de ser um casal, constituir uma família, cultivar o aspecto pessoal e subjectivo, a face interior da vida conjugal e a esfera de intimidade que agora lhe pertence como própria.

Paralelamente às ciências humanas a quem se põem novas interrogações a propósito do matrimónio, o teólogo deve examinar a dita questão à luz da tomada de consciência actual dos valores humanos.

Neste primeiro tomo o autor inaugura o diálogo entre a problemática actual e a Revelação. Ao seguir este processo justifica-se dizendo que a visão cristã do homem, do casamento e da família não pode ser uma revelação pura e simples, mas deve ser o resultado duma existência que se pensa a si mesma e que recebe a luz da Revelação.

Escutando a antropologia e a revelação, o autor faz compreender como uma realidade terrestre com todas as estruturas históricas que lhe permitiram viver o sentido profano, pode tornar-se interior, uma realidade religiosa e sobretudo um sacramento da Igreja.

O dom definitivo ao outro, sem saber o que o futuro reserva é a manifestação do que deve ser para o homem o dom total de si ao outro que é Deus. O casamento segundo o ideal do Novo Testamento reflecte este aspecto absoluto que por definição é próprio da graça, abandono total de si ao Deus Vivo.

Sacramentos e vida

P. ROGUET, Sacramentos e vida, Livraria Sampedro, 1966.

Pequeno livro de síntese sacramental, fundamento de uma renovação dou trinal. A ideia eixo é o dar a conhecer o carácter dinâmico, o valor vital do sacramentos, assim como situá-los numa perspectiva eclesial destruindo a con cepção mágica dos sacramentos como se fossem actos isolados e coisificados Sobre o matrimónio vide pg. 189-200.

Les Signes de la Nouvelle Alliance

CÓNEGO MARTIMORT, Les Signes de la Nouvelle Alliance, 1958.

Livro esplêndido que lança bases para um curso de teologia sacramenta O autor escreve-o a pedido dos «Irmãos das escolas cristãs» para uso dos reli giosos jovens e seus escolasticados.

Evitando toda a complexidade que repugna ao carácter global da iniciaçã ao mistério da liturgia, este livro esforça-se, conseguindo-o admiràvelmente, pc obedecer às exigências normais de toda a exposição didáctica. Sobre o matri mónio pg. 363.

A Moral Conjugal no séc. XX

P. CHARBONNEAU, A Moral Conjugal no séc. XX.

A Lei de Cristo

P. HAERING, A Lei de Cristo (3.º volume).

O autor, um dos homens da Igreja que mais tem procurado nos últimc tempos elaborar uma teologia moral, no 3.º volume desta obra admirável dedic ao matrimónio 150 páginas de extraordinária clareza e profundidade.

Inicia o terceiro capítulo desta obra única no género com o título «permuta corporais — a comunhão dos corpos e a virgindade». Na primeira secção analis a sexualidade humana e a moral cristã; na segunda o matrimónio cristão e n terceira a virgindade cristã.

É uma obra imprescindível para qualquer estudo cuidado. Vide pg. 512-607

Amor e Responsabilidade Conjugal

CARDEAL SUENENS, Amor e Responsabilidade Conjugal, 1962.

Uma das causas da descristianização do nosso tempo é a recusa da doutrin da Igreja em matéria de moral conjugal. Mons. Suenens procura mostrar com neste domínio não há soluções feitas. Existem no entanto como hipóteses algu mas saídas que todo o casal cristão pode utilizar no esforço de harmonizar a exigências do seu baptismo com as do coração humano.

É um livro que se dirige primeiramente a todos aqueles que têm uma res ponsabilidade em matéria de educação sexual. Dirige-se também indirectament a todos os que têm qualquer encargo no ensino ou na formação dos jovens.

IV *Espiritualidade e Matrimónio*

Amor e Sacramento — P. D'HEILLY, Amor e Sacramento, Livraria Morais, 1966, 2.ª edição.

Saber Amar — J. MAC AVOY, Saber Amar, Livraria Apostolado da Imprensa, 1963.

Sentido Cristão do Casamento — CHARBONNEAU, Sentido Cristão do Casamento, Editora Herder, 1964.

Este Sacramento é Grande — A. CHRISTIAN, Este Sacramento é Grande, Livraria Morais, 1961.

A União Conjugal — MARC ORAISON, A União Conjugal, Livraria Morais. 1962.

Vêde Como Eles se Amam — F. DANTEC, Vêde Como Eles se Amam, Livraria Sampedro, 1966.

O Amor e a Graça — P. CAFFAREL, O Amor e a Graça, Livraria Flamboyant, S. Paulo, Brasil.
Pretende este livro ser um pequeno tratado teológico duma espiritualidade autênticamente conjugal. Dirige-se aos casais do nosso tempo que muitas vezes na complexidade e exigências da vida moderna não sabem como equilibrar a prática duma sólida piedade com os deveres do seu estado.

V *Educação dos Filhos e Matrimónio*

a) em geral

A Igreja e a Educação — PAUL FOULQUIÉ, A Igreja e a Educação, Livraria Agir, Brasil, 1956.
Estudo histórico-dogmático cuidadoso da posição da Igreja ao longo da sua história em relação à educação em geral. Comentário muito preciso e admirável à encíclica de Pio XII, Divini ilius Magistri.

b) educação sexual

L'éducation Sexuelle de 5 à 25 ans — Dr. GUSTI GEBHARDT, L'Éducation Sexuelle de 5 à 25 ans, Salvator, 1965.
O que deve ser dito? A quem? Por quem? Quando? Como?
Pequeno livro cheio de experiência, ilustrado por factos sempre verídicos, engraçadíssimos e comovedores, o que torna a sua leitura leve e muito fácil.

L'initiation sexuelle de nos enfants

FABIENNE VAN ROY, L'initiation sexuelle de nos enfants, Casterman, 1966

Sem pretender dar um condensado de receitas educativas, a autora expõ numa primeira parte da sua obra o problema a resolver: a iniciação sexual. N segunda parte dá-nos muitos testemunhos que recolheu de pais e de crianças Neste primeiro livro debruça-se só sobre a criança desde a mais tenra idad até à puberdade, prometendo um outro livro sobre a adolescência.

VI *Pastoral e Matrimóni*

Amor Conjugal

BISPO DE BRUGES, DE SMEDT, Amor Conjugal, União Gráfica, 1964.

Pastoral dum bispo aos seus diocesanos partindo da resposta a um inquérit anteriormente lançado sob a infinidade de problemas de carácter matrimonial

Matrimónio em Nosso Tempo

BERNARD HAERING, Matrimónio em Nosso Tempo, Herder, S. Paulo, Brasil

Este livro, segundo o autor diz no prefácio. «destina-se a ajudar sacerdote e leigos a reconhecer o «Kairós» — termo grego que designa o tempo — e a unir a fidelidade absoluta à herança tradicional com a máxima sinceridade ant as exigências da hora presente. Talvez nunca tenha sido tão necessário como n nosso tempo distinguir, conscientemente, o eterno e o mutável no matrimóni e na família. Só encontraremos caminhos para uma realização essencial e histò ricamente justa do matrimónio e da família no nosso tempo, se tivermos em conta a relatividade dos antigos projectos de configuração cristã da família.»

OURIVESARIA ALIANÇA

Verdadeiro atelier de arte, conhecido no País e no Estrangeiro

As mais especializadas oficinas para a esmerada confecção de todos os objectos do Culto Católico

PORTO — Rua das Flores, 119-121 / LISBOA — Rua Garrett (Chiado), 50

LIVROS RECEBIDOS

SCIENCE, SEULE ESPERANCE? MARX? TEILHARD? — R. BISSIERS e J. VACHEROT — Les ditions Ouvrières — Collection «points d'appui», ım volume de 416 páginas, preço 21,60 F.F.

Marx continua a ser um filósofo mestre de nilhões de homens; Teilhard começa a ser conheido no mundo inteiro. No centro das suas refleões, de resto tão diferentes, está uma preocupaão comum: qual o lugar do homem no universo?

Mas o que é o universo e que se pode esperar la ciência que o prescruta? É esta a questão capial para todos e cada um, tão antiga como empre actual.

Os autores: René Bissières, antigo aluno da scola Normal Superior, formado em filosofia, stá mais directamente responsável do progresso la reflexão filosófica; Jacques Vacherot, professor ıo Instituto Católico de Toulouse, está responável mais directamente das referências científicas.

É mais uma etapa, sem dúvida; mas não um onto de partida. É uma segunda etapa depois de CHERCHER LA VERITÉ philosophie de toujours» Ed. Ouvrières 1962), que se debruçava sobre a uestão ainda mais fundamental: Podemos realnente conhecer qualquer coisa ùtilmente? E a eflexão sobre o tempo que vem em primeiro ugar nesta obra assegura a ligação.

Esta segunda etapa não será a última. O Universo e a ciência dizem-nos directamente respeito. : o ser humano? — será a próxima etapa. E o Fim último do universo e do ser humano?

FOI EN DIEU, FOI EN L'HOMME — JEAN MOUSSE — Les Éditions Ouvrières — Collection «Spiritualité», 1 volume de 160 páginas, 9,00 F.F.

Para muitos Deus é apenas um ser abstracto, fora do tempo e do espaço, «purement spirituel». Para muitos a existência humana só pode ser vivida e tomada verdadeiramente a sério, fora de qualquer referência a Deus. Como se chegou aí? Não será muitas vezes a atitude dos crentes responsável deste afastamento de Deus? Poderão desaparecer todos estes mal-entendidos? Quais as purificações a operar?

Estas perguntas põem-se tanto aos crentes como aos não crentes. Esta obra, escrita num estilo simples e concreto, esforça-se por precisá-los e situá-los; não tem soluções feitas, mas propõe-nos pistas de reflexão e meditação que nos são necessárias. Depois de mostrar como se pode a partir da experiência humana dar um sentido e um conteúdo à Fé em Deus, apesar das obscuridades e ambiguidades das suas expressões, o autor procura as razões da oposição anti-religiosa que de Lucrécio a Roger Garandy, passando por Marx, cobre toda a história do Ocidente. Uma dupla tentação ameaça os crentes que querem fazer-lhe face: ou refugiar-se num sobre-naturalismo abstracto e fideísta incapaz de integrar todas as dimensões humanas; ou antes na linha de alguns teólogos anglo-saxões ficar-se num humanismo sem transcendência para o qual Deus morreu. Estes dois caminhos não têm saída, mas só se podem evitar aceitando plenamente tanto o

mundo como Deus num contínuo aprofundamento da fé em Deus e no homem. A concluir, o autor evoca os graves problemas do mal e da liberdade que estão no coração da nossa existência.

Ao longo deste livro, é-nos dado contactar com uma experiência viva, a experiência dum homem que não descorando os recursos da filosofia e da teologia, está constantemente à escuta tanto dos jovens como dos adultos, fazendo suas as interrogações e esforçando-se por lhes responder com simplicidade e honestidade à luz da fé sobrenatural. Só em Jesus Cristo se podem conciliar plenamente o sentido do homem e o sentido de Deus: esta obra ajuda a redescobri-lo e a vivê-lo.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS:

RECEBEMOS DO BRASIL

1. **PLANO PASTORAL PARA A IGREJA EM MINAS GERAIS E ESPÍRITO SANTO** — Baseado no plano geral de Pastoral de conjunto do Episcopado brasileiro para 1966-70 a brochura apresenta a execução em âmbito regional do plano aprovado em Roma por todos os bispos brasileiros. Para que o «trabalho pastoral não se processe às cegas» como advertiu PauloVI, fez-se um «sábio planejamento que oferece à Igreja um meio eficaz e um incentivo de trabalho» para «nos integrarmos na tarefa de fazer brilhar a luz de Cristo para a revelação de todos os homens».

Na primeira parte descreve-se o Secretariado Regional Leste II da conferência Nacional dos Bispos do Brasil: sua história, finalidades, membros e posição jurídica. Na segunda parte traçam-se as directrizes fundamentais do Plano: objectivo. linhas de trabalho e sua justificação. Na terceira parte traça-se um plano de actividades que comporta quatro tempos:

— levantamentos e pesquisas,
— reflexão e estudo pastoral,
— formação e actualização do pessoal,
— organização de serviços,

participando ao mesmo tempo em:

— projectos nacionais, e
— projectos regionais específicos.

2. **CADERNO COM TEMAS LITÚRGICOS** e forma de conferências, vigílias de preparação quarta-feira de Cinzas e Domingos de Quaresn e o texto do comentador com as «preces comunidade» para cada Domingo, além de u suplemento com cânticos da Quaresma, tudo int tulado «O CAMINHO DA PÁSCOA — **pastor litúrgica da Quaresma**», publicado pelo Institu Pastoral de Belo Horizonte.

3. **EM MARCHA PARA A TERRA PROMI TIDA** — tradução de uma publicação de Jeunes Étudiante Catholique do Canadá, este folheto um «estímulo para a vida litúrgica do tem particularmente favorável a um anseio maior salvação diária, uma crença mais forte na gra da redenção», que é a Quaresma — caminha para a Páscoa. As reflexões propostas quere sublinhar o aspecto atraente da Quaresma que uma preparação positiva do jejum e penitênc para a nossa ressurreição e renovação em Crist

4. **DIRECTÓRIO PARA A CELEBRAÇÃO EU CARÍSTICA NA ARQUIDIOCESE DE BEL HORIZONTE** — Segundo as normas da «Instru ção para executar a Constituição da Sagrad Liturgia», a Arquidiocese de Belo Horizonte pa tindo do que já existe na sua diocese como ren vação litúrgica, empenha-se em conseguir um celebração dominical cada vez melhor, para qu todo o Povo de Deus, festivamente, reviva Mistério Pascal recebendo para si e para todo mundo os benefícios da Redenção.

5. **NOVENA DO SANTO NATAL** (da dioce de Patos de Minas) com celebrações da Palav para todos os nove dias anteriores à festa Natal.

6. O **Ordinário da Missa**, organizado e co selecção de cânticos e orações complementar para a diocese de Petrópolis.

Um **caderno com cânticos para a Missa.**

INTAR

símbolo de qualidade no mundo do tabaco

Uma criteriosa selecção de tabacos, um rigoroso controle químico e físico, ao longo de todas as operações de fabrico, e a utilização do mais moderno equipamento garantem o elevado grau de qualidade que os produtos da INTAR oferecem aos seus consumidores.



REPA

SOCIEDADE PORTUGUESA DE PAPÉIS E DE REPRESENTAÇÕES, LDA.

ANTIGA SOCIEDADE ZIG-ZAG

★ **ROLOS DE PAPEL:** para:

Somadoras e Calculadoras
Registadoras e relógios de ponto
Teleimpressores

★ **CORTE E BOBINAGEM** de todos os papéis, cartolinas e cartões

IMPRESSÕES ESPECIAIS EM BOBINAS PARA MÁQUINAS DE EMBALAGENS

★ **PAPÉIS HIGIÉNICOS** nacionais e estrangeiros

★ **TOALHAS DE PAPEL** (para enxugar as mãos) e **GUARDANAPOS DE PAPEL** de ouate e de celulose

★ **ARTIGOS DE PAPELARIA E BRINDES**

Isqueiros a gás
Porta-chaves e esferográficas com motivos turísticos
Novidade (exclusiva) esferográfica com a «Ponte sobre o Tejo» e navio em movimento.

AVENIDA DO BRASIL, 56-2.° • LISBOA-5

TELEFS. 77 46 37 - 76 93 03 TELEG. ZIGAPEIS

CLARAS

CAMIONAGEM
TORRES NOVAS

Carreiras de passageiros / Circuitos turísticos - Portugal e estrangeiro
Autocarros para alugueres / Autocarros para excursões
Automóveis de aluguer / Transportes de carga

Sede em Torres Novas, no Largo General Barracho, n.º 16 — Telefone PBX n.º 22003

FILIAIS EM: — ABRANTES — Rua N.ª S.ª da Conceição — Telef. 36. ALCOBAÇA — Rua de Leiria — Telef. 42221. ALCOENTRE — Rua Principal — Telef. 16. BOMBARRAL — Largo da Câmara — CALDAS DA RAINHA — Rua Coronel Soeiro de Brito — Telef. 22067/68. CHAMUSCA — Rua Cândido dos Reis — Telef. 76273. COVA DA IRIA — Telef. 47211. LEIRIA — Largo 5 de Outubro — Telef. 22376. LISBOA — Rua Cidade Liverpool, n.º 14 C — Telef. 842066. LOURINHÃ — Largo António Granjo — Telef. 104. MARINHA GRANDE — Avenida Nova — Telef. 98417. NAZARÉ — Avenida Vieira Guimarães — Telef. 46172. PENICHE — Praça Jacob R. Pereira — Telef. 99133. RIO MAIOR — Largo da Praça — Telef. 33. SANTARÉM — Campo Sá da Bandeira — Telef. 449. TOMAR — Avenida Torres Pinheiro — Telef. 32710. TORRES VEDRAS — Avenida 5 de Outubro — Tel. 22. VILA FRANCA DE XIRA — Largo da Estação — Telef. 295. VILA NOVA DE OURÉM — Avenida Nuno Álvares Pereira — Telef. 42132.

QUINTA DA CARDIGA

VINHOS

em garrafões e garrafas de 0,3 - 0,5 e de litro

★

AZEITES ENGARRAFADOS
E ÓLEOS ESSENCIAIS

★

TELEFONES:

SEDE: Quinta da Cardiga — 049 62 13
LISBOA — Armazéns: Avenida Entre-Campos, 8 — 38 85 61
Escritório: Praça Príncipe Real, 27 — 32 13 34

FÁBRICAS ALELUIA — AVEIRO

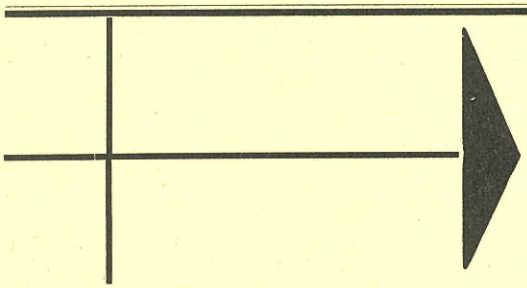
TELEFONE 2 20 61 — 3 LINHAS

AZULEJOS — LOUÇAS

LISBOA
RUA RODRIGO DA FONSECA, 70, R/C., ESQ.
TELEFONE 5 48 72

PORTO
GALERIA DE PARIS, 95, 1.º
TELEFONE 2 70 12

BURROUGHS



A MARCA MAIS ANTIGA
E MAIS CONHECIDA
NO MUNDO
DE MÁQUINAS DE SOMAR

ROBINSON, BARDSLEY S.A.R.L.

AVENIDA 24 DE JULHO, 3-1.º • LISBOA

HORÓPTICA, LDA.

OCULISTA

Rua de Santa Justa, 27 — LISBOA

Execução de todo o receituário de óptica sob a direcção de óptico diplomado na Escola Superior de Óptica de Colónia — Alemanha

LENTES DE CONTACTO

VILARINHO & RICARDO SARL

ESCRITÓRIO: RUA DA PRATA, 230-232

ARMAZÉM: AV. INFANTE D. HENRIQUE, LOTE E **(Cabo Ruivo)**

Telefones: 32 06 35/32 17 11/36 77 00

ARMAZENISTAS DE MERCEARIAS
IMPORT-EXPORT

Produtos embalados pelos processos mais modernos

M U N D E T

LISBOA SEIXAL MONTIJO LONDON NEW YORK

CONCENTRAÇÃO
INDUSTRIAL
VERTICAL

Todos os produtos de cortiça

R E D E
COMERCIAL
MUNDIAL

SEIXAL (Distrito de Setúbal) - Tel. 2218 565 — Teleg./Telex n.º 603 — SEIXAL - Portugal



NITRATOS DE PORTUGAL

S. A. R. L.

Rua dos Navegantes, 53 - 2.º

LISBOA

Em apenas cinco anos de actividade industrial

NITRATOS DE PORTUGAL

únicos produtores de

NITROLUSAL

NITRAPOR e

NITRATO DE CÁLCIO

produziram mais de 700 000 toneladas destes magníficos adubos de valor superior a

1 100 000 contos

e fizeram em exportações cerca de

220 000

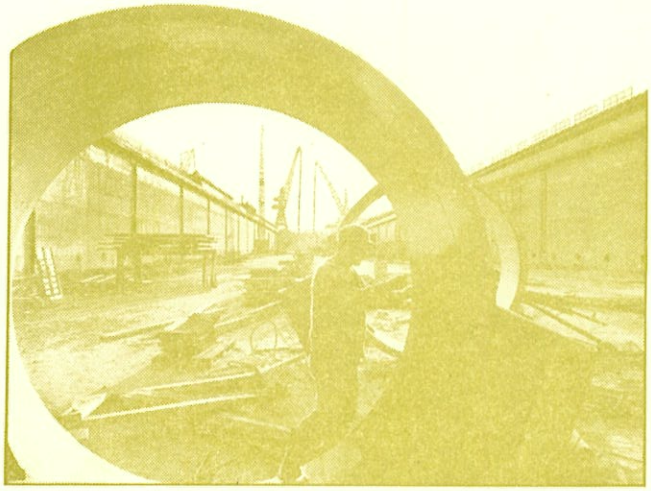
de divisas com as quais ajudaram a defender o Ultramar

NÃO POUPE NOS ADUBOS!

NITRATOS DE PORTUGAL, S.A.R.L.

Os adubos dos NNNN são sem dúvida, os **ADUBOS DAS BOAS COLHEITAS**

Prefira-os



ACOMPANHANDO
A
CONSTRUÇÃO DE NAVIOS
DE
DIMENSÕES
CADA VEZ MAIORES
O NOVO ESTALEIRO DA

LISNAVE

PODERA A PARTIR DE 1967
DOCAR NAVIOS DE 300.000 TONELADAS

LISNAVE

O cristão é aquele que lê a Bíblia e o jornal, aquele que lê o tempo à luz da Palavra, aquele para quem o confronto criador da Palavra com o tempo fará com que o tempo seja cada vez mais Palavra

(editorial do n.º 1)